

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS  
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL  
PROGRAMA DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS AGRÍCOLAS  
E NÃO-AGRÍCOLAS (ORNAs) EM SOLEDADE-PB  
NO CONTEXTO DO NOVO RURAL

ODILON AVELINO DA CUNHA

CAMPINA GRANDE-PB

2003

ODILON AVELINO DA CUNHA

**Caracterização das ocupações  
rurais agrícolas e não-  
agrícolas(ORNAs) em Soledade-PB  
no contexto do novo rural**

Campina Grande

2003

---

Universidade Federal de Campina Grande-Campus I  
Centro de Humanidades  
Departamento de Economia e Finanças  
Mestrado em Economia Rural Regional

Programa de Mestrado em Economia Rural e Regional

**Caracterização das ocupações  
rurais agrícolas e não-  
agrícolas (ORNAs) em Soledade-  
PB no contexto do novo rural**

Orientador: Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos

Aluno: Odilon Avelino da Cunha

Campina Grande, abril de 2003

**ODILON AVELINO DA CUNHA**

**Caracterização das ocupações  
rurais agrícolas e não-  
agrícolas(ORNAs) em Soledade-PB  
no contexto do novo rural**

Dissertação apresentada ao Mestrado em  
Economia Rural e Regional da Universidade  
Federal da Paraíba- Campus-II- Campina  
Grande, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Robério Ferreira dos  
Santos.

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2003**

**Catálogo-na-publicação**

**Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande**

**CUNHA, Odilon Avelino da .**

**Caracterização das ocupações rurais agrícola e não-agrícolas no município de Soledade-PB no contexto de Novo Rural / Odilon Avelino da Cunha; orientação Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos – Campina Grande, 2003 (120 f.)**

**Dissertação de mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em Economia Rural e Regional da Universidade Federal de Campina Grande.**

**1. Ocupações rurais. 2. Rendas (agrícolas e não-agrícolas). 3. Domicílios rurais.**

# TERMO DE APROVAÇÃO

ODILON AVELINO DA CUNHA

## **Caracterização das ocupações rurais agrícolas e não- agrícolas(ORNAs) em Soledade-PB no contexto do novo rural**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Rural e Regional do Curso de Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande- Campus-I- Campina Grande – PB, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Robério Ferreiras dos Santos  
Embrapa / Universidade Federal de Campina Grande

Examinador: Prof. Dr. Fernando Garcia  
Universidade Federal de Campina Grande

Examinador: Prof<sup>o</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ghislaine Duque  
Universidade Federal de Campina Grande/ Mestrado em Sociologia Rural

CAMPINA GRANDE-PB, abril de 2003

## Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial a minha mãe (*in memoriam*), a quem agradeço por tudo que me ajudaram a conseguir.

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a vida e a graça de conseguir terminar este trabalho e poder apresentá-lo, me dando condições fundamentais para realização do mesmo. Sem Ele não acredito que conseguiria este feito, pois Ele é nosso pastor e nada nos falta se confiarmos e acreditarmos Nele.

Agradeço também a minha família que sempre esteve presente em todos os momentos de minha vida. Minha mãe “Niló”, em particular, que mesmo não estando mais neste mundo sempre me deu força para lutar e conseguir atingir meus objetivos e graças a ela tenho paciência e força para enfrentar os mais difíceis momentos. Meu pai Teodomiro e minhas irmãs Vithória e Carmelita com quem sempre pude contar. Minha avó Josefa que mesmo morando distante sempre torce por mim. Meus tios e tias, primos, primas e amigos, em especial a João Ricardo e Polyanna que foram meus irmãos na universidade durante a graduação.

Um agradecimento especial a minha esposa Vanusa que durante toda a caminhada sofreu junto comigo nos momentos difíceis e se alegrou nos momentos bons, com quem sempre posso contar e a quem devo muito. Também aos meus filhos Nadja Taciana e João Victor que são minha fonte de segurança e de descontração, que com a alegria transmitida conseguem fazer com eu prossiga na minha caminhada.

Agradeço ao PET-Economia (na pessoa do Prof. Heleno Rota) e ao grupo de Agricultura familiar (na pessoa da professora Ghislaine Duque), os quais me deram experiência para entrar e manter um bom desempenho no Mestrado.

Agradeço ao Professor Robério Ferreira dos Santos, que me orientou nesse trabalho, a quem tenho admiração e respeito, e gratidão por me “agüentar” enquanto orientando. Professor Robério que sempre esteve disposto a ajudar não mostrando em nenhum momento indisposição ou insatisfação em executar essa tarefa.

Meu agradecimento aos professores do Mestrado e da graduação que sempre repassaram seus conhecimentos de forma satisfatória. Em especial aos professores Érico Miranda e Renato Killp que conseguiram as cópias dos questionários usados na pesquisa de campo. E a professora Leiliam que me deu incentivo e confiança para seguir na vida acadêmica.

Agradeço a colaboração dos colegas de mestrado, em especial a Aucéia Matos pela troca de conhecimento e pela ajuda na aplicação dos questionários. Desde a elaboração do projeto que sempre estivemos em contato constante.

Agradeço ao pessoal do Mestrado: Neuma, Joanice e Everaldo que sempre se disponibilizaram para tudo que eram requisitados, sem mostrar insatisfação em cooperar.

Agradeço ao pessoal do Projeto Rurbano, em especial a Henrique Neder que calculou o tamanho da amostra a ser utilizada na pesquisa e a Mauro Eduardo Del Grossi que transferiu os dados para o Excel, facilitando o manuseio na tabulação.

Agradeço a Cleodósio que construiu as planilhas e tabelas utilizadas no trabalho, possibilitando a elaboração do mesmo.

Agradeço aos professores Fernando Garcia e Ghislaine Duque que aceitaram fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Agradeço também a professora Alunilda que me orientou na atividade de estágio docência, repassando experiência e servindo de exemplo para ser seguido na academia. A professora Carmelita e professora Verônica, pela correção ortográfica.

E, por fim, agradeço aos colegas Ricardo e Clodoaldo (Dinha) pela ajuda durante a aplicação dos questionários.

# Sumário

Lista de tabelas e gráficos-----	x
Resumo -----	xi
Abstract -----	xii
Introdução -----	xiii
Capítulo I	
1 Considerações acerca do “Novo Rural” -----	15
1.1 Agricultura familiar e pluriatividade: ligação íntima-----	15
1.2 Transformações ocorridas no campo -----	24
1.3 Considerações acerca dos conceitos de pluriatividade e agricultura de tempo parcial -----	28
1.4 Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro-----	31
1.5 Sustentabilidade, agricultura familiar e pluriatividade: o que há em comum?-----	33
1.6 O novo rural internacional -----	36
1.7 O novo rural brasileiro -----	38
1.7.1 Velhos e novos mitos do novo rural brasileiro -----	41
1.8 O novo rural nordestino -----	46
1.9 O Novo rural paraibano -----	48
Capítulo II	
2 Aspectos sócio-econômicos do município de Soledade -----	52
2.1- Origem e evolução histórica do município de Soledade -----	52
2.2- Considerações acerca dos aspectos físicos e locacionais do município de Soledade -----	53
2.6 Consideração acerca dos aspectos demográficos do município -----	57
2.7 Considerações acerca dos aspectos da saúde -----	58
2.8 Considerações sobre a segurança-----	62
2.9 Considerações sobre lazer, cultura e esporte-----	62
2.10 Aspectos Econômicos do município -----	64
2.11 Outros aspectos da infra-estrutura municipal -----	81
Capítulo III	
3 Caracterização das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas no município de Soledade ---	84
3.1- Metodologia -----	84
3.1.1- Escolha do município -----	85
3.1.2- O tamanho da amostra -----	85
3.1.3- As viagens -----	87
3.2 Análise dos Dados -----	89
3.2.1 Descrição demográfica dos residentes rurais no município de Soledade -----	89
3.2.2 Nível de Escolaridade dos membros das famílias-----	90
3.2.3 Infra-estrutura dos domicílios da amostra -----	92
3.2.4 Caracterização dos residentes rurais ativos e inativos acima de dez anos-----	96
3.2.5 Tamanho da terra e condição de ocupação -----	97
3.2.6 Perfil ocupacional das pessoas residentes nos domicílios da amostra -----	99
3.2.7 Composição da renda das famílias rurais residentes nos domicílios da amostra -----	109
4 Considerações finais-----	122
5 Referências bibliográficas -----	125

## Lista de tabelas e gráficos

Tabela 01- População ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Paraíba- (1000 pessoas) 1992/99 -----	51
Tabela 02 - Precipitação pluviométrica anual no município de Soledade(mm) – 1995/98-----	54
Tabela 03 – Tipos de unidades de atendimento em Soledade – 1999-----	60
Tabela 04 - Profissionais da saúde à disposição dos programas de atendimento da saúde pública de Soledade-1998-----	60
Tabela 05- Indicadores de mortalidade infantil em Soledade-1997-----	61
Tabela 06-Comércio do município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998 -----	65
Tabela 07- Indústrias do município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998 -----	68
Tabela 08- Serviços encontrados no município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998 -----	69
Tabela 09- Número de postos de trabalho por setores, segundo dados do censo do IBGE- 2000	70
Tabela 10- Sistema Fundiário do município de Soledade, segundo dados da prefeitura municipal-1998 -----	71
Tabela 11- Produção agrícola do município de Soledade, segundo dados do Censo do IBGE-1996 -----	72
Tabela 12- Produção agrícola do município de Soledade-2000 -----	72
Tabela 13- Produção agrícola do município de Soledade – 2001 -----	73
Tabela 14- Quantidades de Rebanho de gados no município de Soledade, segundo dados do Censo do IBGE-1996-----	73
Tabela 15- Quantidades de Rebanho de gados no município de Soledade, segundo dados do IBGE de Santa Luzia-PB-2000-----	74
Tabela 16- Total de Aves no município de Soledade, segundo dados dos Censos do IBGE-1996/2000-----	74
Tabela 17- Produção de leite de vaca – Anual-1998 Tabela 18- Produção Animal em Soledade-2000 -----	75
Tabela 18- Produção Animal em Soledade- 2000-----	75
Tabela 19- Produção de Leite de cabra – Anual-1998-----	75

Tabela 20- Produção Frutífera no município de Soledade, segundo dado do Censo do IBGE-2000 -----	76
Tabela 21- Lavoura Temporária no município de Soledade, segundo dado do Censo do IBGE-2000 -----	76
Tabela 22- Extração Vegetal de Soledade, segundo dado do Censo do IBGE-2000-----	77
Tabela 23- Importação de Queijo de manteiga em Soledade-1998 -----	77
Tabela 24- Importação de Queijo de coalho em Soledade-1998 -----	78
Tabela 25- Importação de ovos de granja (dúzia) em Soledade-1998 -----	78
Tabela 26-Importação de ovos de capoeira (dúzia) em Soledade-1998 -----	78
Tabela 27- Importação de Carne de sol em Soledade-1998-----	79
Tabela 28-Importação de Carne Fresca em Soledade-1998-----	79
Tabela 29- Importação de Frango em Soledade-1998 -----	80
Tabela 30- Importação de Caprino/ovino em Soledade-1998 -----	80
Tabela 31- Receitas do município, segundo balancete do mês de março-1998-----	80
Tabela 32- Despesa do município, segundo balancete do mês de março-1998-----	81
Tabela 33-Distribuição da energia elétrica no município de Soledade por setor-2003 -----	82
Tabela 34- Descrição demográfica dos residentes no domicílio, segundo gênero e parentesco da amostra. Soledade-PB- 2002 -----	90
Tabela 35- Nível de escolaridade dos membros do domicílio da amostra. Soledade PB- 2002 -	91
Tabela 36- Infra-estrutura dos domicílios da amostra. Soledade –PB-2002 -----	92
Tabela 37- Origem da água nos domicílios da amostra. Soledade –PB-2002 -----	93
Tabela 38- Energia elétrica, instalação sanitária e destino do lixo nos domicílios da amostra. Soledade –PB-2002-----	94
Tabela 39- Percentual de eletrodomésticos e outros bens dos domicílios da amostra. Soledade –PB-2002 -----	95
Tabela 40- Caracterização dos residentes rurais ativos e inativos acima de dez anos,segundo local de trabalho da amostra. Soledade-PB-2002 -----	97
Tabela 41- Número absoluto e relativo de estabelecimento por extrato de área e condição de ocupação da terra da amostra. Soledade-PB-2002 -----	98

Tabela 42-População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade principal na amostra. Soledade-PB-2002-----	102
Tabela 43-População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundária na amostra. Soledade-PB-2002-----	103
Tabela 44-População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundária na amostra. Soledade-PB-2002-----	103
Tabela 45-População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação principal no período de janeiro a setembro de 2002. Soledade PB-2002-----	105
Tabela 46-População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação secundária no período de janeiro a setembro de 2002. Soledade-PB-2002-----	105
Tabela 47-População rural ocupada com dupla atividade segundo ramo de atividade- Soledade-PB-2002-----	106
Tabela 48-Grupos de ocupações e total de residentes rurais, segundo gênero e tipo de atividade. Soledade-PB-2002-----	108
Tabela 49-Renda média estimada com auto-consumo no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade-PB-2002-----	111
Tabela 50- Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade agrícola , segundo posição na ocupação principal no período de Janeiro a Setembro de 2002. Soledade PB-2002-----	112
Tabela 51-Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade não agrícola , segundo posição na ocupação no período de Janeiro a Setembro de 2002. Soledade PB-2002--	113
Tabela 52-Renda per capita dos residentes rurais inativos no período de Janeiro a Setembro de 2002. Soledade PB-2002-----	114
Tabela 53- Composição da renda segundo tipos de família do município de Soledade, no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade- 2002-----	119
Gráfico 1-Condição de ocupação da terra da amostra. Soledade-PB-2002-----	99
Gráfico 02-População rural ocupada com dupla atividade e com apenas uma atividade segundo ramo de atividade- Soledade-PB-2002-----	107
Gráfico 03- Origem da renda agrícola dos domicílios da amostra-2002-----	112
Gráfico 04- Origem da renda não agrícola nos domicílios da amostra-2002-----	114
Gráfico 05- Origem da renda dos inativos nos domicílios da amostra-2002-----	115
Gráfico 06-Percentual do tipo de família da amostra-2002-----	120
Gráfico 07- Composição da renda por tipo de família-2002-----	121

## Resumo

Este trabalho consiste basicamente em uma pesquisa de campo no município de Soledade, interior da Paraíba, onde utilizou-se o questionário do Projeto Rurbano para levantamento dos dados da pesquisa relacionados aos residentes rurais deste município, além de uma pesquisa bibliográfica nas principais obras dos autores do Projeto Rurbano, a exemplo de José Graziano da Silva. O objetivo do trabalho é fazer uma caracterização das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas no município para saber a origem das rendas conseguidas pelas famílias residentes no campo. O trabalho está dividido em três capítulos, onde no primeiro se faz um levantamento dos principais aspectos relacionados ao “Novo Rural” tanto a nível internacional, quanto no caso brasileiro, nordestino e paraibano em particular. O segundo capítulo diz respeito aos principais aspectos socioeconômicos do município de Soledade. E o terceiro capítulo é a pesquisa de campo propriamente dita, onde houve a aplicação do questionário para se ter uma idéia geral de aspectos como o nível de escolaridade dos residentes, a idade média, a distribuição das ocupações quanto ao gênero, a infra-estrutura dos domicílios, a composição das rendas, entre outros aspectos. Os resultados alcançados, como um todo, foram que o campo vem sofrendo transformações e adquirindo características típicas do urbano e as famílias passam a executar tarefas fora da agricultura, tornando-se pluriativas, para conseguirem sua reprodução social. E isso é verdade também para o município estudado. Em Soledade, deve-se levar em consideração à importância das transferências públicas para a composição da renda, bem como da agricultura, que mesmo numa região seca, em períodos de chuvas, ela também contribui, além das rendas provenientes de atividades não-agrícolas. Considerando os tipos de famílias, as pluriativas, que exercem atividades agrícolas e não-agrícolas, são as que conseguem os maiores níveis de renda e, portanto, são as que melhor sobrevivem nesse contexto, no município de Soledade. Portanto, a pluriatividade que é a característica mais marcante nesse processo ocorre no município e é muito importante, pois as famílias que exercem são as que conseguem as rendas maiores do que os demais tipos de famílias.

**Palavras-chave:** 1. Ocupações rurais. 2. Rendas (agrícolas e não-agrícolas). 3. Domicílios rurais.

## Abstract

Having taken place in Soledade, a small city in the interior of Paraíba, this paper basically conveys a research work in which it has been used a questionnaire purposed by an Rurban Project. Such a questionnaire has had its use due to data collecting among the peasant residents from that city, naming José Graziano da Silva. Throughout this paper, it can be seen its aim at characterizing the agricultural and non-agricultural possession areas in the then city in order to find out the origin of the gains spent by those peasants. For that, the then paper has been divided in three chapters. The first one illustrates a survey on the main aspects related to ? The New Rural? whereas the second one includes either an international range or national one to what refers to Northeast and Paraíba as well. The second one concerns the main social economic aspects of Soledade. And the last one represents this research itself. In which there has been a survey questionnaire so as to achieve a broad idea on the peasants aspects related to: education, age rate, possessions distribution according to each one?s reality, their houses substructures, gains provenience as well as others ones not herein mentioned. As for the obtained results: country life has inherited urban life features, non - agricultural activities have been developed by peasants making them lack their singularity in the search for social reproduction. And as for that, no difference was found in Soledade. Due to public transference importance into gains composition as well as agricultural ones, although located in a drought area, in rain time the city has contributed, beyond its gains coming from non-agricultural activities. Taking into account the kinds of family, active diversities, those who carry out agricultural and non - agricultural activities, they are not only the ones who possess higher incomes but also the ones who better live in the studied context in Soledade. Therefore, the diversity of activities, which is considered as the most remarkable feature in such a process, has been occurring in the then city, I mean Soledade. That is seen through the high incomes received by those families who have as gain origins agricultural and non - agricultural activities.

**Key words:** 1. Rural possessions. 2. Incomes (agricultural and non – agricultural activities). 3. Rural houses.

## Introdução

De acordo com Silva & Hoffman (2000), depois da divulgação pelo IBGE dos microdados das PNADs de 1992, possibilitou-se realizar uma caracterização nova da população que reside no meio rural brasileiro e do paulista em particular. Com esse objetivo apresentou-se um projeto de pesquisa temático à FAPESP, em 1997 – o qual foi chamado de **Projeto Rurbano** - que visava basicamente fazer a reconstrução das séries históricas a partir dos microdados das PNADs para o período 1981/95, com relação à população ocupada, emprego e renda.

Esse projeto já percorreu 3 fases. A principal conclusão obtida na Fase I do Projeto Rurbano foi que o emprego agrícola, desde meados da década de 80, vem decrescendo de forma sistemática; entretanto, a população rural ocupada (PEA rural), ao contrário do que se esperava, no mesmo período, apresentou índices crescentes. É como se as “novas atividades” não-agrícolas no meio rural compensassem as perdas dos postos de trabalhos agrícolas.

Já a *Fase II* do projeto Rurbano, segundo Silva & Hoffman (2000), iniciou-se desde março de 1999 e contou também com o apoio do Programa de Núcleos de Excelência PRONEX-CNPQ/FINEP e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SDR/MAA). Nesta fase, a grande novidade metodológica foi tomar as famílias como unidade de análise. O interesse maior tem como foco a questão da pluriatividade das famílias rurais e das famílias agrícolas residentes no meio urbano. Isso possibilitou uma melhor exploração do efeito das ocupações não-agrícolas sobre as rendas das famílias residentes no meio rural e das famílias agrícolas, tanto as que têm acesso a terra quanto as que não têm.

A fase II do projeto apontou o crescimento dos desempregados e aposentados residentes no meio rural. E isso é um dos principais indicadores de que o campo se converteu num lugar de residência no Brasil, que também os espaços rurais não são só um local de trabalho, e que as pessoas residentes no campo não estão necessariamente ocupadas, nem tampouco ocupadas em atividades agrícolas. A dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho caracteriza-se como mais um indicador da urbanização do meio rural brasileiro, além de ser uma

esperança de que, futuramente, os trabalhadores rurais não necessitem emigrar para os centros urbanos se desejarem ser cidadãos.

No que diz respeito às rendas para o período 1995/97, sob vigência do Plano Real, os resultados da fase II do projeto apontam para uma queda da renda *per capita* dos agricultores familiares – aqueles que trabalham por conta própria e não contratam trabalhadores permanentes. Como consequência dessa queda observa-se uma elevação da importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais por conta própria. Pode-se dizer que as famílias rurais estão sofrendo uma transformação, passando de famílias agrícolas para pluriativas, ou seja, exercendo atividades tanto agrícolas quanto não-agrícolas.

Os autores colocam outra conclusão como sendo importante nessa fase no que diz respeito às políticas públicas: é a importância assumida pelas transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões para os agricultores familiares.

Silva e Hoffman (2000, p.3 ) fazem uma ressalva:

As rendas agrícolas, por serem rendas variáveis e com periodicidade anual, devem estar subestimadas "vis-à-vis" as rendas mensais fixas, como é o caso das transferências da Previdência Social. Esse é um ponto de dúvida nos dados das rendas agrícolas das PNADs, cujo esclarecimento exige uma pesquisa de campo, o que pretendemos fazer na Fase III do projeto em áreas previamente escolhidas.

Silva & Hoffman (2000) falam de outra implicação fundamental dos resultados obtidos na Fase II. Que o Programa de Apoio à Agricultura Familiar ( PRONAF) não poderia continuar ignorando que as atividades não-agrícolas e as transferências previdenciárias do poder público são as responsáveis por uma parte cada vez mais importante da renda dos seus beneficiários.

A Fase III do Projeto Rurbano pretende atingir três grandes objetivos, na visão de Silva & Hoffman (2000):

- a) *“aprimorar e ampliar a base de dados construída nas fases anteriores”;*
- b) *“aprofundar alguns pontos da análise de famílias e pessoas ocupadas até aqui pouco explorados”;*
- c) *“realizar alguns trabalhos de campo (estudos de caso) com vistas a qualificar melhor as tendências apontadas nos dados secundários em relação às ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas de algumas regiões do país”..*

Mais especificamente pretende-se

*“Identificar os principais condicionantes de distribuição da renda das pessoas e das famílias rurais e/ou agrícolas(...), pesquisar a importância do trabalho doméstico como alternativa de ocupação e renda das famílias rurais(...), realizar uma caracterização das famílias rurais e/ou agrícolas com aposentados e/ou desocupados, com o objetivo de propor uma política previdenciária ativa para as regiões desfavorecidas do meio rural brasileiro(...); aprofundar as dinâmicas de geração de ocupações não-agrícolas identificadas ao nível de Brasil para algumas regiões específicas que se destacaram nas análises anteriores(...); investigar a questão da identidade das famílias rurais pluriativas e/ou não-agrícolas frente aos novos sujeitos sociais do novo mundo rural, tais como caseiros, moradores de condomínios fechados, aposentados, etc.” (SILVA & HOFFMAN, 2000, p. 4)*

Para cumprir os objetivos anteriormente descritos foram delineados vários projetos de pesquisa.

Para Silva & Hoffman (2000) “já não se pode caracterizar mais o meio rural brasileiro como estritamente agrário”. Com relação ao comportamento do emprego rural “não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola, nem da expansão/retração das áreas e/ou produções agropecuárias”. Existem várias atividades não-agrícolas – a exemplo de prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), comércio e indústria - que vêm respondendo de forma crescente pela nova dinâmica da população do campo brasileiro.

O rural brasileiro, portanto, segundo Silva & Hoffman (2000) não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. Pois ganhou novas funções e “novos” tipos de ocupações.

Para Silva & Hoffman (2000) pode-se pensar que o desenvolvimento rural que travaria o êxodo em direção às cidades seja alcançado pelo estímulo de um conjunto amplo dessas pequenas atividades não-agrícolas no meio rural, gerando ocupação e renda para um subconjunto significativo de pessoas. Até a reforma agrária poderia ser implementada, a partir de atividades não essencialmente agrícolas, pelo menos no eixo centro-sul do país.

Lima (2001) ressalta em seu trabalho a importância das ocupações não-agrícolas para o estado da Paraíba no geral. Mais especificamente, no interior desse estado, encontra-se um município, Soledade, com características que mostram o atraso tecnológico, o clima seco, solos com baixa produtividade, entre outros fatores, que

retratam a maior parte dos municípios paraibanos. Nesse município, porém, quase 30% da população reside no meio rural, mesmo sem haver atratividades no campo.

O que se percebe também neste município é que muitas atividades não-agrícolas mais tradicionais fazem parte do cotidiano de muitas pessoas, a exemplo de comércios de vários tipos, prestação de serviços, empregos públicos, entre outros. Em outras palavras, encontra-se em Soledade, com maior freqüência às margens da BR-230, bares, lanchonetes, sorveterias, padarias, enfim, várias atividades não-agrícolas. Além disso, encontram-se várias pessoas que trabalham em empresas tanto públicas quanto privadas. Resta saber se as pessoas envolvidas com tais atividades ainda possuem alguma ligação com pessoas residentes no meio rural, se elas próprias residem e só trabalham no meio urbano ou se o que antes era rural está dando lugar a urbanização, ou seja, se está ocorrendo a urbanização do espaço rural.

Neste contexto e baseado nas perspectivas citadas anteriormente pretende-se realizar um estudo de caso no Município de Soledade, no interior do estado da Paraíba, onde se pretende saber como as famílias estão sobrevivendo no meio rural desse município. De onde são provenientes as rendas necessárias à permanência das famílias no campo, já que no município as chuvas não são freqüentes e impossibilitam o plantio de lavouras de subsistência de forma contínua? Quais são as atividades que as famílias ocupam? Será que a maior parte da renda ainda é proveniente de atividades agrícolas, mesmo com pouca chuva, ou outras atividades é que são responsáveis, pela geração da maior parte da renda?

A escolha do Município de Soledade foi devido ao mesmo incorporar várias características citadas por Lima (2001) em seu projeto de pesquisa relacionado ao estado da Paraíba, tais como: atraso tecnológico, baixa qualidade dos solos, seca etc; portanto, esse município serve como exemplo ilustrativo do estado da Paraíba e será utilizado como campo de pesquisa na fase III do projeto Rurbano.

Outro ponto importante a ser considerado é que neste município encontram-se várias atividades não-agrícolas mais tradicionais, como: serviços de pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas, vigilantes, comerciantes etc. Além disso, o que se observa também no meio rural é que ocorre, como Silva (2000) já falava, a incorporação de características que antes só eram vista no meio urbano, como: casas de alvenaria, televisão, parabólica, telefone etc.

A hipótese principal que orienta o trabalho é que as famílias rurais do município de Soledade-PB sobrevivem, principalmente nos períodos de seca, de rendas provenientes das ORNAs e das transferências públicas;

O procedimento utilizado foi uma análise bibliográfica dos principais autores que tratam sobre o “Novo Rural”, além de dados secundários em institutos oficiais de pesquisa, a exemplo do IBGE, do Incra, do SEBRAE etc; em revistas, periódicos, publicações em anais, além de dados sobre o município, disponíveis na prefeitura municipal.

Outro procedimento metodológico foi a pesquisa de campo, onde foi utilizado o questionário do Rurbano, da fase III, que foi aplicado numa amostra das famílias rurais do município de Soledade-PB, num total de 76 domicílios rurais, com uma margem de erro de 7% e nível de confiança de 80%. Foi aplicado ainda outro questionário em algumas famílias residentes no meio urbano que se dedicam a atividades não-agrícolas, para verificar a ligação destas com o meio rural.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro foi feito levantamento dos conceitos relacionados ao “novo rural”, tais como pluriatividade, agricultura de tempo parcial, entre outros, e a evolução destes no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. No segundo, foi feita uma análise sócio-econômica do Município de Soledade-PB. E o terceiro foi a pesquisa de campo neste município, onde se aplicou o questionário elaborado pelo Rurbano, que possibilitou analisar as ocupações rurais não-agrícolas neste município.

# CAPÍTULO I

## 1 Considerações acerca do “Novo Rural”

Neste capítulo será feito um levantamento das principais considerações feitas sobre o novo mundo rural que se apresenta no contexto atual, mostrando suas principais características e analisando os conceitos relacionados, com base nos trabalhos de vários autores, a exemplo de José Graziano da Silva, Mário Eduardo Del Grossi, entre vários outros que fazem parte do projeto Rurbano.

A análise inicia-se com a relação existente entre agricultura familiar e a pluriatividade, em busca de uma possível sustentabilidade no rural, passa pelas transformações que o campo vem sofrendo ao longo dos anos e pelas políticas não-agrícolas propostas por Graziano para o campo. Além disso se analisa os conceitos de agricultura de tempo parcial (*part time farming*) e de pluriatividade na história e se tem uma visão do novo rural a nível internacional, no caso do Brasil, do Nordeste e da Paraíba, em particular, por ser o estado em que se localiza o município escolhido para pesquisa de campo realizada no terceiro capítulo.

### 1.1 Agricultura familiar e pluriatividade: ligação íntima

Ocorre ainda muita controvérsia sobre o tema agricultura familiar. Guanzirolli & Cardin (2000, p.8) colocam que

a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte dos trabalhos é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A agricultura familiar se apresenta fortemente nos países capitalistas que possuem os melhores indicadores de desenvolvimento humano, a exemplo de Japão e EUA. A sua

evolução foi fundamental na formação de economias mais dinâmicas e sociedades mais igualitárias e democráticas, garantindo uma passagem socialmente mais equilibrada de uma economia basicamente rural para uma economia urbana e industrializada.

O desenvolvimento dos EUA foi iniciado com a introdução de uma agricultura forte; na reconstrução do Japão, após a Segunda Guerra Mundial, grande destaque foi dado à atuação do lavrador; na China foi dada prioridade absoluta à produção de alimentos sendo, para isto, grande atenção dada aos agricultores (GUANZIROLI & CARDIM, 2000).

Percebe-se, pois, que a agricultura familiar tem sua importância na formação de uma sociedade mais democrática e mais igualitária. Vários fatores contribuem para isso, entre os quais pode-se citar: a geração de renda para os produtores envolvidos na produção, o fornecimento de alimentos tanto para o próprio consumo, como para o consumo de pessoas que não se ocupam na produção, a geração de empregos no meio rural, além de outros benefícios.

Diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, segundo Carneiro (2000), pelo fato de ser sustentada por uma relação íntima entre trabalho e parentesco, apresenta uma margem maior de negociação interna no que diz respeito à elaboração de alternativas para a reprodução social da família. Nesse contexto se encaixa a opção por práticas pluriativas, ou seja, membros da família exercendo mais de um tipo de atividade, inclusive não agrícola, para complementação da renda.

De acordo com Schneider (2001), no período recente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, sendo utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, em especial pelos estudiosos das Ciências Sociais que tratam da agricultura e do mundo rural.

Se comparada à tradição dos estudos sobre este tema nos países desenvolvidos, o estudo no caso brasileiro encontra-se “atrasado”. E a emergência da expressão agricultura familiar no Brasil na década de 1990 pode estar relacionada, segundo Schneider (2001, p. 02), a dois eventos que, na visão do autor, apresentaram um impacto social e político bastante significativo no meio rural, na região Centro-Sul em especial. No lado do campo político, “a adoção da expressão agricultor familiar parece ter sido considerada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG”

Schneider (2001) mostra que em meados dos anos noventa assistiu-se a uma elevação dos movimentos sociais, os quais produziram formas de manifestação política que perduram

atualmente, a exemplo dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Devido aos desafios enfrentados pelo sindicalismo rural nesta época, a exemplo dos impactos causados pela abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a adoção da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de sustentar um conjunto de categorias sociais, a exemplo dos assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, etc, que não mais podiam ser identificados de forma confortável como pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais.

Por outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político do Brasil está relacionada à criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, pelo Estado, que deu legitimidade a esta categoria.

O PRONAF, segundo Schneider (2001), foi criado como resposta às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o início dos anos noventa, e tem como objetivo fornecer crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo desligados das políticas públicas durante os anos 80 e encontravam dificuldades de se manterem na atividade.

Pode-se destacar, na visão de Schneider (2001), além dos dois elementos citados acima, um terceiro que está relacionado à reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade. Segundo este autor, a partir da segunda metade da década de 1990, assistiu-se a uma retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até então vinham diminuindo em termos de interesse dos pesquisadores. Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas do rural em sentido amplo. Neste novo cenário ocorrem interesses que vão além das discussões sobre os impasses e possibilidade da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos causados pelo progresso técnico e pelas migrações. Vê-se também a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade, além do interesse crescente dos estudiosos por novos temas a exemplo da agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.

Neste contexto não se pode mais confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas que são desenvolvidas neste espaço. Mesmo não sendo novo, recentemente ganhou projeção e reconhecimento no caso brasileiro o argumento de que a agricultura, enquanto atividade produtiva não deixou de ser uma parte integrante do mundo rural mas, em algumas regiões ocorre à diminuição da sua importância na geração de emprego e ocupação (Schneider, 2001).

Schneider (2001, p. 4) diz que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, e sua importância varia de acordo com as regiões e os ecossistemas naturais; porém, não se

pode imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. “Em vários contextos internacionais a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões que se estabelecem entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza”.

Schneider (2001) coloca que o exemplo emblemático dessa mudança estrutural que vem ocorrendo talvez seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passam a se dedicar à atividades não-agrícolas, as quais são exercidas dentro ou fora das propriedades.

Schneider (2001) afirma que esta forma de organização do trabalho familiar é denominada pluriatividade e diz respeito à situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, as quais, não necessariamente, estão ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. O autor coloca que, ao contrário do que se poderia supor, esta realidade não é exclusividade do espaço rural de países ricos e desenvolvidos, pois o que se nota também no caso brasileiro é que isso também vem sendo apresentado no rural.

Schneider (2001) mostra que na opinião de Marsden (1995), as mudanças ocorridas na política agrícola dos países desenvolvidos que, desde o início da década de 1990, procurando se diversificar e extensificar, são sinais de que o Estado está desenvolvendo novas formas de regulação social e econômica da estrutura agrária. Devido ao retrocesso do padrão fordista de produção na agricultura, ocorre a revitalização das formas de produção e reprodução da força de trabalho no campo, com a pluriatividade sendo a expressão mais significativa desse processo. Portanto, o espaço rural que durante o fordismo se limitava à produção agrícola e alimentar, vem incorporando novas atribuições e mostra-se como um ambiente onde ocorre o desenvolvimento de atividades produtivas múltiplas.

Marsden, segundo Schneider (2001), considera que a pluriatividade tende a generalização, tanto em áreas de produção agrícola, onde a demanda de trabalho nas propriedades seria diminuído pelo avanço tecnológico, como nas demais zonas rurais, onde ocorre, por parte do Estado, o estímulo ao desenvolvimento de outras atividades econômicas, a exemplo do turismo e do artesanato. Marsden acredita que haverá uma revalorização do espaço rural, em decorrência do crescimento rápido do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a fazer o mercado de trabalho ampliar-se, ampliando também o desenvolvimento da pluriatividade pelas famílias rurais.

Schneider (2001, p. 22) mostra que Marsden afirma que a pluriatividade decorre das transformações geradas pelo próprio processo de reestruturação capitalista e dessa forma fornece ainda importantes pistas ao seu estudo focado nas transformações do mercado de trabalho. Este autor vê “a pluriatividade como uma configuração das relações de trabalho contemporâneas, que decorrem dos processos de relocalização econômica recentes”. Embora Marsden “insista no fato de que a pluriatividade seja uma decorrência da reconfiguração social, econômica e espacial da reestruturação capitalista, também reconhece que elementos “exógenos”(…) não são suficientes para explicar inteiramente este fenômeno”.

Para haver uma compreensão de quais tipos de impactos diferenciados essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, em especial no que diz respeito à pluriatividade como estratégia de reprodução social, Marsden sugere que se analisem as relações sociais internas das propriedades e o processo produtivo (Schneider, 2001).

Para Marsden, na visão de Schneider (2001), é preciso enfatizar a transformação constante da agricultura familiar e não sua estagnação enquanto forma de produção. A investigação deve caminhar no sentido de considerar as oportunidades e limitações que as famílias enfrentam e sobre as concessões que as famílias são forçadas a fazer como resposta às pressões internas e externas as quais estão expostas. Dessa forma as análises podem incorporar as relações internas à unidade produtiva no que se refere, principalmente, às questões geracionais e de gênero, além das relações estabelecidas entre a unidade de produção e os capitais externos. É, portanto, neste conjunto complicado de intercâmbio, que são desenvolvidas as condições locais e históricas específicas, as quais devem servir de ponto central para a investigação da natureza e da dinâmica da agricultura familiar.

Marsden, segundo Schneider (2001) propõe uma via para “abrir conceitualmente” a *farmhouse door* a partir do estudo das relações sociais causadas pela dinâmica do processo de trabalho. Ele tem como ponto de partida o pressuposto de que as unidades familiares são forçadas a buscarem novas fontes de renda fora da propriedade devido ao fato delas terem se inserido em um ambiente onde ocorre competição pela reprodução social, o que impede que todas as famílias sobrevivam apenas de rendas provenientes de atividades agrícolas. Portanto, dada a nova configuração do mercado de trabalho e da importância que assume o espaço rural como um “espaço mercantilizado”, de bens e serviços, muitas famílias agrícolas tornam-se pluriativas em busca de alcançar, através das rendas não-agrícolas, condições de sobrevivência razoáveis.

Outro autor, segundo Schneider (2001) que serve de referência para se entender a pluriatividade é Anthony Fuller, que está de acordo com a interpretação da pluriatividade a partir dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado. Este autor compreende que se pode explicar a pluriatividade partindo-se da dinâmica interna das famílias, bem como de sua relação com o ambiente social e econômico externo.

Schneider (2001) mostra que Fuller, em seus primeiros trabalhos, sugeriu que o estudo da pluriatividade ultrapassasse o exame da quantidade de tempo em que a pessoa responsável pelo domicílio gasta em atividades agrícolas e não-agrícolas. Para este autor, deveria-se pegar a família e sua respectiva reprodução como o ponto principal da análise, porque as decisões das famílias que exercem atividades múltiplas não são conduzidas apenas por decisões de alocação de tempo a atividades agrícolas e não agrícolas, pois acontece que estas dependem também dos recursos, costumes e tradições da família. Para Fuller é preciso entender a propriedade familiar como uma unidade econômica que tem a família como o agente fundamental nas tomadas de decisões do que se deve fazer. Com esta definição sendo capaz de envolver a família e seus respectivos membros e não apenas o chefe ou as pessoas que exercem suas atividades fora do estabelecimento.

Fuller, segundo Schneider (2001), principalmente sendo consultor no âmbito do projeto sobre “Estruturas Agrárias e Pluriatividade das Famílias Agrícolas” (1987-1990), patrocinado pelo Arkleton Trust<sup>1</sup>, foi um dos precursores da idéia que se deveria estudar a pluriatividade a partir da dinâmica interna da família.

Schneider (2001, p. 25) mostra que: Para Fuller “a pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária”.

Schneider (2001) diz que para Fuller a prática pluriativa proporciona variações significativas de conjunturas de espaço e tempo e pode-se afirmar que sua principal característica é o intercâmbio entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho. No que diz respeito ao ponto de vista teórico e conceitual, isso implica na definição de três níveis de análise, utilizados no estudo realizado pelo Arkleton Trust.

No primeiro caso a pluriatividade é tomada como uma expressão de determinados tipos de economias regionais ou locais. O segundo nível de análise diz respeito a abordagem da

---

<sup>1</sup> O Arkleton Trust Project se constituiu numa iniciativa de pesquisadores dos países ligados a Comunidade Econômica Européia (CEE) para estudar as unidades familiares rurais que exercem outras atividades além da agricultura com profundidade (Schneider, 2001)

família como o núcleo das decisões para se entender as relações entre agricultura e a pluriatividade. As decisões de como se alocar os recursos, capital e trabalho, disponíveis, além da opção por determinada estratégia de investimento em atividades agrícolas ou não-agrícolas são tomadas pelas famílias e são decisivas para se compreender as diversas formas assumidas pela pluriatividade. “O terceiro e último nível de análise diz respeito à interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais” (SCHNEIDER, 2001, p. 26). Esse terceiro nível diz respeito ao enfoque histórico e comparativo entre regiões, comunidades e países para analisar os fatores que podem contribuir para dá explicação das diferentes funções da pluriatividade.

Segundo Schneider (2001), para o estudo da pluriatividade o importante é avaliar o significado econômico, o sentido social e a afirmação dessa pluriatividade em famílias residentes no campo, as quais se ocupam de outras atividades ocupacionais, fazendo uma combinação destas com atividades agrícolas que exercem.

O autor supracitado mostra que mesmo se afirmando que a pluriatividade é decorrente de fatores exógenos a ela, a exemplo do mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática dependente das decisões dos indivíduos ou das famílias.

Schneider (2001) propõe que a discussão teórica acerca da pluriatividade não se faça de forma desconectada do debate sobre a persistência da produção familiar dentro do sistema capitalista.

As unidades familiares, segundo Schneider (2001, p. 28), subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições.”A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico”.

Na visão de Schneider (2001) o primeiro elemento para fazer a definição da agricultura familiar relaciona-se com a forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros, podendo fazer a contratação eventual ou temporária de outros trabalhadores.

O segundo fator, na visão de Schneider (2001), que ajuda no entendimento da agricultura familiar e de sua persistência no capitalismo diz respeito aos obstáculos impostos pela natureza, os quais impedem que a atividade agrícola se torne essencialmente correspondente a atividade agrícola industrial. Mesmo com os avanços tecnológicos e

científicos ainda não se conseguiu eliminar a “base natural”, a exemplo do solo, do clima, ou subverter os processos produtivos agrícolas a tal ponto que se possa dizer que não há distinção entre o funcionamento da indústria e da agricultura. Existem, portanto barreiras naturais que limitam o desenvolvimento de economias em escala na agricultura, impedindo o domínio dos processos produtivos e gerando relações de trabalho que correspondem a essas formas de produção, isso faz com que haja viabilidade de unidades produtivas que se contentam com taxas de lucros inferiores aos demais setores da economia.

O terceiro aspecto a ser levado em consideração, segundo Schneider (2001), indica que o entendimento dos destinos da agricultura familiar passa pelo entendimento do papel do ambiente social e econômico em que estiver inserida. As unidades familiares são influenciadas de forma decisiva pelo espaço social e econômico e por um conjunto de instituições. Sendo que as relações dos agricultores familiares com o ambiente em que vivem pode ocorrer através da concessão de crédito, do financiamento ou outra forma de apoio institucional, através do Estado ou de ONGs, também pelo acesso aos mercados de trabalho, de informações e das inovações produzidas pelo progresso tecnológico.

O elemento central na visão de Schneider (2001), é a própria natureza familiar dessas unidades. Na família e no grupo doméstico se localizam as razões principais que explicam a persistência, a reprodução de um conjunto de unidades, a desagregação e o desaparecimento de outras, o que ocorre através das relações que se estabelecem entre seus membros. Em razão das decisões tomadas pela família ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica e até cultural e moral.

Schneider (2001) coloca que a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das famílias irá depender de um complicado jogo, onde as unidades familiares mantêm relação com a natureza e com o ambiente em que vivem. Não sendo a reprodução resultado da vontade individual ou coletiva da família e nem uma consequência das expressões econômicas do sistema. Ela é, portanto, o resultado da intermediação dos indivíduos com a família e de ambos com o ambiente social em que estão inseridos. Cabe, nesse caso, a família e a seus membros a execução de um papel ativo, na medida em que suas decisões, estratégias e ações são capazes de trazer resultados positivos ou negativos, que beneficiem ou desfavoreçam a continuidade da família e sua reprodução.

Schneider (2001) fala que para se entender a complexidade das relações sociais desse processo necessita-se olhar o fenômeno das atividades não-agrícolas e da pluriatividade a partir de uma perspectiva microssociológica. É preciso considerar o ambiente intra-familiar

para conhecer melhor os mecanismos que as famílias utilizam para se tornarem pluriativas e de que modo elas exercem essa pluriatividade.

Para este autor, essa abordagem considera as famílias rurais como unidades onde o fato de existir a pluriatividade deve ser compreendido como o pontapé inicial para a análise sobre o funcionamento e as características da agricultura familiar. A unidade de análise que será tomada como referência é a família rural, que é compreendida como um grupo social que vive num mesmo espaço, mesmo não sendo uma habitação comum, e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Há, portanto, uma ligação por laços de parentescos e consangüinidade entre si, podendo pertencer outros membros não consangüíneos, no caso de adoção. Na família é que ocorre a discussão e a organização da inserção produtiva dos membros e é em função deste referencial que são estabelecidas as estratégias individuais e coletivas que objetivam garantir a reprodução social familiar.

Segundo Schneider (2001, p. 35) para fazer a operacionalização da família como unidade analítica sugere-se a separação heurística das unidades familiares em unidades de produção e grupos domésticos. Esta separação, segundo o autor, é operacional ao estudo de situações onde as famílias ou seus respectivos indivíduos exerçam atividades não-agrícolas e a pluriatividade como uma forma de viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos, que pode ser traduzido na busca de rendas maiores ou trabalhos menos penosos do que os da atividade agrícola.

Schneider (2001), fala das sugestões de Fuller (1984) e Barthez (1982; 1987) com relação à separação da unidade familiar em unidade de produção e grupo doméstico, os quais dizem que ela funciona como recurso metodológico que permite ir além das necessárias, porém insuficientes, medidas de tempo de trabalho e valor das rendas obtidas fora da propriedade como critérios que definem a pluriatividade da família. Será possível, portanto, tornar evidente as diferentes formas de alocação do trabalho dentro do estabelecimento, os quais, provavelmente, variam entre os que exercem apenas atividades agrícolas e os que combinam estas com atividades não-agrícolas. Esta separação, na visão do autor, também permitirá ativar a variação da composição demográfica familiar para compreensão das diferentes formas assumidas pela pluriatividade, além dos efeitos que derivam da inclusão das pessoas do sexo masculino ou do feminino em atividades não-agrícolas.

Além dessa separação, Schneider (2001, p. 36) considera que deve-se fazer um último comentário sobre a utilização do conceito de estratégia, onde o autor mostra que a tomada de decisões e as opções dos indivíduos e de suas respectivas famílias, sejam quais forem estas decisões e opções, possuem um referencial que na prática se concretiza através das relações

sociais, econômicas e culturais nas quais estão inseridas. Estas estratégias, portanto, não são causais ou teleológicas, são resultado da ação do homem frente às “contingências e situações objetivas”.

Vê-se, portanto, que existe uma ligação íntima entre a agricultura familiar e as preferências das famílias por práticas pluriativas, onde ocorre uma espécie de comunhão entre a atividade agrícola com outras atividades não-agrícolas. Isso porque é no interior da família que são estabelecidas as “escolhas” pela pluriatividade.

Considerando essa discussão será feito, no item seguinte, um levantamento das transformações que o campo brasileiro vem sofrendo com a adoção de práticas pluriativas, como alternativas de geração de renda, levando em consideração a importância da agricultura familiar, por ser esta a que permite com maior facilidade a incorporação da pluriatividade nas famílias rurais.

## **1.2 Transformações ocorridas no campo**

Pelo que se pode notar, ao longo do tempo, o campo vem passando por transformações diversas, com a agricultura incorporando inovações, deixando de ser uma atividade fundamentalmente rústica, praticada com instrumentos de trabalho atrasados, para se modernizar.

Para se ter uma idéia dessas transformações ocorridas no meio rural brasileiro, em particular, será feita uma análise de alguns conceitos sugeridos por alguns autores, a exemplo de Ângela Kageyama, onde a autora fala que muitas vezes tais conceitos são usados como sinônimos, mas na visão dela, não o são, os quais: a modernização da agricultura, a industrialização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais.

Na visão de Kageyama (1990) se entende por modernização da agricultura uma mudança na base técnica da produção agrícola. Este processo ganha dimensão a nível nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura, a exemplo de tratores importados de outros países, a introdução de elementos químicos, a exemplo de fertilizantes, defensivos etc, além da mudança de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. O que ocorre é uma mudança na base técnica da produção transformando a produção artesanal do camponês, a qual era feita a base de enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, numa outra maneira, mais nova, de produzir.

A modernização da agricultura no Brasil, portanto, não é uma coisa nova, é um processo antigo. E dentro dessa nova forma de produzir houve a substituição de determinadas culturas existentes por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades mais modernas.

A industrialização da agricultura, por outro lado, na visão de Kageyama (1990), envolve a idéia de que a agricultura acaba transformando-se em um ramo de produção parecido com a indústria, passa a funcionar como uma fábrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção.

A agricultura industrializada está ligada com outros ramos da produção, sendo que para produzir ela depende de insumos que recebe de determinadas indústrias. E nesse, contexto, não produz apenas bens de consumo final. Produz, portanto, bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

A industrialização da agricultura, segundo Kageyama (1990) é um processo que se dá pós-65. Tal processo é qualitativamente diferente o que torna o processo de modernização irreversível. Quando a agricultura se industrializa a base técnica não pode mais regredir, pois se isto ocorrer implica na regressão também da produção agrícola.

A transformação que ocorreu na base técnica da produção agrícola termina na própria industrialização da agricultura. Sendo que este processo representa, segundo Kageyama (1990) a subordinação da natureza ao capital que liberta a produção agropecuária das condições naturais dadas, pois elas passam a serem fabricadas sempre que se fizerem necessárias.

Kageyama (1990) cita três transformações básicas que diferenciam a modernização da agricultura do processo de industrialização. Primeiro, a autora diz que não se trata só de usar de forma crescente insumos modernos, mas também, de mudar as relações de trabalho. Ela diz que mesmo com a modernização existia espaço para a pequena produção independente, onde o proprietário utilizava insumos modernos mas, permanecia produzindo de forma artesanal, havia a modernização do processo de produção e era estabelecida uma nova divisão de trabalho dentro da família. Já na agricultura industrializada, a relação de trabalho é basicamente uma relação de trabalho coletivo (cooperativo), há um conjunto de trabalhadores assalariados que trabalham coletivamente ou cooperativamente em uma determinada atividade.

A segunda mudança, na visão de Kageyama (1990), é a mecanização. A autora cita que a modernização da agricultura brasileira no pós-guerra se deu basicamente pela introdução do trator, que passa a ser substituto da força de trabalho. E, a partir dos anos 60, há um salto

qualitativo no processo de produção com a introdução da mecanização de todo processo produtivo, do plantio a colheita e a mecanização dos agentes culturais se junta à quimificação.

A terceira transformação que muda o processo de modernização da agricultura do país nos anos 60 é a internalização do DI, que é o departamento dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. No início a modernização era viabilizada através da importação, onde o limite para a importação era a capacidade de exportar. Porém, com a implantação da indústria de base, a exemplo da siderurgia, da petroquímica, da borracha, dos plásticos, da química fina, da bioquímica, etc, que ocorreu nos anos de 50 e 60, os setores que produziam insumos modernos, máquinas e equipamentos para a agricultura foram internalizados no país, fazendo com que a capacidade de modernização da agricultura passasse a ser endógena.

Essas três transformações, segundo Kageyama (1990), são o ponto crucial da irreversibilidade do processo de modernização da agricultura brasileira, fazendo assim iniciar a industrialização dessa agricultura.

No período pós-75, ocorre a constituição dos complexos agroindustriais. Pode-se dizer, segundo Kageyama (1990), que atualmente não existe apenas uma agricultura, o que existe na verdade são vários complexos agroindustriais. Neste contexto o Estado assume o papel do capital em geral, do capital financeiro.

Marsden, segundo Schneider (2001), entre o pós-Guerra e meados da década de 70, passa a analisar o processo de reestruturação capitalista da agricultura a partir das mudanças ocorridas a partir da crise do modelo fordista de produção e consumo de massa. Na opinião de Marsden os processos de flexibilização, de descentralização industrial e de informalização das relações de trabalho não indicam a emergência de um “novo modelo” societário mas, um recuo do próprio fordismo. E as características mais acentuadas deste recuo seriam observadas através das mudanças no mercado de trabalho, da emergência das novas formas de regulação das relações de trabalho e das novas tecnologias e formas de gestão do processo de produção.

Marsden, segundo Schneider (2001), mostra que em razão deste recuo do sistema fordista de produção na agricultura, ocorre à revitalização das formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo que neste contexto a pluriatividade é a expressão mais eloqüente desse redirecionamento ocorrido.

O autor supracitado mostra que entre as novas funções do espaço rural destaca-se o consumo de bens materiais e simbólicos, a exemplo de propriedades, festas, folclore, gastronomia, etc, e serviços, a exemplo do eco-turismo, atividades ligadas a preservação ambiental, etc, na tentativa de mostrar que nesta fase o rural não pode mais ser anexado

somente à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matéria-prima. É preciso, portanto, para se compreender o rural ir além da perspectiva do *agri-food system* e fazer a análise na direção das relações de produção e consumo e também do local com o global, partindo de uma perspectiva espacial e temporal apoiada na noção de desenvolvimento desigual.

Ocorre, portanto, com as transformações que o campo vem sofrendo um desenvolvimento desigual, na medida em que, enquanto alguns crescem e se desenvolvem, outros ficam praticamente fora desse processo, não acompanhando essa modernização que a agricultura vem incorporando ao longo dos anos. E muitas famílias, nesse processo, procuram exercer outras atividades fora da agricultura e fora da propriedade em busca de melhora para o bem estar de seus membros.

Nos últimos anos, portanto, nota-se uma transformação do campo brasileiro, que se caracteriza por mudanças nos padrões de comportamento no interior da família agrícola e aumento das atividades não-agrícolas. Para exemplificar isso Carneiro (2000) fala de uma pesquisa realizada no Sul do Brasil, que revela a masculinização e envelhecimento da população rural, onde a exclusão da mulher dos mecanismos de distribuição e transmissão da herança bem como a ausência de espaço para participar de atividades econômicas, além da subordinação, faz com que moças busquem alternativas de emprego fora da propriedade familiar e da localidade de origem.

O salário como forma de remuneração do trabalho fora da agricultura torna-se um elemento de ruptura da identidade entre a família e a unidade de produção. Filhos e filhas não se sentem estimulados a permanecerem trabalhando junto com a família e nem para ela. Ocorre, portanto, uma espécie de liberdade de escolha que vai passar a orientar a atitude dos jovens no que eles pretendem exercer enquanto trabalhadores (Carneiro, 2000).

As perspectivas de vida da população rural estão diretamente ligadas ao aumento e facilidade de comunicação entre universos culturais diversos, onde ocorre uma quebra das fronteiras entre o “urbano” e o “rural”. As casas dos agricultores vão se transformando e assumindo características urbanas: do lado de fora se vê antenas parabólicas, esquadrias de alumínio, entre outras coisas e, por dentro, aparelhos eletrodomésticos, móveis, estofados, etc, que antes só se via nos centros urbanos.

Para se ter uma idéia mais clara do que venha a ser a pluriatividade, será feita uma análise histórica do conceito, junto com a chamada agricultura de tempo parcial, que é pré-requisito para que uma determinada família possa exercer mais de uma atividade, pois se uma

pessoa gasta todo seu tempo na produção agrícola, por exemplo, não poderá fazer outra coisa fora da agricultura.

### 1.3 Considerações acerca dos conceitos de pluriatividade e agricultura de tempo parcial

Quando se fala de ocupações rurais não-agrícolas entende-se como sendo as atividades praticadas por pessoas que vivem no campo e exercem outros tipos de trabalhos fora do ramo agrícola, a exemplo: pedreiros, carpinteiros, serviços domésticos, etc. E essa pluriatividade é a principal característica dessa nova forma de apresentação do rural.

Schneider (2001) mostra que as primeiras referências sobre o tema “pluriatividade”, encontra-se nos trabalhos de Kautsky (1980), que trata sobre “trabalho rural assessorio” e Chayanov (1974), com “atividades não-agrícolas complementares”.

Kageyama (1990) fala que há um longo debate histórico acerca dos termos tempo parcial e pluriatividade, onde vários autores chegam até a confundir tais conceitos. Ela diz que a expressão “agricultura de tempo parcial” passou a ser utilizado desde os anos 30 e se estende até os anos 80. Ela cita Fuller (2000) para falar da passagem do termo para “empregos múltiplos” (*multiple job-holding*) e depois para pluriatividade (*pluriativity*), expressão típica dos fins dos anos 80 na Europa. Em outras palavras, a *part time farmer* é condição para que uma pessoa ou família seja pluriativa, mas nem todos que trabalham apenas em tempo parcial exercem outras atividades fora da agricultura.

Existia, até meados da década de 80, uma certa confusão na utilização dos conceitos de *part-time farming* e *pluriactivité*, com os cientistas sociais utilizando os termos como sinônimos, aceitando que a grande diferença entre eles seria que o primeiro era utilizado entre os analistas de língua inglesa e o segundo pelos franceses.

Segundo Schneider (1999) o *part-time farming* se contrapõe à noção de *full time* (tempo integral), enquanto que o *pluriactivité* se opõe à noção de *monoactivité*, que diz respeito ao desempenho de apenas uma atividade, que subtende a utilização do tempo integral por ser exercida apenas uma única ocupação.

Lima (2002) chama atenção para a aproximação dos conceitos de agricultura monoativa e em tempo integral, enquanto que, por outro lado ocorre uma diferenciação acentuada dos conceitos de pluriatividade e *part-time*. Nesse caso em particular, entende-se que para haver a

pluriatividade necessariamente tem que haver trabalho em tempo parcial, porém apenas agricultura de tempo parcial não significa que a pessoa ou família vai exercer a pluriatividade.

Rozman (1930), na visão de Fuller citado por Schneider (1999) foi o primeiro estudioso que utilizou o termo *par-time farming*, visando separar agricultores que produziam apenas para subsistência dos que direcionam suas produções para o mercado.

Lima (2002) mostra que até meados dos anos 50, nos EUA e na Europa, as análises da agricultura de tempo parcial estavam direcionadas para o produtor e suas rendas. E no final da década a unidade de análise mais importante passa a ser a família e não mais o produtor e incorpora-se a noção de tempo de trabalho como medida do grau de atividade exercida fora do estabelecimento.

É nos anos 60 que são dadas importantes contribuições envolvendo o termo *multiple job-holding* (empregos múltiplos), tendo como grande objetivo direcionar a análise para fora do estabelecimento e para atividades não-agrícolas, na busca de entender o peso dessas atividades no desempenho da propriedade agrícola.

Entre a década de 70 até início dos anos 80, são retomados a pesquisa e o debate sobre agricultura de tempo parcial, com a família servindo de unidade de análise relevante para alguns autores e o estabelecimento familiar (*household*) para outros.

Na década de 80, segundo Fuller, citado por Schneider (2001) três fatores contribuíram para o reconhecimento da importância acadêmica da pluriatividade. O primeiro de ordem conceitual, diz respeito ao uso de *part time farming* o qual era impreciso e dificultava analiticamente a separação do trabalho do chefe da propriedade da função produtiva da propriedade. O autor diz que existiam várias propriedades onde o trabalho fora dela não tinha ligação com a diminuição das atividades agrícolas produtivas. Tais empecilhos levaram a substituição do termo pela noção de *multiple job holding* e depois pela noção de pluriatividade

O segundo fator diz respeito ao deslocamento etimológico ter sido “decisivo para a afirmação do fenômeno social como objeto de investigação acadêmica”, fato que ocorreu na esfera do *Arkleton Trust Project*. Essa pesquisa se constituiu num marco no estudo da pluriatividade, pois foi a partir dela que se passou a utilizar a unidade doméstica (*farm household*) como unidade de análise e não mais o chefe do estabelecimento ou o tempo de trabalho utilizado em atividades não-agrícolas.

Os debates em torno da reforma da PAC (Política Agrícola Comum) se constituíram no terceiro fator que colaborou para a consolidação da pluriatividade como tema de investigação, pois não podia mais ser ignorada a crescente diversidade das ocupações no campo.

Schneider (2001, p. 10) mostra que o processo de afirmação da temática na academia terminou com a adoção da noção de pluriatividade como a forma mais adequada para abranger o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda dos estabelecimentos agrícolas.

Segundo Fuller (1990, p.367) e também Newby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de *part time farming* (unidades onde os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). Por isso, a expressão pluriatividade tem sido "... amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com *cash*, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais" (Fuller, 1990, p.367). Com essa definição, os estudiosos não apenas tem conseguido abarcar diferentes contextos onde o fenômeno se manifesta, desde os pequenos produtores não integrados aos mercados diversos, como também os grupos identificados com o campesinato, bem como examinar as relações entre os trabalhos formais e informais. (Schneider, 2001, p. 10)

Schneider (2001) mostra que, mesmo sendo polêmica, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para apresentar o processo de diversificação que ocorre no interior e fora do estabelecimento rural, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que se apresentam no mundo rural. O autor coloca que uma das mais rigorosas definições sobre pluriatividade se encontra no trabalho de Fuller, onde coloca que a pluriatividade possibilita fazer uma reconceituação da propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não se baseando exclusivamente em atividades agrícolas.

Schneider (2001) mostra que para Fuller as propriedades que exercem a pluriatividade são unidades que alocam trabalho em atividades diferentes, além da agricultura familiar. A pluriatividade também possibilita que haja separação da alocação do trabalho das pessoas da família de suas atividades principais, além de permitir a separação o trabalho efetivo das rendas. Para o autor muitos domicílios têm mais fontes de renda do que locais de trabalho e obtêm diferenciados tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, diz respeito a uma unidade de produção com várias dimensões, onde ocorre à prática da agricultura e de outras atividades, tanto internamente quanto fora da propriedade, onde se recebe diversos tipos de remuneração e receitas, a exemplo de rendas em espécie e transferências.

Dentro deste contexto são propostas por Silva (2000), principalmente, políticas não agrícolas visando um melhor desempenho para as famílias residentes no meio rural brasileiro, as quais serão analisadas de forma mais detalhada no item seguinte.

#### 1.4 Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro

Flores (2000) afirma que as políticas governamentais devem abranger a unidade de política agrária e agrícola, de saúde, de educação, previdência, de habitação, urbanização, ou seja, da totalidade das ações ligadas ao desenvolvimento desse novo mundo rural. Espera-se, portanto, conseguir o aproveitamento integral do espaço rural, a conservação do meio ambiente, formação de uma base sustentável de alimentos, serviços e produtos provenientes da agricultura, bem como os não-agrícolas e, em consequência, a elevação da renda e do emprego e do bem estar social.

Silva (2000a, p. 122) fala que “ é necessário criar novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento rural”. Deve-se, portanto, criar condições para que seja possível conseguir cidadania no campo sem haver a necessidade das pessoas se deslocarem para as cidades, pois seria estendido a estas pessoas residentes no rural as mesmas alternativas que eles teriam no espaço urbano.

Para o Brasil, Silva (2000a) cita 5 grupos de políticas que seriam, na visão dele, fundamentais para que o desenvolvimento no campo fosse alcançado, as quais são:

O primeiro grupo seria o das **políticas de “desprivatização” do espaço agrário**, que abrange a criação de programas de moradia rural, bem como a recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas de lazer junto de reservas ecológicas, parques e represas e, no caso específico da região Centro-Sul do país, a implantação da reforma agrária não essencialmente agrícola.

Outro grupo seria o das **políticas de urbanização do meio rural**, que abrange a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, além da extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação.

O terceiro grupo de políticas é o de **geração de renda e ocupações não-agrícolas**, visando estimular a pluriatividade das famílias do campo e outros usos para os espaços no rural, a exemplo do turismo, da moradia e da preservação ambiental; além da criação de um sistema de crédito desvinculado do sistema financeiro tradicional na base de “Bancos do Povo”, crédito rotativo de ONGs, cooperativas de crédito, etc, para promoção da requalificação profissional da população rural para a sua reinserção nos novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo atualmente.

O quarto grupo é o das **políticas sociais compensatórias ativas**, a exemplo de aposentadorias precoces em áreas desamparadas, bem como estímulo a jovens agricultores, além da renda mínima anexada à educação de crianças.

E, por último, deve haver um **reordenamento político-institucional**. Sendo que esse reordenamento deve reconhecer as novas formas de regulação que surgem no novo mundo rural, permitindo a superação do tratamento individualizado dado aos beneficiários das políticas públicas e fortalecendo as novas estruturas do poder local, dando possibilidade de descentralização das atuais políticas públicas no Brasil.

Antes, porém, na visão de Silva (2000a, p. 123) “é necessário remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas”, pois sem isso o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido.

No caso dos países desenvolvidos, Silva (2000a) se baseia em Baptista (1997) para dizer que as novas políticas caminham no sentido de estimular a pluriatividade das famílias residentes no campo, bem como a diversificação das unidades produtivas para atividades não-agrícolas, além da substituição dos subsídios aos preços dos produtos agrícolas por pagamentos compensatórios diretos aos pequenos produtores de regiões desamparadas, a exemplo das montanhas e desertos.

Nesse sentido, os países desenvolvidos vêm dando, segundo Silva (2000a), passos importantes com o objetivo de criar novos instrumentos que visem à sustentação da renda das famílias do campo desvinculados das suas políticas agrícolas, e a introdução de novos objetivos além da auto-suficiência alimentar. Ele cita como exemplo a reforma de 1992 da Política Agrária Comum da Comunidade Européia que representou um avanço no tratamento dos agricultores que se tornou mais abrangente, ultrapassando a ótica puramente produtivista.

No caso brasileiro, porém, não existe nenhum programa que incentive a pluriatividade no campo e muito menos programas de estímulo a atividades não-agrícolas ou pagamentos diretos a famílias rurais que vivem em regiões desfavorecidas. Um programa que mais se aproxima dessa lógica é o PROGER Rural, criado como parte do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), o qual foi instituído com o objetivo de promover medidas visando à geração de emprego e renda de forma articulada com as ações do Programa de Combate à Fome e a Miséria. Porém, o Proger foi vinculado ao sistema financeiro tradicional, resultando deste fato suas principais restrições atuais, a exemplo do alto custo dos empréstimos, bem como dificuldade dos mutuários em dar as garantias exigidas (SILVA, 2000a).

O Proger Rural foi reduzido, segundo Silva (2000a) a mais um programa de apoio às atividades agrícolas, ou delas derivadas, similar ao Pronaf.

No caso brasileiro, portanto, pode dizer, baseando-se em Silva (2000a), que as políticas públicas não estimulam o crescimento das atividades não-agrícolas no campo e encontram

ainda várias restrições que só podem ser atribuídas aos vieses urbano e agrícola com que as políticas rurais vêm sendo implementadas no país.

Espera-se que se mude esse quadro para que as famílias residentes no meio rural brasileiro tenha condições de sobrevivência de forma mais segura e menos dolorosa, pois para sobreviver no meio rural, principalmente em áreas desfavorecidas até pela natureza, a exemplo de muitas localidades da região Nordeste, ainda é muito difícil.

Dentro desse contexto de novo rural será feita uma abordagem acerca da sustentabilidade, juntamente com a agricultura familiar e a pluriatividade para perceber o que existe de comum entre tais conceitos, o que será feito no item seguinte.

### **1.5 Sustentabilidade, agricultura familiar e pluriatividade: o que há em comum?**

Com os impactos trazidos pela agricultura moderna, a exemplo da destruição das florestas tropicais, destruição da camada de ozônio, aquecimento global e o “efeito estufa”, passou-se a questionar a duração dos recursos naturais devido ao ritmo elevado do crescimento econômico causado pelo industrialismo bem como a própria sobrevivência da humanidade. E a partir daí passou-se a se pensar em um desenvolvimento sustentável, sendo que a partir dos anos 80 o termo sustentável passa a ser mais empregado e incorpora dimensões econômicas e sócio-ambientais. Neste íterim aumentam as definições e explicações sobre desenvolvimento e agricultura sustentável <sup>2</sup>(EHLERS:1996).

Com relação aos empregos rurais, o que ocorre no Brasil é o contrário do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, pois enquanto nestes últimos a elevação do número de empregos rurais não-agrícolas se apresenta de forma positiva, trazendo melhores condições de vida e ganhos de eficiência global, no Brasil é diferente. Para cerca de 65% da PEA rural brasileira, a expansão desse tipo de emprego se traduz como uma espécie de fuga, proporcionada pelas distorções estruturais e pela política econômica adotada ao longo dos anos. Neste contexto, a inviabilidade da agricultura familiar, notadamente na região Nordeste

---

<sup>2</sup> Segundo EHLERS(1996) existe uma série de definições de agricultura sustentável e todas incorporam alguns itens, os quais são: manutenção a longo prazo dos recursos naturais, o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente, retorno adequado aos produtores, otimização da produção com o mínimo de insumos químicos, satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda e atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

do Brasil, não reflete deficiências dos produtores familiares, o que existe são condições desfavoráveis na execução deste tipo de produção (GUANZIROLI & CARDIM, 2000).

Para que a elevação no número de ocupações não-agrícolas funcione como uma fonte importante de emprego para a população rural, Guanzirolli & Cardim (2000) dizem que é preciso colocar em prática um “programa de desenvolvimento sustentável”, o qual deve se basear nos produtores excluídos, onde os mesmos devem ter acesso a terra e serem beneficiados com políticas agrícolas.

Sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável existe uma forte discussão, onde vários autores dão suas contribuições, sendo que sumariamente o desenvolvimento tem que abranger tanto o lado econômico, quanto o social, o cultural e a preservação do meio ambiente.

Schettino e Braga (2000, p.62) baseados na FAO/MA (1997) dizem que

a opção pela agricultura familiar no Brasil se justifica pela sua capacidade de geração de empregos, renda abaixo dos custos dos investimentos, retenção da população fora dos centros urbanos e, principalmente, por sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e com menores danos ambientais, o que representa uma alternativa concreta de desenvolvimento para o país.

Os autores supracitados, baseando-se em Carvalho (1997), dizem que a agricultura familiar é mais sustentável em termos sociais do que a patronal e se baseiam em TAGLIARI (1997) para falar da integração com os recursos naturais, fato importante quando se trata de sustentabilidade. Schettino & Braga (2000) ainda falam que, mesmo sem haver políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, para VON DER (1997) este tipo de agricultura é mais vantajoso para o Brasil tanto em termos econômicos, quanto social e ambiental, e que isso pode ser percebido pelos dados da FAO/INCRA (1996) e Cabrini (2000)<sup>3</sup>.

Schettino & Braga (2000) falam que a busca do desenvolvimento no meio rural prima pela redução da pobreza, oferta de empregos, conservação da biodiversidade, novas oportunidades de negócio e de atitudes novas com relação ao uso de recursos naturais e cita um artigo de MUSSOI (1997) para mostrar qual seria o papel da agricultura familiar nesse processo.

Em seu artigo MUSSOI (1997), Citado por Schettino & Braga, 2000 fala que a agricultura familiar possui um conjunto de elementos fundamentais e integrados de forma

---

<sup>3</sup> Esses dados podem ser encontrados de forma sintética na página 64 da obra de Schettino (2000)

sistemática que a define como uma forma de vida que possui um saber, que foi construído ao longo da história de forma coletiva, onde este tipo de agricultura possui uma lógica própria de decisão e mantém uma relação harmoniosa com o meio ambiente, baseando-se numa lógica diversificada do processo produtivo que garante o auto-abastecimento e a integração com um mercado local, bem como níveis melhores de biodiversidade.

O desastre social causado pelo fracasso da “estratégia urbana” de desenvolvimento rural no Brasil, foi acentuado pela enorme quantidade de terra ociosa que poderia ter sido ocupada pelos pequenos produtores sem ameaçar as áreas de agricultores comerciais. Mesmo assim, a agricultura familiar resistiu e sua evolução teve que ser freada a mão armada pelas oligarquias rurais. Esses fatos resultaram em um desenvolvimento desigual, com o país apresentando os piores indicadores de desenvolvimento humano entre os países com o mesmo nível de renda per capita (GUANZIROLLI & CARDIM, 2000).

A agricultura familiar no Brasil foi muito marginalizada ao longo dos anos pelas políticas públicas. E o Estado para cumprir com seus compromissos externos utilizou a agricultura como geradora de divisas. Este é um dos fatores que ocasionou o êxodo rural, a fome e o inchaço das cidades com miséria, desemprego e violência.

Devido às políticas neoliberais, a tendência é a retirada do Estado brasileiro enquanto fornecedor de crédito subsidiado. A partir da implantação do Plano Real a agricultura sofreu alguns prejuízos. Houve uma queda da renda agrícola em decorrência da queda dos preços dos produtos e dos juros altos nos financiamentos bancários e nos créditos conseguidos junto ao comércio.

Não houve auxílio nem estímulo aos agricultores brasileiros no sentido de se reorganizarem e se adaptarem à nova conjuntura trazida pelo Plano Real. Os produtos estrangeiros se tornaram mais competitivos frente aos nacionais em decorrência da queda nas alíquotas de importação e os produtores entraram em um processo de concorrência internacional com suas unidades produtivas fragilizadas. Os governos não apresentaram políticas que compensassem estas perdas.

No Brasil, devido às distorções encontradas no processo de evolução da agricultura, os pequenos produtores foram desprovidos do acesso a terras produtivas e apoio para a agricultura. E em virtude deste fato, o país apresenta índices ruins de desenvolvimento humano, os piores entre países com o mesmo nível de renda per capita como já foi citado.

Para se pensar a agricultura familiar brasileira como propulsora do desenvolvimento, temos que ter em mente, portanto, esse conceito de sustentabilidade enquanto processo capaz

de elevar a viabilidade econômica, as oportunidades sociais e a valorização das diversidades e introduzir tal conceito de modo a recuperar os prejuízos sofridos ao longo da história.

Necessita-se ter uma agricultura ligada a sustentabilidade que traga concílio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental. E nesse sentido, os membros familiares estão procurando novas formas de sobrevivência fora dos estabelecimentos, procurando trabalhos auxiliares, ou seja, tornando-se pluriativos. Em alguns casos para complementar a renda e em outros, como forma de sobreviver, que é o caso de nossa amostra.

As ocupações rurais não agrícolas crescem em importância para o campo, e neste contexto será analisada nos itens seguintes essa importância tanto para o campo internacional quanto para ao caso brasileiro, em particular para a região Nordeste e para o estado da Paraíba.

## 1.6 O novo rural internacional

Balsadi (2001) mostra que vários trabalhos tratam do crescimento das ocupações não-agrícolas da população residente no rural, com tais trabalhos tendendo a explicar o comportamento focalizando apenas um dos pontos fundamentais relacionados com as profundas transformações pelas quais vem passando o campo, que é a forte tendência de queda das ocupações agrícolas. Tal tendência ocorre em decorrência da modernização e mecanização das principais operações de cultivo das grandes culturas e pela redução da área cultivada, motivada por crises de algumas culturas, como ocorre no Brasil e nos países em desenvolvimento, ou por políticas de controle de excedentes (*set aside*), como ocorre nos EUA e Europa.

Devido à modernização houve elevação da produção e redução da área cultivada e do número de trabalhadores ocupados no processo produtivo..

Na visão de Balsadi (2001) para melhor entender o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas da população economicamente ativa (PEA) residente no meio rural, principalmente nos anos 80 e 90, necessita-se da inclusão de outros fatores explicativos, a exemplo da crise da agricultura e a queda dos preços das principais *commodities* e da renda dos agricultores, as mudanças nas famílias rurais, as mudanças nas explorações agropecuárias, entre outros fatores. Esses pontos juntos com o avanço tecnológico que reduz as ocupações agrícolas, ajudam a explicar o motivo da PEA rural nos diferentes países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, procurar outras atividades fora da agropecuária.

Balsadi (2001) baseia-se nos trabalhos de Anderson e Leiserson (1980), pioneiros na pesquisa sobre a elevação das ocupações não-agrícolas da PEA rural nos países em desenvolvimento, para dizer que de 15 países analisados a participação das ORNA variava em torno de 12% e 49% em 1970. Era possível constatar para tais países, entre os anos de 50 e 70, que as atividades não-agrícolas assumiam importância crescente como ocupação para os trabalhadores residentes no meio rural.

Em regiões da Ásia e da África Ocidental, segundo Anderson e Leiserson (1980) (apud Balsadi, 2001), onde 70% e 90%, do total da força de trabalho estavam concentradas em áreas rurais, a agricultura era a principal ocupação para menos de 2/3 dos trabalhadores residentes. E a elevação das ocupações rurais não-agrícolas não diz respeito a variações conjunturais, se trata portanto de um componente estrutural na ocupação da população rural.

Balsadi (2001) se baseia em Klein (1992) para falar da análise sobre a evolução das ocupações rurais não-agrícolas feita em 18 países latinoamericanos, entre eles, Costa Rica, Guatemala, Cuba, Brasil e Colômbia, nas décadas de 70 e 80, onde observou-se que o número de pessoas ocupadas na agricultura vem se reduzindo de forma sistemática e acentuada. Numericamente, tem-se que em 1950, 54% dos trabalhadores desses países estavam ocupados na agricultura porém, no início dos anos 90, houve uma redução dessa participação para cerca de 25%.

Por outro lado Klein (apud Balsadi, 2001) mostra que em contrapartida ao decréscimo das ocupações agrícolas, houve um crescimento das ocupações não-agrícolas, chegando a incorporar mais de 40% dos ocupados rurais na Venezuela, Panamá, Costa Rica e Cuba. Em outras palavras, em alguns países latino-americanos, já no final dos anos 80, quase a metade da PEA residente no campo ocupava-se em atividades não-agrícolas, desenvolvidas no meio rural ou urbano. Neste período a PEA rural agrícola diminuiu a uma taxa de -0,8% a.a., enquanto que a PEA rural não-agrícola cresceu a taxas de 3,4% a.a. , ou seja, um valor maior do que o crescimento médio da PEA total na América Latina como um todo, que cresceu apenas 2,6% a.a.

Newby (apud Souza, 2001) para o caso da Inglaterra, destaca que as mudanças atingem o rural britânico de forma tal que as relações entre o urbano e o rural desfiguram os alinhamentos sobre o rural, exigindo portanto um reexame e tornando-se necessário a dissociação entre rural e agrícola.

Para o caso da França, Bové e Dufour (apud Souza, 2001, p. 01) "*declaram a presença de um processo de redefinição do mapa da ruralidade e o trabalho camponês*". Estes autores

colocam em dúvida a continuação das unidades agrícolas no centro da reorganização das ocupações do território, pois existe a possibilidade de se tornarem anexo ao mundo do lazer.

Dentro do campo das transformações que vem ocorrendo no meio rural será analisado o caso brasileiro, onde será percebido o comportamento tanto das ocupações agrícolas quanto das não-agrícolas.

### **1.7 O novo rural brasileiro**

No caso brasileiro o estudo pioneiro é o de Silva (1993), onde o autor analisa os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para as pessoas residentes no meio rural e constata uma elevação de 6,0% ao ano no número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, em contrapartida a uma elevação de cerca de 0,7% das ocupações agrícolas no período de 1981-90. Significa, portanto, que cerca de 31,6% do total da PEA rural ocupada diz respeito à ocupações não-agrícolas. E na visão do autor isso indica que o campo assume novas funções, que além da produção de produtos agrícolas, ocorre também à opção pelo rural como forma de moradia, lazer, serviços e empregos para pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Silva & Del Grossi (2000a) mostram que o espaço rural vem sofrendo transformações profundas, no avanço da modernização e no avanço de novas atividades no interior desse espaço. Segundo eles, tais transformações já têm surtido efeito sobre as áreas rurais, com a elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias e com a emergência de agências prestadoras de diversos serviços especializados, a exemplo de preparo de solo, colheita, pulverização etc.

Devido às mudanças ocorridas nas unidades produtivas agropecuárias, duas grandes transformações ocorrem:

- a) uma nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, fazendo com que alguns membros da família fiquem livres para se ocuparem em outras atividades fora de sua unidade de produção;
- b) uma redução do tempo de trabalho dos membros da família que já conduziam a atividade agrícola de forma individual, possibilitando que estes combinem a produção agrícola com outra atividade externa.

As transformações mais gerais ocorridas na economia, mais especificamente a flexibilização do processo de trabalho industrial, tornaram mais fácil o crescimento de mão-de-obra pluriativa. A pluriatividade tornou-se, portanto, permanente nas unidades familiares rurais. Paralelamente a estas transformações o espaço rural tem sido valorizado para fins não agrícolas, sendo que tanto indústrias novas quanto tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais. Essa procura, porém, não é exclusividade da indústria, pois está havendo, também, uma onda de valorização do espaço rural voltada para questões ecológicas, preservação da cultura country, lazer turismo ou para moradia (SILVA, 2000a).

As dificuldades cada vez maiores de entrar no mercado de trabalho urbano, bem como de aquisição da casa própria, ao mesmo tempo, que há mais facilidade de transporte, vem fazendo do meio rural uma opção de moradia cada vez melhor para boa parte da população de baixa renda.

Nas discussões da reforma da PAC (Política Agrícola Comum da Comunidade Européia), a pluriatividade passou a servir de alternativa para a fixação de populações no campo, em vários países.

Além da diminuição dos fatores de expulsão das pessoas do meio rural, há também uma redução dos fatores de atração da população rural para as cidades, em decorrência da diminuição na geração de novos empregos urbanos.

Silva & Del Grossi (2000a) mencionam que o avanço da pluriatividade no espaço rural não ocorre de forma homogênea, ou seja, em cada região a lógica observada com relação as atividades extra agrícolas exercidas pelos membros das famílias vão variar de acordo com características específicas de tais pessoas, bem como da região.

Esse “Novo Rural”, como está sendo denominado tal processo pode ser dividido em três grandes grupos de atividades, segundo Silva e Del Grossi (2000a):

a) “Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias”;

b) “um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;

c) “um conjunto de ‘novas’<sup>4</sup> atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados”

---

<sup>4</sup> O termo “novas” está entre aspas porque muitas das atividades já existem há muito tempo, mas até recentemente não tinham importância econômica.

A produção agrícola passa a ocupar um tempo cada vez menor do trabalho das famílias rurais e a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda das famílias. “Isso significa que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século” (SILVA E DEL GROSSI, 2000a).

Silva & Del Grossi (2000a) dizem que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e “novos” tipos de ocupações, como: propiciar lazer através dos pesque-pague, hotéis-fazenda etc; dar moradia à classe média que prefere condomínios rurais; desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o ecoturismo, criação de parques estaduais e estações ecológicas, além de abrigar as ocupações tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural, a exemplo de mecânicos, contadores, secretárias etc.

A partir da década de 90, o que chama atenção é a redução relativa do emprego rural estritamente agrícola e aumento do emprego rural não-agrícola, segundo os dados da PNAD, citados por Guanzirolli & Cardim (2000). Quando esses dados são desagregados por região, percebe-se que uma parcela considerável dos empregos não-agrícolas pode ser considerada como uma espécie de “emprego refúgio”, a exemplo de empregadas domésticas e serventes, entre outros, os quais são considerados de baixa qualificação e por isso percebem baixas remunerações.

Nesse novo mundo rural, o meio rural não é mais essencialmente agrícola, pois existe uma mistura de atividades agrícolas e não-agrícolas que são importantes na geração de emprego e renda (SILVA, 2000a).

Flores (2000), e Silva & Del Grossi (2000a) constataram que entre 1992 e 1995 a população ocupada em atividades não-agrícolas dentro do rural sofreu uma elevação de cerca de 10% ao ano, refletindo a combinação que os agricultores familiares fazem da produção agropecuária com outras atividades fora da agricultura.

Nesse contexto, o rural passa a servir de referência de moradia, lazer, turismo e artesanato, estando a sustentabilidade focada na localidade ou território onde os empreendimentos familiares estão estabelecidos. O meio rural torna-se plural e exige políticas agrícolas e não-agrícolas de desenvolvimento local. E como exemplo dessas políticas o autor acima citado coloca a urbanização do meio rural, a normatização do espaço rural, agroindústria familiar, bem como políticas de incentivo à produção agropecuária integrada.

Para Campanhola & Silva (2000) as novas dinâmicas sociais no mundo rural são heterogêneas; mesmo assim apresentam algumas características comuns, a exemplo da

elevação dos empregos não-agrícolas<sup>5</sup> advindos das prestações de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, serviços sociais e construção civil, os quais são decorrentes dessa “urbanização” do meio rural. E tais ocupações auxiliam na identificação tanto das oportunidades quanto das tendências do local e a partir daí é que há possibilidade de traçar políticas públicas<sup>6</sup> priorizando o desenvolvimento local.

Dentro desse contexto de novo rural, as fases I e II do projeto Rurbano, na visão de Silva (2001b) contribuíram para derrubar alguns velhos mitos, mas para criar outros com relação ao mundo rural brasileiro.

### **1.7.1 Velhos e novos mitos do “novo rural” brasileiro**

#### **1.7.1.1 Os velhos mitos**

No que diz respeito ao mito do rural ser tomado como sinônimo de atraso, Silva (2001) mostra que apesar do atraso que ainda existe, há a emergência de um novo rural, composto tanto pelo “*agribusiness*”, como por novos sujeitos sociais, a exemplo dos neo-rurais, os quais exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos, etc), os moradores de condomínios rurais de alto padrão e de loteamentos clandestinos, muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver nas cidades com o salário que recebem, milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas e milhões de “sem-sem”, os quais não possuem nada, terra, emprego, saúde, educação e nem pertencem a nenhuma organização como o MST, por exemplo.

Esses sem-sem, na visão de Silva (2001) vêm crescendo rapidamente, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90. São quase 3 milhões de famílias, ou 15 milhões de pessoas, sobrevivendo com uma renda per capita disponível de US\$ 1,00 ou menos, o que equivale a R\$ 34,00 mensais ao câmbio de setembro de 1999.

---

<sup>5</sup> Os autores utilizaram os dados de Del Grossi (1999) que mostram que as rendas não-agrícolas, entre 1981 e 1995, tenderam a ser quase 50% maiores que as agrícolas. Os dados de Silva (1999) mostram que na média do país, em 1990, as rendas rurais não agrícolas superaram em quase 1/3 a renda per capita das atividades agropecuárias. Já os dados de Hoffmann (1998), para ao ano de 1995, mostram que os trabalhadores que se dedicam à atividades não-agrícolas recebem 29% a mais do que quem trabalha com a agricultura.

<sup>6</sup> Com relação à políticas públicas para o meio rural brasileiro, Campanhola & Silva (2000) propõem algumas, a exemplo de investimento em infra-estrutura básica, incentivos à auto-construção rural, bem como programas de garantia de rendas mínimas, as quais já foram citadas anteriormente no item 1.4.

Para o mito que tinha o rural como sendo predominantemente agrícola, tem-se o crescimento das pequenas glebas que tem a função mais de uma residência rural do que um estabelecimento agropecuário produtivo. Por outro lado, constata-se o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas. Os dados da PNAD de 1999 mostram que dos quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no campo brasileiro, cerca de 4,6 milhões estavam ocupados em atividades rurais não-agrícolas, a exemplo de pedreiros, motoristas, etc.

Por outro lado ocorre o decréscimo dos empregos agrícolas, devido à mecanização das atividades de colheita dos principais produtos, cerca de -1,7% ao ano. Segundo as projeções de Silva (2001) continuando nesse ritmo, no ano de 2014 a maioria dos residentes no campo brasileiro estarão ocupados em atividades não agrícolas. Os rendimentos não-agrícolas dos residentes no campo brasileiro superam os rendimentos agrícolas totais desde 1998.

Com relação ao mito que tinha o êxodo rural como inexorável, Silva (2001) mostra que as estatísticas mais recentes no Brasil revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade, onde se tem o conhecimento de que o emprego agrícola vem diminuindo em praticamente todo Brasil, porém a população que reside no rural voltou a se elevar, ou pelo menos parou de diminuir. Isso indica que a dinâmica agrícola mesmo sendo fundamental não determina sozinha os rumos da demografia do rural. O que vai explicar esse novo cenário é o incremento do emprego não-agrícola no meio rural. Elevou-se também o número de desempregados, inativos e aposentados residentes no campo brasileiro. Se ainda persiste algum êxodo este não tem tanta força para condicionar esse novo padrão emergente de recuperação das áreas rurais do país.

Silva (2001) diz que é perigoso alimentar ilusões de que o mercado por si só tenha implantado um novo dinamismo sustentável ao meio rural brasileiro. Ele mostra que o inevitável é o êxodo agrícola, o qual pode ser compensado, pelo menos de forma parcial, pelo crescimento das ocupações rurais não-agrícolas. E juntando-se a isso os inativos que busquem as áreas rurais para fim de moradia, pode ser exequível uma política de contenção do êxodo rural existente ainda em algumas regiões do país, a exemplo do Sul.

Com relação ao mito de que o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural, Silva (2001) mostra que as ocupações agrícolas são as que geram as menores rendas e que o número de famílias agrícolas está decrescendo pois as mesmas não conseguem sobreviver apenas de rendas agrícolas. Não vem aumentando nem mesmo as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas. Está ocorrendo, portanto, uma transformação das famílias em não-agrícolas, as quais garantem a sobrevivência através de transferências sociais, a exemplo de aposentadorias e pensões e de ocupações não-agrícolas.

A partir da segunda metade dos anos 90 as famílias agrícolas e pluriativas se tornaram mais pobres. E a queda das rendas per capita delas só não foram maiores devido à “compensação” crescente das transferências sociais de aposentadorias e pensões. E por tal razão as famílias rurais estão se tornando cada vez mais não-agrícolas.

Por outro lado, segundo Silva (2001) as atividades agrícolas de uma determinada região podem ser definidas a partir da busca de áreas de lazer, turismo e preservação ambiental, pela população dos grandes centros urbanos vizinhos às áreas rurais. Cria-se portanto, “novas atividades agrícolas”, a exemplo dos pesque-pague, das fazendas de caça, criação de plantas e animais para fins ornamentais, etc.

Pode-se encontrar, portanto, no novo rural brasileiro as mesmas velhas dinâmicas de geração de emprego e renda associadas aos complexos agroindustriais; porém, elas não são as únicas e nem as principais fontes de geração de emprego rural, especialmente em regiões onde a população rural é relativamente pequena e as cidades são muito grandes e uma parte da população ocupada na agricultura tem domicílio urbano há muito tempo, a exemplo do Centro-Sul do país. E nas regiões onde o processo de modernização foi muito intenso as atividades agropecuárias geram uma demanda por mão-de-obra pequena e quase sempre qualificada, a qual é atendida por empresas de prestação de serviços localizadas nas cidades mais próximas.

O que há de novo, portanto, no novo rural brasileiro e latino-americano, na visão de Silva (2001) é o motor do crescimento dos empregos rurais não-agrícolas-ERNA, que são as demandas urbanas e não as mudanças internas do setor agrícola.

Um outro mito derrubado depois dos trabalhos do Rurbano foi o de que a gestão das pequenas e médias propriedades rurais é familiar. Para isso Silva (2001), coloca que esta gestão está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades enquanto os demais membros familiares procuram exercer suas atividades em outras produções, geralmente fora da propriedade. Por outro lado, uma parte cada vez maior das atividades agropecuárias estão sendo contratadas externamente através de serviços de terceiros, as quais eram antes exercidas no interior da propriedade. E isso independe do tamanho das explorações.

Silva (2001, p. 9) coloca, portanto, que a “família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária”. A agricultura deixou de ser o centro das atividades da família porque a família deixou de ser agrícola, tornando-se pluriativa ou não-agrícola, mesmo permanecendo no meio rural.

### 1.7.1.2 Os novos mitos

Além dos velhos mitos derrubados, outros novos foram criados com os trabalhos do Rurbano em suas fases I e II. Um desses novos mitos é que a ORNA é a solução para o desemprego.

Para esse mito, Silva (2001) diz que os trabalhos têm mostrado, mesmo com a evolução das ocupações não-agrícolas, que para uma parte significativa da população residente no rural a agricultura continua sendo a única alternativa, especialmente para os mais pobres. É a parcela da força de trabalho agrícola que vai tornando-se excedente devido o progresso tecnológico e devido à reestruturação produtiva não encontra ocupações não-agrícolas para se engajar automaticamente.

Por outro lado, a maior parte das ocupações rurais não-agrícolas no caso brasileiro, mesmo propiciando uma renda relativamente maior do que as agrícolas e não sendo tão penosos seus trabalhos quanto os trabalhos agrícolas, são também trabalhos precários e de baixa qualificação.

Outro novo mito criado foi o de que a ORNAs pode ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas. Com relação a esse mito Silva (2001) fala que uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi a de mostrar que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural tem origem urbana, em outras palavras, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, a exemplo das dinâmicas imobiliárias por residência no rural e dos serviços ligados ao lazer.

Silva (2001) mostra também que as ORNA têm maior dinamismo nas áreas rurais com agricultura desenvolvida e/ou que estão mais próximas das concentrações urbanas de grande porte. Em outras palavras, nas áreas mais atrasadas não há emprego agrícola e muito menos ocupações não-agrícolas. A alternativa que o autor coloca é que deve haver políticas compensatórias, a exemplo de renda mínima e previdência social. Silva (2001) mostra que há uma certa “reversão cíclica” à produção de subsistência nessas regiões mais atrasadas.

É o que parece está acontecendo no caso Nordeste, segundo Silva (2001), aonde as ocupações agrícolas que vinham diminuindo voltaram a se elevar em 1999 devido, em parte, ao fim da seca. Sendo que essa retomada da produção de subsistência é financiada em grande parte pelas transferências sociais de renda, sendo a mais importante às provenientes da aposentadoria rural, e pelo trabalho da mulher dos pequenos produtores, as quais se tornam

empregadas domésticas nas cidades e respondem por parte significativa das rendas monetárias das famílias de empregados rurais.

Silva (2001, p. 11) coloca, em resumo, que “a falta de desenvolvimento rural na grande maioria das ‘regiões atrasadas’ do país se deve fundamentalmente a falta de desenvolvimento das atividades não-agrícolas”.

Outro mito novo criado nesse processo é o de que a reforma agrária não é mais viável. Para isso Silva (2001) mostra que a agricultura não é mais a forma melhor de reinserção produtiva das famílias rurais que se encontram sem terra, em função do baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor. O que não é mais viável, na visão do autor, são as pequenas áreas destinadas a produção apenas de arroz-feijão, bem como outros produtos agrícolas tradicionais; porém, existem outras atividades disponíveis para a geração de ocupação e renda para as famílias residentes no campo, não sendo as tradicionais as únicas. É possível e é cada vez mais necessário, para o autor, uma reforma agrária criadora de novas forma de inserção produtiva para as famílias residentes no campo, a exemplo das novas atividades agrícolas ou das ORNA.

O novo rural não precisar de regulação pública é outro mito novo criado com o Projeto Rurbano. Silva (2001) coloca que o novo rural não é composto apenas de “amenidades”. No Brasil, a maior parte das ocupações rurais não-agrícolas são trabalhos precários e de baixa remuneração. Houve elevação do número de desempregados e existem milhões de sem-sem, os quais devem engrossar o êxodo rural caso sejam geradas novas oportunidades de trabalho nas cidades.

O traço comum existente entre o novo e o velho rural, segundo Silva (2001), é a heterogeneidade, fato que impede a generalização de situações locais específicas.

Silva (2001, p. 12) coloca que a emergência das novas funções para o rural junto com a perda da regulação setorial, através de políticas agrícolas e agrárias, que resultou do “*esvaziamento do Estado nacional*”, deixou espaços para que as políticas de regulação pública e privada sejam demandadas. O autor coloca como exemplo o caso das prefeituras que lutam contra a proliferação dos condomínios rurais que não passam de loteamentos clandestinos e que demandam serviços como água, luz, coleta de lixo, etc; e dos pesque-pague, os quais tem que se submeter à fiscalização dos serviços de saúde, do IBAMA e do INCRA que possuem legislações contraditórias para enquadramentos de uma mesma atividade, etc; portanto, precisa-se de uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro, pois sem isso se corre o risco de vê-lo envelhecer de forma prematura.

O último mito novo criado nesse contexto é o de que o desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento. Para esse mito em particular Silva (2001) coloca que os trabalhos têm mostrado que a busca do desenvolvimento da agricultura através de uma abordagem setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma determinada região. Além de que a falta de organização social tem se mostrado como uma espécie de barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, no momento em que a globalização revaloriza espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados.

O enfoque baseado no desenvolvimento local, na visão de Silva (2001) pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os protagonistas dos processos de transformação de seus lugares; porém, o que ocorre na realidade é que essa organização a nível local nem sempre existe, e quando existe está restrita aos “velhos” atores sociais responsáveis pelo subdesenvolvimento local

Silva (2001, p.13 ) coloca que :

Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

No caso do Brasil, para Silva (2001) as ações que se voltaram para o desenvolvimento agrícola não foram acompanhadas pelo tão esperado desenvolvimento rural.

Dentro dessa contextualização de novo rural será feito, a seguir, um levantamento da região Nordeste, buscando analisar as características dessa região nesse “novo mundo”. O fato de se falar dessa região diz respeito a mesma ser o palco da heterogeneidade existente, onde cada estado mostra um comportamento fazendo urgir a necessidade de trabalhos de campo para um melhor esclarecimento deste fato, o que será feito na terceira parte deste trabalho.

### **1.9 O novo rural nordestino**

No que diz respeito ao Nordeste do Brasil , Gomes da Silva & Veras (2001) dizem que a região acompanha a tendência nacional ao se estudar os dados com relação à população rural ocupada, ou seja, ocorre uma crescente importância das ocupações não-agrícolas no meio rural.

Analisando-se, porém, os estados particularmente nota-se uma heterogeneidade forte. Como exemplo os autores supracitados mostram que, nos anos 90, apenas cerca de 25% da PEA rural estava ocupada em atividades não-agrícolas em termos gerais. Desagregando por estados, encontra-se o Rio Grande do Norte com mais de 48% da PEA rural estadual ocupada em atividades não-agrícolas, enquanto que na Bahia esse número não chega aos 20%. Na Paraíba<sup>7</sup> o montante da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas fica em torno de pouco mais de 20%.

Com relação à questão das novas dinâmicas de desenvolvimento rural, as chamadas ORNAs, para o caso nordestino, existe um certo ceticismo por parte de muitos pesquisadores, na visão de Gomes da Silva & Veras (2001). Isso ocorre devido ao fato das primeiras análises desse fenômeno terem por base estudos feitos a partir do desenvolvimento rural de países desenvolvidos e devido aos dados sobre o Brasil corresponderem principalmente aos estados com elevado grau de modernização da agricultura, estando os estados do Nordeste praticamente fora desse processo.

Para Lima (2002) havia bastante descrença, especificamente para pesquisadores da questão agrária do Nordeste, devido as dinâmicas de geração de ORNA estarem relacionadas à fatores que não se encontram generalizados nesta região, a exemplo da urbanização do interior e elevado grau de desenvolvimento das relações de produção capitalista no campo. Porém foram desenvolvidos trabalhos no Rurbano demonstrando que o Nordeste tem condições de transferir muito dinamismo à reestruturação das áreas rurais, apresentando características como: aumento da importância das atividades não-agrícolas no campo, diminuição da população e da importância econômica de atividades agrícolas tradicionais, bem como novo vigor de atividades que ganharam um nicho de mercado.

Gomes da Silva & Veras (2001) colocam que as ocupações não-agrícolas foram responsáveis pela não redução, de forma generalizada, das ocupações no rural. Ocorre, porém, uma diversidade de situações estaduais fazendo urgir a necessidade de realização de trabalhos de campo a nível local que possibilitem o dimensionamento e a qualificação destas atividades, o que pode ser visto no capítulo III deste trabalho para uma localidade que tem características idênticas ao estado da Paraíba. Este estado será analisado nos parágrafos seguintes mas, para se ter uma visão mais abrangente, ver Lima (2002).

---

<sup>7</sup> Sobre a Paraíba Ver: LIMA (2001)

### 1.10 O Novo rural paraibano

De acordo com Lima (2002) o estado da Paraíba tem como uma de suas mais importantes atividades econômicas a agricultura. Essa, porém, apresenta uma baixa produtividade no que diz respeito, principalmente, a produção de alimentos para o consumo interno. A baixa produtividade é explicada pelos métodos rudimentares utilizados, a exemplo de ausência de práticas de conservação do solo e falta de tecnologia moderna entre outros, e de problemas de ordem sócio-político-econômico, a exemplo de falta de melhoramento técnico para o agricultor, falta de planejamento, estrutura fundiária, entre outros problemas.

Neste contexto os grandes produtores se encarregam da produção que possui um maior peso econômico e comercial, a exemplo do que foi o algodão, a cana-de-açúcar, o sisal, o abacaxi e a pecuária, enquanto os pequenos produtores familiares concentram seus esforços na produção dita de subsistência, a exemplo do feijão, do milho, da fava, da batata, da mandioca e do arroz, entre outras culturas.

Cada produto tem sua importância ao longo da história paraibana, porém duas culturas chamam atenção por ser as que mais exemplificam o estudo feito neste trabalho, no terceiro capítulo, pois a produção da localidade escolhida para fazer parte da amostra é essencialmente de subsistência e se resume praticamente à plantação de milho e de feijão. E uma das explicações para que tais culturas não tenham tanta importância quanto outros produtos para o mercado é o preço, que se apresenta relativamente baixo.

Outra cultura explorada na Paraíba que também se apresenta no município estudado é a pecuária, em sua maioria de médio porte, a exemplo dos caprinos e ovinos, além das que possuem um porte maior como os gados bovinos.

No geral, de acordo com Polari, 1995, a agropecuária sofre devido a vários fatores que acabam prejudicando as culturas encontradas no estado, a exemplo das condições climáticas, cujas secas são freqüentes e prolongadas como nos anos de 66, 70, 79, 80, 81, 83, 87, 90, 93, 98 e 1999, além do baixo desenvolvimento tecnológico, da concentração de terras, dos baixos apoios técnico-financeiros por parte dos governos e das relações de trabalho, com a exploração da força de trabalho, pouca mão-de-obra assalariada e baixos salários.

Para os anos 90, segundo Lima (2002) a situação sofre pioras, encontrando-se num estado mais deplorável. Os fatores citados por Polari permanecem no contexto atual e ainda se tornam mais agudos, com o PIB do estado sofrendo uma queda de 6,0% de 1990 para 1999.

Alguns fatores, como a abertura comercial, a valorização do real, a diminuição do apoio governamental, a valorização do mercado, a crise internacional dos preços das commodities e

do modelo produtivista baseado na Revolução Verde, contribuem para a diminuição das ocupações agrícolas no meio rural paraibano.

Um fato que Lima (2002) classifica como interessante é que mesmo com a queda das ocupações agrícolas, a população no meio rural paraibano parou de diminuir. Ao longo da história em tempos de crises a população do campo encontrava como uma possível solução, a migração para outros locais. A população caiu de 1970 para 1980, porém em 1989 volta a crescer devido à elevação do número de mulheres no campo, a quantidade de homens, por outro lado, continua diminuindo.

O estado paraibano, segundo o IBGE, se encontra em quinto lugar com relação ao número de habitantes, com a maior parte de seus municípios apresentando um crescimento populacional negativo, e a população crescendo apenas em regiões litorâneas ou com forte atração populacional em decorrência do dinamismo socioeconômico (Lima, 2002).

Para Lima (2002, p.45) “são os fatores de ordem natural somados aos fatores de dinamismo econômico, que moldam o comportamento da população paraibana quanto a sua mobilidade dentro do espaço geo-econômico estadual”. É possível, de acordo com o censo do IBGE 2000, ver como se encontra dividida a população estadual entre os espaços rural e urbano, sendo que cerca de 72% da população encontra-se em áreas urbanas, enquanto que 28% se encontra no rural, apresentando um elevado êxodo.

Para a PEA rural ocupada, entre os anos de 1992 e 1999, segundo Lima, 2002, observando de forma mais detalhada, houve crescimento da população que reside no meio urbano ocupada em atividades rurais, crescendo cerca de 1,5% a.a., enquanto às residentes no meio rural apresentou um crescimento negativo de -1,8% a.a. No primeiro caso foi um crescimento de 108 mil empregos, enquanto o segundo apresentou uma queda de 53 mil empregos.

Lima (2002) mostra com uma maior abertura dos dados que houve uma forte diminuição no número de pessoas residentes no urbano que se ocupam na agropecuária, cerca de 25 mil nos anos 90, com uma taxa de crescimento de -3,9% a.a. Este fato indica que a quantidade de ocupações geradas para a população residente em áreas rurais só não apresentou uma queda maior devido ao fato de terem sido criadas atividades não-agrícolas no estado. Em anos de seca ocorre redução do número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e nos anos de chuva ocorre elevação desse número.

De acordo com os dados da tabela 01 abaixo é possível perceber a evolução da população que reside no campo e no meio urbano ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas. Baseando-se nos dados desta tabela vê-se que as ocupações não-agrícolas nos dois

seguimentos é que apresentam os maiores índices de crescimento, enquanto as agrícolas apresentam índices menores.

Existe uma fragilidade com relação à base econômica da área rural no estado da Paraíba, que se centra na produção agrícola de subsistência. Nos anos em que a seca assola a região uma quantidade de pessoas fica com a produção de alimentos prejudicada. De acordo com Lima (2002) apenas uma pequena parte dessas pessoas conseguem exercer atividades não-agrícolas, não conseguindo portanto conter o desemprego agrícola.

Lima (2002) coloca que o rural agrícola sofre as perdas maiores em termos de postos de trabalhos, enquanto se eleva a população ocupada em atividades não-agrícolas e residentes no rural. E chega a conclusão de que as dinâmicas das ocupações rurais não-agrícolas no estado paraibano tem maior importância enquanto opções para conseguir rendas nos períodos de estiagem.

Das atividades não agrícolas encontradas na Paraíba pode-se citar as indústrias de transformação, e da construção civil, comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares, transporte, serviços sociais, administração pública, entre várias outras. E com relação à renda tem-se a importâncias das transferências públicas e privadas.

No capítulo seguinte será feita uma análise dos principais aspectos socioeconômicos do município de Soledade, no interior do estado da Paraíba, que foi escolhido por ter características bem semelhantes ao estado. E em seguida, no capítulo III deste trabalho, será mostrada uma pesquisa feita para esse município retratando, entre outras coisas, a formação das rendas das pessoas residentes no meio rural para se ter uma idéia da importância da agropecuária e de outras atividades não-agrícolas na formação dessas rendas.

**Tabela 01- População ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Paraíba- (1000 pessoas) 1992/99**

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas 1992 a 1999 % a.a
TOTAL	1.271	1.330	1.334	1.304	1.354	1.290	1.326	0,3
Urbano	760	800	846	809	860	831	868	1,5***
Agrícola	86	87	93	67	98	70	61	-3,9*
Não-agrícola	674	714	754	742	762	761	807	2,1***
Rural	511	529	488	495	495	459	458	-1,8***
Agrícola	414	393	390	383	393	294	317	-3,9***
Não-agrícola	98	136	98	111	102	165	141	4,2

**Fonte:** Tabulações Especiais do projeto RURBANO, I.E/UNICAMP. Setembro/2000 in Lima, 2002

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-liner contra o tempo.

## CAPÍTULO II

### **2 Aspectos socioeconômicos do município de Soledade**

Neste capítulo será feito um levantamento dos principais aspectos sociais e econômicos do município de Soledade, interior da Paraíba, para se ter uma visão mais ampla desta localidade. Serão considerados aspectos da evolução histórica, características municipais, aspectos relacionados à saúde, educação, economia, entre vários outros, que compõem este município.

#### **2.1- Origem e evolução histórica do município de Soledade**

A origem deste município dá-se de forma bastante curiosa, por não seguir a lógica do surgimento das demais cidades nordestinas. Soledade teve como ponto de partida a construção de um cemitério

De acordo com NÓBREGA (1974), este município que teve como nome primitivo, “Malhada das Areias Brancas”, era uma fazenda de criação de gado e originou um arraial a partir da construção de uma capela pelo Padre Ibiapina, a qual foi construída sobre a sepultura de uma moça falecida de cólera.

Um surto de cólera ocorrido em 1856 causou a necessidade de construir um cemitério próximo à fazenda, com o intuito de sepultar as vítimas fatais dessa doença. Isso devido a longa distância do cemitério mais próximo, o cemitério de São Francisco, na atual cidade de Olivedos, que ficava à 20 Km de distância. O que causava transtorno e constrangimento no sepultamento dos mortos, tanto devido a distância quanto a difícil acessibilidade por conta das estradas ruins.

No contexto histórico da época, o Padre Ibiapina abençoou um terreno e fundou um cemitério para sepultar as pessoas que morreram vítimas da cólera. Para construir o cemitério o padre contou com a ajuda de proprietários e agregados de fazendas próximas que também

estavam interessados nesta construção. Devido a este motivo inicia-se a formação de um arraial que viria transformar-se no município de Soledade.

Passou-se a construir casas próximas umas das outras e o povoamento do local foi se intensificando dando origem a um conjunto de casas conhecido atualmente como “Vila de Soledade” ( PINTO, 1916 apud SEBRAE/PB/PRODER, 1997 ). Além disso, houve a construção de uma capela com casas ao redor, o que serviu para intensificar ainda mais o início do povoamento dessa localidade (MARIZ apud SEBRAE/PB/PRODER, 1997).

De acordo com o SEBRAE/PB/PRODER (1997), o distrito de Soledade foi criado pela lei provincial nº 682, de 3 de outubro de 1879. E sua emancipação política ocorreu em 24 de setembro de 1885, data que o distrito foi elevado à categoria de cidade; portanto, este município completou em 24 de setembro de 2002, cento e dezessete anos de emancipação política.

## **2.2- Considerações acerca dos aspectos físicos e locais do município de Soledade**

### **2.2.1 Localização**

A cidade de Soledade foi criada pelo Decreto nº 791, de 24/09/1885 e está situada na mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Ocidental, as margens da BR 230, ocupando uma área territorial de 634,7 km<sup>2</sup>, que equivale à cerca de 16,02% da área da microrregião e a 1,12% do estado da Paraíba. Possui altitude de 521m acima do nível do mar e temperatura variando entre 22° C (de maio a agosto) e 36° C (de dezembro a abril) ( SEBRAE/PB/PRODER, 1998, GUIMARÃES, 2001 Et al).

### **2.2.2 Limites**

De acordo com Guimarães, 2001, Soledade limita-se ao norte com as cidades de São Vicente do Seridó, Cubati e Olivedos , ao sul com Gurjão, ao leste com Boa Vista e Pocinhos e ao oeste com Juazeirinho.

### 2.2.3 Recursos Hídricos

Devido ao fato de estar situada em uma área de transição entre o Agreste e o Sertão a cidade sofre sérias restrições pluviométricas, com a média dos últimos anos situando-se abaixo dos 300 mm<sup>1</sup>, chegando a ser considerada como um dos pólos mais secos do Nordeste, com curta estação chuvosa e períodos de seca de até 11 (onze) meses, de acordo com os dados do Sebrae. Em 1998 o índice pluviométrico chegou a 84,5 mm (Tabela 02)

**Tabela 02 - Precipitação pluviométrica anual no município de Soledade(mm) – 1995/98**

Anos	Precipitação
1995	464,4
1996	276,2
1997	330,0
1998	84,5

**Fonte:** IDEME- Anuário Estatístico-1999

O relevo de Soledade possui pequenas serras e ausência absoluta de planaltos. Sua bacia hidrográfica compreende o Riacho dos Zezês e o Riacho Macaco que são barrados, respectivamente, pelos açudes Negrinhos, com capacidade para 611.000 m<sup>3</sup> de água e o açude Soledade, com capacidade para 27.058.000 m<sup>3</sup>.

Este último açude, que foi construído pelo DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra Secas, durante décadas, era o grande aliado da comunidade de Soledade na luta contra a falta de chuvas na região. Até que, em 1994, ele secou e até hoje não voltou a encher. A água acumulada nas últimas chuvas, a exemplo de 2001 e 2002, apenas ocupou menos da metade da capacidade do açude.

Além desses açudes maiores existem vários outros, além de barragens, barreiros e poços particulares que fazem parte do conjunto de reservatórios de água, que servem para o consumo desse líquido pela população municipal.

De acordo com dados da prefeitura municipal, dos poços tubulares perfurados em toda a história deste município, observa-se uma média de profundidade de 40m e uma vazão média de 1.8 metros cúbicos/hora, com a maior profundidade atingindo 70 m e a menor 15 m. Dessa

<sup>1</sup> Uma localidade com precipitação pluviométrica abaixo de 400mm corre risco de desertificação de acordo com os meteorologistas

forma, deduz-se que cerca de 30% dos poços perfurados, ou analisados não possuem uma vazão consistente para viabilizar suas instalações e conseqüente funcionamento.

Um outro aspecto a ser levado em consideração é que pode ser observado um alto índice de impurezas nas águas pesquisadas. Este fato inviabiliza muitos processos de perfuração de poços. Além disso, a salinidade também inviabiliza tais processos devido ao fato de que muitas águas são tão salgadas que nem os animais conseguem beber.

Um ponto positivo dessa questão é a instalação da “Adutora do Cariri”, inaugurada no ano de 2002, no Governo Roberto Paulino, que trouxe de volta para as pessoas de Soledade a alegria de poder ter água nas torneiras, fato que não se via no município há vários anos. As pessoas do meio rural, porém, não desfrutam desse prazer porque no campo não existe água encanada, só em alguns casos particulares que aproveitam os poços ou cisternas e os próprios proprietários fazem a encanação.

Essa adutora traz água do açude de Boqueirão para Soledade e algumas cidades circunvizinhas, a exemplo de Juazeirinho e Cubatí. E a água que chega até as casas através dela é utilizada de várias formas, desde para lavagens de roupas, louças e banheiros, até para cozinhar e beber. O problema é que muitas pessoas, talvez por “ingenuidade”, utilizam essa água de forma indiscriminada na lavagem de calçadas, carros e para “*aguar o terreiro*”, como elas próprias falam e desperdiçam uma quantidade exagerada desse líquido que para uma região desse tipo deveria ser bem cuidada.

O saneamento básico é de responsabilidade da CAGEPA, Companhia de água e Esgotos da Paraíba, que possui sede no município.

### **2.3 Caracterização da Vegetação do município**

De acordo com os dados do SEBRAE/PB/PRODER (1998), a vegetação do município de Soledade é hiper-xerófita do tipo arbustiva-arbórea, destacando-se árvores como : o mulungú, a baraúna, a craibeira, a barriguda, o pereiro, o cardeiro. Além de arbustos como: o marmeleiro e uma grande quantidade de cactáceas, que são predominantes devido as grandes derrubadas de árvores no município, a exemplo das 30.000 toneladas de lenha colhidas no ano de 1994.

Um outro tipo de árvore nativa da região é o umbuzeiro, que além de ser resistente ainda apresenta uma produção elevada e constante, servindo como fonte de renda de algumas

famílias, que no período da safra colhem e vendem os frutos dessa árvore. Além disso, o umbuzeiro contribui para a preservação do meio ambiente.

Existem ainda outros tipos de árvores na região que contribuem de forma positiva no que diz respeito a geração de renda, a exemplo do tambor, que é muito utilizado para fabricação de portas e janelas e, apesar de maltratar o ambiente com a derrubada, traz renda para as famílias que se dedicam a esse ofício.

Outra árvore muito encontrada no município é a algaroba que, a exemplo do homem nordestino, é um símbolo de resistência e luta, pois resiste às secas mais longas indo buscar água em profundidades muito grandes, utilizando suas raízes compridas e fortes. E as vargens frutos dessas árvores servem de alimentação para o gado nos períodos mais secos.

## **2.4 Caracterização dos Solos**

Segundo os dados do SEBRAE/PB/PRODER (1997), o solo do município de Soledade é predominantemente halomórfico. Esse fato prejudica os projetos de utilização das águas do subsolo, devido ao alto índice de salinidade.

A fim de resolver este problema foram instalados dessalinizadores no município que funcionaram durante um período, mas atualmente encontram-se desativados.

Ainda não foi feito um estudo para saber as potencialidades do solo soledadense com relação a possíveis culturas que poderiam ser desenvolvidas; porém, apenas culturas de subsistência, a exemplo do milho e do feijão, é que são encontradas com maior frequência, em decorrência talvez da própria necessidade do homem do campo em sobreviver.

## **2.5 Caracterização da Fauna de Soledade**

Mesmo com as secas frequentes que castigam a região e o desmatamento causado pelo homem em busca de sobrevivência, o município de Soledade ainda possui uma fauna bastante diversificada.

Nesta região são encontradas aves de vários tipos, tamanhos e cores. A exemplo do papagaio, do concriz, da casaca-de-couro, da seriema, do galo-de-campina, das rolinhas

(menos a cascavel que não mais pode ser encontrada), do gavião-peneira, do carcará, da coruja, do azulão, do beija-flor, do pardal, das andorinhas, dos anuns, da juriti, do pombo, do sibiti, graúna, periquito, golado, papa-capim, senhassú, Maria-fita, canção, papa-lagarta, lavadeira, entre vários outros; porém só é possível encontrar tais aves, com maior freqüência, em períodos em que a vegetação se encontra verde.

No que diz respeito aos animais silvestres, encontram-se ainda na região o tamanduá, o gato-vermelho, as cobras venenosas, o tatu, o peba, o camaleão, o preá e o teju entre vários outros. Alguns destes servem não só para enfeitar as matas mas, também, fazem parte do cardápio de várias famílias residentes no campo, o que contribui para a diminuição e possível extinção dos mesmos.

## **2.6 Consideração acerca dos aspectos demográficos do município**

Pelos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Estatística e D.E.E., citados em Nóbrega (1974), é possível ter uma visão da evolução demográfica do município de Soledade, a partir dos anos 40 até 1970, onde se percebe um crescimento do número de pessoas no meio urbano bem maior do que o crescimento percebido no meio rural.

Das 3.892 pessoas residentes no município em 1940, segundo os dados dessa fundação, apenas 509 destas residiam no meio urbano, enquanto 3.383 viviam no campo.

Já em 1950 houve uma elevação da população como um todo para 5.103 pessoas, crescendo a população nos dois seguimentos, sendo 819 pessoas para o urbano e 4.284 para o rural.

No ano de 1960 o comportamento foi um pouco diferente, pois só cresceu a população urbana para 1.636 pessoas, enquanto que a população rural sofreu um decréscimo para 3.830 pessoas, das 5.466 existentes no município.

Em 1970 a população total cresceu novamente e nota-se a importância maior para o urbano, na medida em que esta população cresceu para 2.773 pessoas, das 6.542 pessoas existentes no município, enquanto que a população rural caiu novamente para 3.769 pessoas.

Pelo que se percebe, baseando-se em dados mais atuais, a exemplo do Censo 1996, a população rural diminuiu ainda mais. E no caso desse município, em particular, acredita-se que os motivos que levaram tais pessoas a abandonarem os campos para viverem no meio urbano sejam, entre outras coisas, a falta de chuvas regulares e a falta de políticas de

desenvolvimento que assegurassem uma vida digna dessas pessoas enquanto habitantes do meio rural.

Existem, porém, mesmo sem esses atrativos, muitas pessoas residindo no meio rural. E algo assegura a permanência destas pessoas no campo, resta saber o que de fato ocorre para que tais pessoas não se interessem em se deslocarem para viver no meio urbano do município. Isso será percebido com mais clareza no capítulo III desse trabalho.

De acordo com o Censo realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 1996, a população de Soledade encontrava-se com 11.107 habitantes, dos quais, 5.673, ou seja 51,07%, eram mulheres, e 5.434.(cerca de 48,93%) eram homens.

No censo realizado em 1991 a população da localidade era maior do que o levantamento executado em 1996. Em 1991 a população do município era de 11.175 habitantes, o que cria uma situação inusitada de decréscimo de pessoas residentes em toda a extensão territorial de Soledade entre esses anos.

Mas, segundo os dados do Censo 2000 a população volta a crescer. O município possui cerca de 12.061 habitantes, sendo 8.460 (cerca de 70%) residentes no centro urbano e 3.601 (cerca de 30%) no meio rural. Desse total, 5.897 habitantes são do sexo masculino e 6.164 do sexo feminino. Do total de homens, 4.062 residem no meio urbano e 1.846 no meio rural, enquanto que no total das mulheres, 4.398 residem na área urbana e 1.755 na área rural. Nota-se, portanto, que no meio urbano a maior parte da população é feminina enquanto que no campo existe uma predominância de homens, mesmo são sendo muito grande a diferença. A taxa de crescimento anual da população é de 2,08%.

## **2.7 Considerações acerca dos aspectos da saúde**

Para desenvolver os diversos trabalhos na atividade de saúde, a secretaria de saúde municipal conta com a seguinte estrutura organizacional, segundo a própria secretaria:

- \* Departamento da Saúde
- \* Setor de Vigilância Sanitária e Epidemiológica
- \* Setor Médico/ Enfermagem/ Odontológico
- \* Setor de Planejamento Familiar
- \* Setor de Creche e Materno-Infantil
- \* Setor de Formação Profissional

\* Setor de Apoio ao portador de deficiência e a pessoa de 3ª idade

A Secretaria de Saúde e Ação Social encontra-se localizada à rua Prefeito Inácio Claudino, 86, centro, do município (próximo a igreja católica).

De acordo com a Secretaria de saúde (2002) o atendimento básico em saúde é realizado no Centro de Saúde no meio urbano, enquanto que na zona rural o atendimento se dá nos postos de Viração, Carneiro e Bom Sucesso.

Segundo a Secretaria de Saúde (2002), as urgências, emergências e consultas especializadas são encaminhadas para a Fundação Médico Hospitalar de Soledade; porém, nos casos mais graves, quando nesta unidade não há possibilidade de atendimento, os pacientes são encaminhados à Campina Grande e/ou João Pessoa.

As unidades de saúde não atendem apenas pessoas do município de Soledade. De acordo com a secretaria, pessoas das cidades de São Vicente, Olivedos, Juazeirinho, Cubati, Pocinhos e Gurjão também recebem atendimento nestas unidades.

A Secretaria de Saúde, atualmente, está prestando atendimento médico/odontológico na zona rural, através de uma unidade móvel, atendendo assim à população rural. Isso é possível por intermédio do Programa de Saúde da Família.

Segundo a Secretaria de Saúde, “O programa de saúde da família caracteriza-se como uma estratégia que possibilita a integração e promove a organização das atividades em um território definido, com o propósito de propiciar o enfrentamento à resolução dos problemas identificados” (SECRETARIA DE SAÚDE DE SOLEDADE, 2002).

Além das famílias atendidas na cidade propriamente dita, o PSF também atende cerca de 875 famílias no meio rural, as quais estão divididas em 5 áreas ou 16 microáreas, com um agente de saúde responsável por cada microárea, além de uma equipe que compreende: médico, enfermeiro, odontólogo, auxiliar de enfermagem e atendente de consultório.

Graças a este programa foi possível escolher a amostra e identificar as famílias que seriam entrevistadas no trabalho de campo que foi feito neste município, o qual se encontra no terceiro capítulo deste trabalho.

De acordo com os dados na tabela abaixo, o município conta com 3 postos de saúde, 1 centro de saúde, 1 laboratório de análises, 1 hospital com 27 leitos para atender as pessoas necessitadas de atendimento médico hospitalar. As internações em 1999, de acordo com os dados do Censo 2000, foram 897 com um total de 42 óbitos.

**Tabela 03 – Tipos de unidades de atendimento em Soledade - 1999**

Tipos	Quantidades
Postos De Saúde	04
Centro De Saúde	02
Laboratório	01
Hospital	01
Leitos	27
Unidades Ambulatoriais	09

Fonte: Censo 2000 do IBGE

Segundo a Secretaria de Saúde Municipal, o número de profissionais especializados na área de saúde pública disponível para o atendimento da comunidade é inferior ao que efetivamente necessita-se para melhorar o nível de vida e bem estar das pessoas.

Existem, efetivamente, 08 médicos e 04 odontólogos para atender uma população de 12.061 habitantes. E devido ao nível de renda da população ser baixo a maioria das pessoas necessitam desses profissionais e ficam, portanto, prejudicados devido ao pequeno número destes. Existem ainda 2 consultórios de odontologia particulares para as pessoas que possuem um nível de renda maior.

Na tabela 04 é possível ver a quantidade de profissionais da saúde envolvidos com a saúde das pessoas do município, bem como a deficiência desses números, pois a quantidade de pessoas residentes no município é relativamente alto relacionado com a quantidade de profissionais da área de saúde.

**Tabela 04 - Profissionais da saúde à disposição dos programas de atendimento da saúde pública de Soledade-1998**

Profissionais	Quantidades
Médico	08
Odontólogo	04
Enfermeiro	02
Assistente Social	01
Auxiliar De Enfermagem	13
Agente De Saúde	16
Psicólogo Clínico	01
Bioquímico	01
Motorista	02
Pessoal Administrativo	19
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Soledade

Na tabela 05 é possível ver o índice de natalidade e mortalidade infantil para os trimestres relacionados ao ano de 1997. Registra-se um número de 5 mortes para 115 crianças nascidas vivas, um índice de 4,35%.

**Tabela 05- Indicadores de mortalidade infantil em Soledade-1997**

<b>Trimestre</b>	<b>Natalidade</b>	<b>Mortalidade</b>
Primeiro	32	00
Segundo	37	02
Terceiro	29	02
Quarto	17	01
<b>TOTAL</b>	<b>115</b>	<b>05</b>

**FONTE:** Secretaria de Saúde do Município de Soledade

De acordo com os dados da Secretaria de Saúde as demais causas de mortes constatadas da população como um todo, foram: a Desnutrição, a cardiopatia, o câncer de mama, o suicídio, a velhice e o câncer de vários tipos.

No ano de 1997, as doenças constatadas foram: a meningite, a hepatite, a hanseníase, a dengue, a difteria e a AIDS. Destas, a de maior incidência, com 420 casos registrados foi a dengue, que é um problema não só do município de Soledade, mas de todo o país, fato que é notável nas freqüentes propagandas da luta contra o mosquito ainda hoje.

De acordo com a Secretaria de Saúde as principais causas de atendimento nos serviços ambulatoriais do município são: a hipertensão sistêmica, as doenças respiratórias (IRAS), a parasitose intestinal, a diarreia, as doenças do trato gênito-urinário, a diabetes, as doenças reumáticas, as cardiopatias, acidentes com objetos perfuro-cortantes, as doenças do trato gastro-intestinal, a dengue e a difteria.

As principais causas de internação, segundo a Secretaria de Saúde, são: a enteroinfecção, a desnutrição, a desidratação, a pneumonia, a insuficiência cardíaca, a doença pulmonar obstrutiva crônica, a insuficiência arterial e a pielonefrite.

## **2.8 Considerações sobre a segurança**

Os aspectos relacionados à segurança no município apresentam uma série de falhas. Soledade conta com o contingente policial de apenas: 1 delegado, 2 agentes policiais e 6 policiais militares, além de uma viatura para fazer a segurança das pessoas. E como a cidade está crescendo, cresce também a violência: brigas, assaltos, arrombamentos e roubos, o que não era comum ver em um local do porte deste.

Este fato faz com que se elevem as procuras por seguranças particulares, bem como por cães de guarda, pois as pessoas se sentem inseguras e procuram outras formas de segurança já que a Segurança Pública, que seria um Direito do povo, apresenta falhas e a população é que sofre as conseqüências e tem que pagar para poder obtê-la.

Do ponto de vista Judiciário, a comarca de Soledade é composta por 1 Juiz de Direito, 1 promotor, 1 advogado de ofício e 4 oficiais de justiça.

## **2.9 Considerações sobre lazer, cultura e esporte**

Já no que se refere ao lazer, as opções não são tão satisfatórias já que existem poucas alternativas para quem deseja se divertir, ficando praticamente resumido em festas de finais de semana promovidas por clubes particulares.

Existem ainda festas mais tradicionais, como São João e São Pedro, além da festa da Padroeira Santana, cujo dia é comemorado em 26 de julho, e da festa de confraternização municipal realizada nos dias 29, 30 e 31 de dezembro.

Uma festa cívica, realizada em 7 de setembro, com desfiles de bandas marciais, como as do próprio município e de outros que também participam desse evento, e de bandas de músicas, como a já conhecida banda de Serra Branca e da “Banda Manuel Belarmino”, formada há pouco tempo em Soledade. Além de torneios de futebol, handbol e vôlei, corrida de cavalo, mais conhecida por “argolinha”, mini maratona, etc.

Existe um açude estadual onde parte da população, a minoria, costuma visitar e tomar banho, mas que não oferece segurança para os banhistas, nem possui uma infra-estrutura que faça com que as pessoas se sintam incentivadas a visitar com mais freqüência. Isso pode ser

explicado pelo fato de que a água, quando a que vem de Boqueirão falta, serve para o abastecimento da cidade. Porém, esta água não é apropriada para o consumo.

Os parques de diversões de 6 em 6 meses, no final do ano e no mês de junho, visitam a cidade e fazem a alegria das crianças e dos adultos. Não existe, porém, um parque municipal para as pessoas visitarem e se divertirem.

No que diz respeito à cultura muitas pessoas apresentam potencial para artes plásticas, interpretação, pinturas, desenhos, produções de cinemas, a exemplo de dois filmes produzidos onde várias pessoas do próprio município atuaram, música, a exemplo de alguns grupos musicais que formaram-se e já fazem shows na cidade e nas cidades circunvizinhas, escrita, a exemplo de livros publicados, artigos em jornais, resumos de trabalhos em anais de congressos, que pessoas deste município têm.

Na semana de 24 de setembro, data que se comemora a emancipação política municipal, realiza-se a semana da cultura, onde se busca resgatar a história, a arte e a cultura do município. Nesta semana são apresentadas peças de teatro, amostra de pinturas, desenhos, artesanatos, livros, textos escritos por alunos de escolas do próprio município, vídeos, entre várias outras coisas.

No que diz respeito à educação universitária, várias pessoas possuem curso superior e outras cursam universidades, nas diversas áreas, como direito, economia, administração, letras, história, geografia, pedagogia, psicologia, matemática, física, engenharia civil, entre outras. Algumas fazem pós-graduação (especialização e mestrado).

No que se refere ao esporte neste município a prática se resume, especificamente, as equipes de futebol que todos os finais de semana viajam aos chamados sítios para jogarem com as equipes locais em jogos amistosos, além dos jogos do campeonato municipal; as escolinhas de futebol lideradas pelo desportista Adezildo Cordeiro que já participaram de campeonatos até fora do município. Além da **Equipe de Karatê**, que é reconhecida a nível estadual e já trouxe 75 títulos para o município e é motivo de orgulho.

Em Soledade, o Karatê foi introduzido no ano de 1999 pelos professores Jurandir Olímpio (**Tri-campeão brasileiro como técnico**) e Odilon Avelino, **bi-campeão paraibano (2002 e 2003)**, ambos naturais deste município, e atualmente conta com a participação de vários alunos, cerca de 40, com idade variando entre 4 e 42 anos.

Dos vários alunos que praticam Karatê em Soledade, alguns participam de torneios a nível local, estadual, interestadual, regional e até nacional. Hoje, estes alunos já conseguiram cerca de 75 troféus/medalhas em torneios e campeonatos nas cidades de Campina Grande,

João Pessoa, Natal, Recife e Maceió, inclusive um vice-campeão brasileiro, um vice-campeão nordestino e 3 campeões paraibanos, além de vários outros títulos.

Para a prática do Karatê em Soledade a turma conta com a colaboração de várias pessoas e seguimentos, a exemplo dos pais dos alunos, das escolas, em especial o Colégio Burity, que é o local de treinamento, pois ainda não se tem um local apropriado para os treinos, o pessoal do comércio que sempre colabora nas viagens, a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação e Cultura e as rádios locais.

Existem ainda outros esportes praticados a exemplo do vôlei, do handbol e do futebol de salão, os quais muitas pessoas têm potencial, porém a única quadra com ginásio em funcionamento só é acessível através do pagamento de uma taxa mensal que muitos jovens não têm condições de efetuar. Um outro ginásio foi construído, juntamente com um colégio estadual e espera-se, quando este for inaugurado, que essa situação mude, não só com relação ao futebol de salão, mas também com outros esportes que dependem de quadras para serem praticados.

## **2.10 Aspectos Econômicos do município**

A economia do município de Soledade tem como base o comércio de pequeno porte, que se destaca devido as suas vendas às margens da BR 230 dos derivados de leite, como doce e queijos de manteiga e coalho, muito embora o município produza apenas o queijo de coalho.

A cidade conta com distribuidoras de gás liquefeito, postos de combustíveis, indústrias de beneficiamento de minérios, comércio de vários tipos etc. Existem ainda outras indústrias de pequeno porte, as quais podem ser vistas de forma mais detalhada na tabela 07 abaixo (SEBRAE/PB, 1998).

Com relação às indústrias, existia uma de calçados ( Alpargatas do Brasil ) que empregava 190 pessoas, mas fechou suas portas, causando prejuízo para a economia do município com a elevação da taxa de desemprego em cerca de 1,6%. Uma queda na renda de mais de R\$ 34.000 mensais, um número bastante elevado para uma economia desse porte.

A Prefeitura encontra-se atualmente com cerca de 556 empregados. A agropecuária é basicamente de subsistência, baseada no cultivo de milho, feijão vigna, fava e palma forrageira; além da criação de gado bovino leiteiro, caprino de corte, ovino, avícola e suíno,

sendo este último menos expressivo. O que se percebe também é que muitas pessoas recebem aposentadorias e pensões, o que contribui para a formação de suas rendas.

O município possui 321 estabelecimentos econômicos no meio urbano, entre empresas informais e formais. Dos diversos ramos de atividades, 197 são empreendimentos comerciais, 89 de prestação de serviços e apenas 35 empreendimentos industriais (SEBRAE/PB, 1998).

### 2.10.1 O comércio

Nota-se a predominância da atividade comercial no contexto da economia do município. E as vendas ocorrem principalmente em bares e lanchonetes localizados às margens da BR 230, que tem um fluxo diário de veículos bastante considerável, cerca de 4.000 veículos.

**Tabela 06-Comércio do município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998 (continua)**

Atividade	Quantidade	Pessoas ocupadas
Auto-peças	02	05
Mercearia	33	40
Bar e restaurante	11	25
<b>Bar</b>	<b>29</b>	<b>60</b>
Bomboniere e fiteiro	19	22
Lanchonete e pizzeria	10	23
Mercadinho	15	17
Loja de móveis	04	08
Sorveteria	04	11
Banca de revista	02	02
Tabacaria	02	02
Ótica	02	03
Rações	04	04
Estivas e cereais(atacado)	04	06
Tecidos	01	02
Lojinhas de presentes	14	16
Açougues	03	03

**Fonte:** Sebrae, 1998

**Tabela 06-Comércio do município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Pessoas ocupadas</b>
Material de construção	04	06
Papelaria	01	02
Confecção	10	15
Drogaria	03	05
Farmácia veterinária	01	02
Loja de frutas	05	07
Mortuária	02	06
Vidraçaria	02	03
Madeireira	03	05
Venda de farinha	01	01
Gás liquefeito	02	04
Sucata	02	03
Posto de combustível	02	08
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>67</b>

**Fonte:** Sebrae, 1998

Entre os estabelecimentos comerciais, de acordo com os dados da tabela 06 têm-se 15 mercadinhos e 33 mercearias, sendo apenas 12 de médio porte. Encontra-se também 50 bares, lanchonetes e pizzarias, grande parte localizada às margens da BR-230, destinados quase que exclusivamente para o atendimento dos viajantes que consomem o equivalente ao mercado interno de gêneros alimentícios, devido ao fluxo médio diário de, aproximadamente, 4.000 veículos. Encontra-se também 14 lojinhas de artigos para presentes e confecções, que são bastante procurados pela clientela da localidade (SEBRAE/PB, 1998).

O que já virou tradição foi às feiras livres, realizadas nas segundas-feiras, onde se comercializa vários tipos de produtos desde roupas e produtos de limpeza, até carnes de vários tipos, verduras, legumes, produtos artesanais, produtos direcionados para o campo, a exemplo de cultivadores, enxadas, etc, entre várias outras mercadorias.

Um outro ponto a ser levado em consideração para o comércio é a localização geográfica estratégica do município e as vias de escoamento disponíveis, como BR-230, PB-166 e PB-167, bem como a rede ferroviária federal que pode ser considerado um ponto positivo e potencial para o crescimento da economia municipal.

### 2.10.2 As indústrias

Com relação às atividades industriais, de acordo com o SEBRAE/PB (1998), ocorre uma infinidade de possibilidades de demanda, em decorrência da inexistência de indústrias de transformação das matérias-primas existentes no local, como os minerais já beneficiados, o beneficiamento de leite e a ampliação das olarias.

Existe, porém, a extração e beneficiamento de minérios na região que fica praticamente na responsabilidade das 2 indústrias de mineração mais importantes, que serão melhores descritas a seguir.

A Pegmatitos do Nordeste- PEGNOR, é uma indústria que emprega cerca de 100 pessoas e foi instalada no município a cerca de 6 anos. Um dos motivos desta empresa empregar um número considerável de pessoas se dá pelo fato da mesma não exigir um grau elevado de especialização beneficiando, dessa forma, parte considerável de pessoas. Considerando que as pessoas que trabalham nesta empresa percebam uma média de R\$ 200,00 (um salário mínimo) em média, sabe-se que ela gera cerca de R\$ 20.000,00 mensais, o que contribui de forma positiva para o crescimento da economia municipal.

A outra indústria de mineração, a União Brasileira de Mineração- UBM, apesar de ser bem mais velha no município do que a PEGNOR, pois já se encontra instalada neste local a mais de 20 anos, não apresenta o mesmo desempenho de sua concorrente, pois só é responsável por cerca de 40 empregos, gerando uma renda mensal de cerca de R\$ 8.000.

Existem atualmente mais 2 indústrias de mineração, bem mais novas mas que contribuem de forma bem menos ostensiva do que as citadas anteriormente, porém, não se tem os dados referentes às mesmas.

Uma outra indústria importante, só que no setor de calçados, era a **SÃO PAULO ALPARGATAS** ou BESA, como era mais conhecida. Esta empresa era responsável pela produção de marcas conhecidas nacionalmente como Rainha, Topper, sandálias havaianas entre outros. Ela empregava cerca de 190 pessoas, em sua maioria do sexo feminino, era responsável por cerca de R\$ 34.000 mensais que circulava grande parte na economia municipal; porém, infelizmente, esta indústria fechou suas portas e causou uma perda considerável para a economia municipal.

Existe ainda uma série de pequenas indústrias que se somam as maiores e também contribuem de forma positiva para economia local. Na tabela 07 é possível ver mais

detalhadamente o conjunto das indústrias no geral e os empregos que as mesmas geram, contribuindo para ao andamento e crescimento da economia municipal.

**Tabela 07- Indústrias do município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Pessoas ocupadas</b>
Pré-moldados	02	08
Serralharia	06	14
Marcenaria	14	23
Cerâmica	05	12
Calçados	0	0
Mineração	03	140
Panificadora	04	27
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>224</b>

**Fonte:** Sebrae, 1998

### 2.10.3 Os serviços

No que diz respeito à prestação de serviços o município conta com uma variada e ampla oferta para atender tanto a demanda interna quanto a de outros municípios circunvizinhos.

Algumas atividades já alcançaram um número elevado para a realidade do município, a exemplo de 11 salões de beleza, 10 borracharias, 08 sinucas e jogos de azar e 07 eletrônicas. Nota-se, segundo os dados do SEBRAE/PB (1998), pelo número elevado de estabelecimentos, que há uma oferta maior do que a demanda, não atendendo, portanto, à manutenção destes empreendimentos. (Tabela 08)

**Tabela 08- Serviços encontrados no município de Soledade, segundo dados do SEBRAE-1998**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Pessoas ocupadas</b>
Borracharia	10	16
Salão de beleza	11	20
Locadora-vídeo	03	06
Oficina mecânica	12	28
Oficina – motos	05	12
Oficina – Bicicletas	03	07
Oficina Fogão/refrigeração	03	08
Oficina de espingardas	01	01
Oficina de calçados	02	05
Loteria	01	02
Odontólogo	02	04
Eletrônica	07	09
Boite e clube	03	10
Foto/filmagem	03	05
Informática/datilografia	03	07
Sinuca	08	12
Dormitório	02	06
Escritório contabilidade	02	02
Advogado	01	02
Oficina de estofados	01	03
Prótese dentária	02	02
Jogos Eletrônicos	04	10
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>177</b>

**Fonte:** Sebrae, 1998

De acordo com os dados do Censo 2000 encontram-se empregadas em Soledade cerca de 892 pessoas formalmente nas empresas cadastradas no CNPJ. Desse total 260 é proveniente da indústria, 164 do comércio e do setor de serviços e 468 do setor público. Já a agricultura é responsável por cerca de 186 empregos informais (Tabela 09).

**Tabela 09- Número de postos de trabalho por setores, segundo dados do censo do IBGE-  
2000**

<b>Setor</b>	<b>Número de Postos de trabalho</b>	<b>Percentagem Representativa</b>
Indústria	260	24,119
Comércio e Serviços	164	15,213
Agricultura e Pecuária	186	17,254
Setor Público	468	43,414
<b>TOTAL</b>	<b>1078</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censo 2000 do IBGE

Devido ao fato do município ser de um porte relativamente pequeno, o setor público ganha importância e é responsável por quase metade dos empregos gerados, ou seja, cerca de 43,41% do total de empregos. O setor industrial ocupa a segunda colocação na geração de empregos e representa cerca de 24,12% dos postos de trabalho. A agropecuária vem em terceiro com cerca de 17,25% e o setor de comércio e serviços em quarto com cerca de 15,21% dos empregos gerados.

A renda gerada no município, portanto, é proveniente principalmente do setor público em todas as esferas (municipal, estadual e federal), das indústrias, do comércio formal e informal, da agricultura e da previdência social, caso que pode ser visto com mais detalhes no capítulo III para o meio rural.

De acordo com os dados do Censo de 1996 do IBGE, a evolução do PIB de Soledade no período de 1970 a 1996 foi na casa dos 235,9%, ou seja, uma média anual de 9,07%. Enquanto que em alguns municípios vizinhos, como Juazeirinho e Cubatí, entre outros, a evolução foi pouco mais de 100%.

## 2.10.4 O Sistema fundiário

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal o sistema fundiário de Soledade apresenta uma concentração de renda elevada na medida em que existem cerca de 480 propriedades com até 100 ha, ocupando uma área de pouco mais de 10.000 ha, enquanto que apenas 120 propriedades ocupam uma área de mais de 50.000 ha. (Tabela 10)

**Tabela 10- Sistema Fundiário do município de Soledade, segundo dados da prefeitura municipal-1998**

Grupos de área	Nº de propriedades	Área total (em ha)
menos de 10ha	211	935
de 10 a menos de 100ha	<b>288</b>	9.718
de 100 a menos de 1000ha	<b>109</b>	29.744
de 1000 a menos de 10000ha	<b>11</b>	24.788
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>65.185</b>

Fonte : Prefeitura Municipal de Soledade

Vê-se, portanto, que a maior parte da extensão de terras do município se encontra nas mãos dos proprietários que possuem entre 100 e menos de 10.000 ha, ou seja, eles detêm mais de 54.000 dos 65.000 hectares existentes. Já a maior parte dos proprietários possuem de 10 a menos de 100 hectares, e eles são mais de 480 dos 619 existentes.

### 2.10.4.1 Produção agropecuária do município

#### 2.10.4.1.1 Produção Agrícola

A produção agrícola desse município resume-se, praticamente, às culturas de subsistência, feijão e milho, que são encontradas com maior frequência na região, apesar dos períodos longos de estiagem. As demais culturas existentes se apresentam de forma bem mais incipiente, dado que as pessoas residentes no meio rural dedicam-se quase que exclusivamente as duas culturas supracitadas, talvez devido às secas e os solos que não oferecem condições satisfatórias para que outras culturas sejam desenvolvidas.

Os dados do Censo do IBGE, de 1996, mostram que a produção de feijão para uma área plantada de 1.004 ha e área colhida de 600 ha, foi de 180 t. Já o milho, para uma área plantada de 777 ha e uma área colhida de 385 foi de 231 t. O sisal e a palma obtiveram, respectivamente, 133 e 17.120 t, para áreas colhidas de 210 e 428 ha (Tabela 11, resultados do milho e feijão).

**Tabela 11- Produção agrícola do município de Soledade, segundo dados do Censo do IBGE-1996**

Produto	Área plantada (ha)	Área Colhida(ha)	Produção (t)
Feijão	1.004	600	180
Milho	777	385	231

**Fonte:** Censo realizado pelo IBGE/96.

Baseando-se nos dados existentes, percebe-se a pouca utilização das terras para a produção agrícola, pois para uma área de 65.000 ha existentes, apenas 5.050 ha são utilizados para produzir, ou seja, menos de 8% do total.

De acordo com os dados da tabela 12 abaixo, do IBGE de Santa Luzia-PB, apesar de ter ocorrido uma expansão da área plantada e conseqüentemente na produção, as principais culturas de subsistência do município ainda ocupam uma área relativamente pequena se comparada com o montante de terras a serem exploradas. Tanto o feijão quanto o milho ocuparam uma área de 4.500 ha, sendo que o feijão atingiu uma produção de 1.350 t, com rendimento médio de 300 Kg/ha, enquanto que o milho atingiu uma produção de 3.150 t, com rendimento médio de 700 Kg/ha (Tabela 12).

**Tabela 12- Produção agrícola do município de Soledade-2000**

Produto	Área plantada (ha)	Área Colhida(ha)	Produção (t)	Rend. Médio. (Kg/ha)
Feijão	4.500	4.500	1350	300
Milho	4.500	4.500	3150	700

**Fonte:** IBGE de Santa Luzia, 2000

Para o ano de 2001 a área plantada sofreu uma diminuição, talvez em decorrência da falta de chuva, para 1.500 ha, tanto do milho quanto do feijão. A produção, portanto, também

caiu para 600 t o feijão e para 900 t o milho, com rendimentos médios de, respectivamente, 400 e 600 Kg/ha. (Tabela 13)

**Tabela 13- Produção agrícola do município de Soledade - 2001**

Produto	Área plantada (ha)	Área Colhida(ha)	Produção (t)	Rend. Médio (Kg/ha)
Feijão	1500	1.500	600	400
Milho	1.500	1.500	900	600

Fonte: IBGE de Santa Luzia, 2001

#### 2.10.4.1.2 Produção Pecuária

Com relação à produção pecuária municipal os três tipos de gados que apresentam uma maior quantidade são, respectivamente, os caprinos<sup>2</sup>, os bovinos e os ovinos, seguidos de outros tipos menos representativos.

Pelos dados da tabela abaixo do Censo de 1996 observa-se que os caprinos são maioria no que se refere a quantidade de gados no município com cerca de 12.223 cabeças, ficando os bovinos em segundo lugar com 9.845 cabeças e em terceiro os ovinos com 4.752 cabeças. Os demais tipos não são tão representativos quanto estes, mas também são observados. (Tabela 14)

**Tabela 14- Quantidades de Rebanho de gados no município de Soledade, segundo dados do Censo do IBGE-1996**

Animal	Quantidade	%
Bovino	9.845	34
Suíno	884	3
Asinino	754	2,5
Eqüino	348	1,3
Caprino	12.223	42
Muares	55	0,6
Ovino	4.752	16,6
<b>TOTAL</b>	<b>28.861</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo do IBGE/1996

<sup>2</sup> Sobre caprinos em Soledade ver: PEREIRA, 2000, que fez um estudo sobre a caprinocultura na fazenda da EMEPA na localidade da Pendência, no município de Soledade.

Já pelos dados observados para ao ano de 1999, de acordo com os dados do IBGE de Santa Luzia-PB, no ano de 2000, houve uma queda representativa no total do gado existente em Soledade, caindo de 28.861 cabeças totais em 1996 para cerca de 19.982 cabeças totais em 1999, com queda em todos os tipos menos nos muares, que continuou com 55 cabeças. (Tabela 15)

**Tabela 15- Quantidades de Rebanho de gados no município de Soledade, segundo dados do IBGE de Santa Luzia-PB-2000**

<b>Animal</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Bovino	3.401	17,11
Suíno	531	2,67
Asinino	499	2,50
Eqüino	191	0,96
Caprino	11.238	56,52
Muares	55	0,28
Ovino	3.967	19,95
<b>TOTAL</b>	<b>19.882</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** IBGE de Santa Luzia-PB, 2000

No que diz respeito às aves, observa-se, de acordo com os dados dos Censos do IBGE de 1996 e 2000, que houve uma redução de quase 50% no número desses animais, caindo de 14.000 para pouco mais de 7.000 aves no período (Tabela 16).

**Tabela 16- Total de Aves no município de Soledade, segundo dados dos Censos do IBGE-1996/2000**

<b>Total em 1996 (cabeças)</b>	<b>Total em 2000 (cabeças)</b>
14.000	7.299

**Fonte:** Censo IBGE 1996/2000

Com relação à produção de leite bovino pode-se fazer uma comparação entre os anos, baseando-se nos dados mostrados pelo Sebrae, 1998 e o Censo 2000, respectivamente. No primeiro, para um total de 2.152 vacas ordenhadas tem-se uma quantia de 1.245.000 litros, enquanto no Censo mostra uma quantia de 358.000 litros. Registrando, portanto, uma queda na produção durante o período (Tabelas 17 e 18).

**Tabela 17- Produção de leite de vaca – Anual-1998**

Vacas ordenhadas	Produção de leite (mil litros)
2.152	1.245

Fonte: SEBRAE, 1998

**Tabela 18- Produção Animal em Soledade-2000**

Produto	Quantidade	Unidade
Leite de Vaca	358.000	Litros

Fonte: Censo do IBGE 2000

A produção de leite de cabras, de acordo com os dados do SEBRAE, 1998, era de 10.000 litros por ano. Pelo fato de não se ter conseguido dados referentes ao leite de cabra produzido nos anos posteriores não foi possível fazer uma comparação entre os anos para observar o desenvolvimento desse tipo de atividade. (Ver tabela 19, abaixo)

**Tabela 19- Produção de Leite de cabra – Anual-1998**

Cabras ordenhadas	Produção de Leite (mil litros)
129	10

Fonte: SEBRAE, 1998

A quantidade de ovos produzida por ano, no município de Soledade, de acordo com os dados do SEBRAE, 1998 era de 51 mil dúzias por ano. Já os dados do Censo 2000 do IBGE mostram que houve uma queda nesse índice para cerca de 10.000 dúzias por ano.

No que diz respeito à produção frutífera, tem-se uma produção de 10.000 Kg de coco da Baía, para uma área plantada de 2 ha, 30.000 Kg de goiaba para uma área de 1 ha e 1 tonelada de umbu, com o valor da produção total atingindo cerca de R\$ 6.000,00, sendo R\$ 3.000,00 dos cocos, R\$ 2.000,00 das goiabas e R\$ 1.000,00 dos umbus. (Ver tabela 20, abaixo)

**Tabela 20- Produção Frutífera no município de Soledade, segundo dado do Censo do IBGE-2000**

<b>Produto</b>	<b>Area Plantada (ha)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Coco da Baía	2	Kg	10.000	3.000,00
Goiaba	1	Kg	30.000	2.000,00
Umbu (Fruto)	-	t	1	1.000,00
<b>Total</b>	<b>22</b>			<b>6.000,00</b>

**Fonte:** IBGE censo 2000

As demais lavouras temporárias, afora as culturas de subsistência mencionadas anteriormente, podem ser observadas na Tabela 21, de acordo com os dados do Censo 2000 do IBGE. Nota-se a presença do algodão herbáceo, da batata doce, da fava e da mandioca.

**Tabela 21- Lavoura Temporária no município de Soledade, segundo dados do Censo do IBGE-2000**

<b>Produto</b>	<b>Área Plantada(ha)</b>
Algodão Herbáceo	130
Batata Doce	10
Fava (Grão)	12
Mandioca	10

**Fonte:** IBGE censo 2000

Já no que diz respeito à extração vegetal é possível observar na tabela 22, de acordo com os dados do Censo 2000, que a madeira retirada para produzir carvão foi de algo em torno de 3 toneladas, enquanto que a madeira destinada a ser utilizada como lenha atingiu 1.577 m<sup>3</sup>, com um valor calculado em torno de R\$ 6.000,00.

**Tabela 22- Extração Vegetal de Soledade, segundo dado do Censo do IBGE-2000**

Produto	Unidade	Produção	Valor(R\$)
Madeira – Carvão	T	3	-
Madeira (lenha)	m <sup>3</sup>	1.577	6.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>6.000,00</b>

Fonte: IBGE, Censo 2000

### 2.10.5 Importação de produtos para o consumo no município

A Prefeitura municipal realizou uma pesquisa para verificar quais os principais produtos importados de outras cidades que fazem parte do consumo da população de Soledade e das pessoas que passam por esta cidade e se alimentam nas lanchonetes, restaurantes e bares encontrados às margens da BR 230. É possível, observando-se as tabelas seguintes, perceber de forma clara os resultados dessa pesquisa e saber quais são esses produtos. É preciso frisar que os dados referem-se ao consumo semanal no município.

Pelo que se percebe, na Tabela 23, o queijo de manteiga, por não ser um bem econômico muito produzido neste município apresenta um índice elevado de importação, principalmente da cidade de Caicó-RN.

**Tabela 23- Importação de Queijo de manteiga em Soledade-1998**

Cidade ( origem )	Quantidade (kg)	%
Caicó/RN	567	78,59
Cruzeta/RN	65	9,00
Jardim do Seridó/RN	30	4,15
Pombal/PB	20	2,78
Patos	25	3,47
Soledade	08	1,10
Campina Grande	07	0,97
<b>TOTAL</b>	<b>722</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Soledade

Já o queijo de coalho, devido a produção deste ser relevante no município, a maior parte é proveniente do mercado interno, ou seja, cerca de 86,63%. E os responsáveis pela produção desta mercadoria são os produtores rurais (Tabela 24).

**Tabela 24- Importação de Queijo de coalho em Soledade-1998**

<b>Cidade ( origem )</b>	<b>Quantidade ( kg )</b>	<b>%</b>
Soledade - produtores rurais	472	86.63
Outros municípios	65	11.90
Soledade (comerciantes)	08	1.48
<b>TOTAL</b>	<b>545</b>	<b>100.00</b>

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Soledade

Os produtores rurais, a exemplo do que acontece com o queijo de coalho, também são responsáveis pela maior parte dos ovos de granja e de capoeira consumidos no município, sendo que os ovos de granja mais de 50% destes são de responsabilidade do meio rural, enquanto que os de capoeira passam de 60% (Tabelas 25 e 26).

**Tabela 25- Importação de ovos de granja (dúzia) em Soledade-1998**

<b>Cidade ( origem )</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Soledade – zona rural	1.910	52.60
Outros municípios	1.630	44.90
Soledade – comerciantes	90	2.50
<b>TOTAL</b>	<b>3.630</b>	<b>100.00</b>

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Soledade

**Tabela 26-Importação de ovos de capoeira (dúzia) em Soledade-1998**

<b>Cidade (origem)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Soledade – zona rural	1.311	61.30
Outros municípios	600	28.00
Soledade – comerciantes	229	10.70
<b>TOTAL</b>	<b>2.140</b>	<b>100.00</b>

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Soledade

No que se refere à carne de sol o município importa a maior parte, principalmente de cidades norterriograndenses, a exemplo de Caicó, Jardim do Seridó e Currais Novos, com o município de Soledade ocupando a quinta colocação.

**Tabela 27- Importação de Carne de sol em Soledade-1998**

<b>Cidade (origem)</b>	<b>Quantidade (kg)</b>	<b>%</b>
Caicó (RN)	478	40,20
Jardim dos Seridó (RN)	300	25,20
Currais Novos (RN)	150	12,60
Campina Grande (PB)	148	12,43
Soledade (PB)	46	3,86
Recife (PE)	40	3,36
Picuí (PB)	20	1,68
Cubatí (PB)	08	0,67
<b>TOTAL</b>	<b>1190</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Soledade

O mesmo que ocorre com os ovos e o queijo de coalho, acontece também com o frango, a carne fresca e os caprinos e ovinos, ou seja, a maior parte destes produtos são produzidos no próprio município (Tabela 28).

**Tabela 28-Importação de Carne Fresca em Soledade-1998**

<b>Cidade (origem)</b>	<b>Quantidade (Kg)</b>	<b>%</b>
Soledade (PB)	149	50,68
Campina Grande	85	28,92
Caicó (RN)	40	13,60
Recife (PE)	20	6,80
<b>TOTAL</b>	<b>294</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Soledade

**Tabela 29- Importação de Frango em Soledade-1998**

Cidade (origem)	Quantidade (Kg)	%
Soledade (PB)	356	47,53
Campina Grande	110	14,68
Recife (PE)	283	37,79
<b>TOTAL</b>	<b>749</b>	<b>100</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Soledade

**Tabela 30- Importação de Caprino/ovino em Soledade-1998**

Cidade (origem)	Quantidade (KG)	%
Soledade	161	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>161</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Soledade

### 2.10.6 Receitas e Despesas Municipais

De acordo com os dados da Prefeitura municipal, do balancete feito no mês de março de 1998, é possível ter uma idéia de como se apresentam as receitas e as despesas do município (Tabelas 31 e 32).

**Tabela 31- Receitas do município, segundo balancete do mês de março-1998**

Incentivos	Renda (R\$)
FPM	120.000,00
ICMS	21.000,00
FUNDEF	37.000,00
Receitas próprias	5.000,00
Outras	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>193.000</b>

Fonte: Balancete de março de 1998, Prefeitura municipal de Soledade

**Tabela 32- Despesas do município, segundo balancete do mês de março-1998**

<b>Itens de Despesas</b>	<b>Renda (R\$)</b>
Folha de Pessoal	90.850,00
Câmara	19.000,00
INSS/FGTS	23.250,00
Parcelamento de Dívidas	18.000,00
Outras despesas de custeio	20.000,00
Investimentos	15.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>186.100</b>

Fonte: balancete de março de 1998, Prefeitura municipal.

Pelo que se percebe ocorre um equilíbrio entre as contas, sendo que as receitas superam as despesas, criando um superávit de cerca de R\$ 6.900,00 no período observado.

### **2.11 Outros aspectos da infra-estrutura municipal**

A cidade de Soledade encontra-se dividida em seis bairros : Centro, São José, Nova Soledade, Jardim Cruzeiro, Alto da Bela Vista e Nova Olinda. Existe também um distrito, Bom Sucesso, que se encontra à 18km da sede

Muitas ruas desses bairros são contempladas com saneamento básico, rede de esgotos e calçamentos, além de energia elétrica que é feito pela SAELPA, cujo escritório mais próximo se encontra no município de Juazeirinho.

De acordo com os dados do SEBRAE, 1998, com relação ao abastecimento de energia elétrica de Soledade constata-se que a zona urbana possui 93% dos domicílios atendidos, enquanto a zona rural possui aproximadamente 70% das propriedades rurais assistidas. Já no que diz respeito ao consumo mensal de energia elétrica da iluminação pública no meio urbano observa-se que esse número chega a 47.789kw.

Nota-se, segundo os dados da SAELPA, 2003, que a maior parte das ligações são residenciais, ou seja, cerca de 3.409 ligações, enquanto que as industriais chegam a 23 e as ligações registradas como rural chegam a 38, perfazendo um total de 3.470 ligações. Esse número de ligações rurais aparentemente baixo, para uma população rural de 875 domicílios ocorre devido ao fato de que para ser cadastrado como rural o domicílio tem que obedecer

alguns critérios, a exemplo da produção familiar que deve ser essencialmente agrícola (Tabela 33).

**Tabela 33-Distribuição da energia elétrica no município de Soledade por setor-2003**

Setor	Ligações (número)
Residencial/comercial/serviços	3.409
Industrial ( trifásica )	23
Rural	38
<b>Total</b>	<b>3.470</b>

**Fonte:** Escritório da SAELPA de Juazeirinho.

Já com relação ao lixo, baseando-se nos dados da Prefeitura Municipal, tem-se que a coleta do mesmo é feita diariamente, no meio urbano, pelo “caminhão do lixo”, exceto aos domingos. Sendo que a quantidade de lixo, coletada diariamente é de 1.5 tonelada. E o destino deste lixo é um local a céu aberto, localizado à 500 metros da cidade, não sendo portanto apropriado para este fim

Foi encaminhado, segundo a Prefeitura, um projeto para implantação de uma usina de reciclagem de lixo.

No que diz respeito à comunicação a cidade conta com uma agência de Correios e Telégrafos, duas rádios, sendo uma FM e outra AM, além dos 8 postos de serviços da TELEMAR, 2 no meio urbano e 6 no rural, dos telefones públicos instalados e dos telefones residenciais e comerciais. Para comunicação importada de outras regiões, a cidade conta com jornais impressos que chegam até ela, televisão, rádios e Internet.

Com relação as estradas, Soledade conta com a BR- 230 e com Rede Ferroviária Federal, no sentido leste/oeste, e com as rodovias estaduais PB 177, ao norte, que liga ao Curimataú ( Picuí, Cubatí, Pedra Lavrada, Cuité etc. ) e com a PB 176, ao sul, que liga a micro-região dos Cariris Velhos (Gurjão, Serra Branca, Monteiro, Sumé, etc ).

Soledade é ligada à várias cidades como: Campina Grande, João Pessoa, Cabedelo, Recife, a leste, e Patos, Sousa, Fortaleza, a oeste, através da Rede Ferroviária Federal.

Por ser cortada pela BR 230 a cidade é servida por diversas empresas de transporte rodoviário e transporte de passageiros , tais como: GUANABARA, EXPRESSO NACIONAL, PLANALTO, JARDINENSE, ITAPEMIRIM, SÃO GERALDO, BOA ESPERANÇA, PROGRESSO, além dos carros alternativos.

Existe ainda uma agência do **Banco do Brasil** que executa todas as operações financeiras do município, bem como de municípios próximos que não possuem agências bancárias, a exemplo de São Vicente do Seridó, Cubatí, Olivedos e Pedra Lavrada.

O município possui ainda várias igrejas, a exemplo da Católica, que reúne um número elevado de fiéis, além da Assembléia de Deus, das Testemunhas de Jeová, da Batista Bíblica, da Missão de fé e da Congregação Cristã do Brasil.

No que diz respeito a educação constata-se que o sistema formal de ensino é predominantemente público. De acordo com os dados de Guimarães, 2001, para o ano de 1998, cerca de 98% dos 3.357 alunos matriculados no município eram em escolas públicas. Com uma taxa de analfabetismo de 26,5% da população com idade igual ou superior a 7 anos.

Com relação ao número de escolas nota-se que das 35 implantadas no município, 31 são no meio rural e 4 no meio urbano; porém, esse número de escolas relativamente maior no meio rural só compreende o ensino fundamental até a 4ª série, enquanto o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e o ensino médio se encontra no meio urbano, necessitando, portanto, de transporte, o qual é fornecido pela prefeitura através da Secretaria de Educação, para os alunos que chegam até essas séries mais adiantadas.

De acordo com o Censo escolar 2000, o comportamento com relação ao número de alunos matriculados obedece a mesma lógica observada em 1998, ou seja, a maior parte dos alunos são de escolas públicas. Dos 4.127 alunos matriculados, 3.710 são da rede pública e cerca de 2.957 estavam matriculados no ensino fundamental.

Apesar dos avanços alcançados pelo município, como escolas com apoio do FUNDEF, uma escola estadual com ginásio de esporte que se encontra em fase de construção, professores capacitados que desempenham um papel importante na formação dos alunos, entre outras coisas, ainda há muito a se fazer para que ocorra desenvolvimento pelo menos nessa área, a exemplo de capacitação para todos os professores, criação de bibliotecas bem estruturadas, etc.

Todas as considerações supracitadas sobre o município de Soledade servem para se ter uma visão geral sobre os aspectos mais relevantes do município, dando suporte teórico para se fazer uma pesquisa mais específica com relação ao comportamento das rendas agrícolas e não-agrícolas das pessoas residentes no meio rural deste município, o que será feito na parte III deste trabalho, baseando-se numa pesquisa de campo que será melhor detalhada no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### **3 Caracterização das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas no município de Soledade**

Vem ocorrendo, nos últimos anos, no mundo rural, uma série de transformações e o campo não pode mais ser entendido apenas como um espaço onde se exerce a agricultura como atividade exclusiva, já que outras atividades também passam a fazer parte do cotidiano das pessoas residentes no rural.

Neste capítulo será apresentada uma pesquisa de campo realizada no município de Soledade, no interior do estado da Paraíba, onde será feita uma caracterização das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas, levando em consideração diversos aspectos relacionados às famílias rurais deste município, como: nível de escolaridade, idade, infra-estrutura do domicílio, distribuição das terras, origem das rendas, além dos tipos de ocupações, entre outras.

#### **3.1- Metodologia**

Nos itens seguintes será mostrada uma abordagem dos aspectos relacionados à metodologia utilizada na pesquisa, tais como: a escolha do município, o cálculo do tamanho da amostra, a estratificação da amostra e a descrição das viagens.

Segundo o Projeto Rurbano fase III (1999) a unidade básica de amostragem é o domicílio particular permanente localizado fora da região metropolitana e que pode abrigar agricultores, aposentados, empresários, bóias frias, chacareiros, caseiros, veranistas, etc.

O domicílio pode ser conceituado, segundo Projeto Rurbano fase III (1999), como o “local de moradia estruturalmente separado e independente”, o qual é constituído por um ou mais cômodos. Com relação a separação diz-se que ela ocorre quando a moradia é limitada por paredes, muros, cercas, etc; coberto por um teto e dá permissão aos moradores para os mesmos se isolarem. E a independência ocorre quando a moradia tem acesso direto, e dá

permissão aos moradores para que eles possam entrar e sair de casa sem passar pelo interior da casa de outras pessoas.

### **3.1.1- Escolha do município**

A escolha do Município de Soledade, como objeto deste trabalho, foi devido ao mesmo incorporar várias características citadas por Lima (2001) em seu projeto de pesquisa relacionado ao estado da Paraíba, tais como: atraso tecnológico<sup>1</sup>, baixa qualidade dos solos, seca etc; portanto, esse município serve como exemplo ilustrativo do estado da Paraíba e foi utilizado como campo de pesquisa na fase III do projeto Rurbano. Pois mesmo com as dificuldades enfrentadas no meio rural, existem muitas famílias ali residindo e sobrevivendo. E sabendo-se das dificuldades de desenvolver uma agricultura estável que possibilite a formação de renda para essas famílias, acredita-se na importância de outras rendas provenientes de outras fontes as quais serão mostradas ao longo do trabalho.

Outro ponto importante a ser considerado é que nos campos deste município encontram-se várias atividades não-agrícolas mais tradicionais, como: serviços de pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas, vigilantes, comerciantes etc. Além disso, o que se observa também no meio rural é que ocorre, como Silva (2000) mostrava, a incorporação de características que antes só eram vistas no meio urbano, como: casas de alvenaria, televisão, parabólica, telefone etc.

### **3.1.2- Tamanho da amostra**

De acordo com os dados do IBGE, no censo 2000, o tamanho do universo da pesquisa, ou seja, o número de famílias residentes no meio rural do município de Soledade é de 875 famílias, ou domicílios familiares, que estão distribuídos em 111 localidades ou sítios<sup>2</sup>. Deste

---

<sup>1</sup> Entende-se por atraso tecnológico a não incorporação das tecnologias criadas para a agricultura, como máquinas modernas, etc. Pois as culturas desenvolvidas no local, apesar de algumas melhoras nas técnicas, ainda está muito longe de serem consideradas avançadas tecnologicamente.

<sup>2</sup> As localidades que fazem parte do município de Soledade são: Santa Tereza, Florentino, Irajó, Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Posse, Poço de Mulungú, Zé Nunes, Pendência, Angicos, Fazenda Pendência,

total, a amostra calculada pelo professor Henrique Dantas Neder<sup>3</sup>, para ter um resultado representativo é de 76 famílias, com um erro amostral de 7% e nível de confiança de 80%, levando em consideração a restrição orçamentária.

**Quadro 1-Dimensionamento de amostra pelas proporções com correção de população finita**

ALFA	Z	ERRO	N	P	N
0,95	1,959963	0,01	875	0,5	802
0,9	1,644853	0,01	875	0,5	774
0,8	1,281552	0,01	875	0,5	721
0,95	1,959963	0,03	875	0,5	481
0,9	1,644853	0,03	875	0,5	404
0,8	1,281552	0,03	875	0,5	300
0,95	1,959963	0,05	875	0,5	267
0,9	1,644853	0,05	875	0,5	206
0,8	1,281552	0,05	875	0,5	138
0,95	1,959963	0,07	875	0,5	160
0,9	1,644853	0,07	875	0,5	119
0,8	1,281552	0,07	875	0,5	76

Fonte: Cálculo feito pelo professor Henrique Dantas Neder

Neste quadro tem-se que ALFA é o nível de confiança, Z é o valor da estatística (normal padrão), ERRO é o erro amostral, N é o tamanho da população, P é a proporção populacional a ser estimada (utiliza-se  $p=0,05$  a favor da segurança) e n é o tamanho da amostra.

No quadro I tem-se o dimensionamento de amostra pelas proporções feito pelo professor Henrique Dantas Neder, professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia, onde se percebe o cálculo do tamanho da amostra, levando em consideração o nível de confiança e o erro amostral, para uma população de 875 famílias.

---

Malhada de Sousa, Santos Antônio, Mundo Novo, Bom Sucesso, Distrito de Bom Sucesso, Lanchinha, Curral de Pedra, Casa da Periferia, Livramento, Arruda, Açude Velho, Machão, Riacho de Santo Antonio, Cachoeira de Barrocas, Barrocas, Ilha Grande, Malhada de Arcia, Alto do Arruda, Carneiro, Pires, Primavera, Cordeiro, Ramadinha, Quixudir, Pau Ferro, Caruá, Ana de Oliveira, Verdes, Caiana, Lagoa de Pedra, Lagoa da Onça, Quebra Queixo, Espinheiro, Malhada da Cruz, Maxixeira, Lagoa do Junco, Lagedo Raso, Santa Luzia, Mocós, Cachoeira, João Fernandes, Baé, Seguro, Mulungú, Jaramataia, Capocira dos Negros, Matinha, Lagoa da Serra, Manoel de Barros, Flores, Vilú, Timbaubinha, Ramada de Cima, Ramada de baixo, Pedra D'água, Lagedo de Timbaúba, Malhada Vermelha, Cachoeira, Moções, Espírito Santo, São José, Fazenda Nova, Belo Jardim, Caroá, Macacos, Faustino, Açude, Malhada do Recanto, Manoel de Sousa, Chapéu, Xique-xique, Navalha, Pedra Vermelha, Lagoa do Lagedo, Campo Redondo, Cachocirinha, Lagedão, Umbuzeiro, Caiana, Lagoinha, Cedro, Pai Paulo, Barra, Três Lagoas, Pedra Comprida, Urubu, Viração, Poço do Juá, Santa Cecília, Cedro II, Floriano, Alto do Seixo, Queimada Nova, Serrote Verde, Palestina, Tanques.

<sup>3</sup> Professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador do projeto Rurbano.

Com a amostra calculada, foi feita ainda uma estratificação por microrregiões utilizando-se a mesma metodologia usada para cálculo do tamanho da amostra que, segundo Neder foi determinado o tamanho de famílias que seriam entrevistadas em cada uma das 16 microrregiões do município.

Calculado o tamanho da amostra e feito a estratificação, visitou-se a Secretaria de Saúde do município para se ter acesso aos cadastros dessas famílias no Programa de Saúde da Família (PSF) realizando-se, então, um sorteio aleatório, com a participação dos agentes de saúde, para se saber quais seriam as famílias que fariam parte da amostra.

Das 76 famílias sorteadas tem-se 2 de Manoel de Barros, 1 de Lagoa da Serra, 2 de Santa Luzia, 1 de Primavera, 1 do Pires, 2 do Carneiro, 2 do Cordeiro, 2 de Cachoeirinha, 1 de Mocós de Cima, 1 de Pedra Vermelha, 1 de Manoel de Sousa, 1 de Navalha, 1 de Belo Jardim, 1 do Sítio Açude, 2 do São José, 4 da Viração, 3 de Bom Sucesso, 1 do Distrito de Bom Sucesso, 3 do Cedro, 4 do Floriano, 1 de Timbaubinha, 2 de Pedra D'água, 1 de Lagedo de Timbaúba<sup>4</sup>, 1 de Ramada de Baixo, 2 de Pendência, 2 da Posse, 1 de Poço do Mulungú, 2 de Cachoeira, 1 de Malhada Vermelha, 1 de Maxixeira, 2 de Caiana, 2 de Ramada, 3 de Cachoeira de Barrocas, 1 do Alto do Arruda, 1 de Malhada de Areia, 3 de Melancias de Baixo, 1 de Melancias de Cima, 2 do Estado Velho, 1 de Belo Monte, 4 no Livramento, 3 no Arruda, 2 no Umbuzeiro e 2 na Caiçara.

O fato de se ter procurado os agentes de saúde facilitou muito o trabalho, na medida em que todos eles conhecem e visitam constantemente as famílias, o que permitiu uma prévia introdução do que seria a pesquisa pelos próprios agentes. Não houve nenhum problema, em nenhuma família, como recusa em receber o entrevistador ou omissão de informação, por exemplo. Fato que se acredita ter contribuído de forma positiva para um resultado mais próximo da realidade.

### **3.1.3- As viagens**

Com o material necessário à pesquisa em mãos e com uma moto, pois em muitos locais carros não chegariam, iniciou-se um verdadeiro Rally pelas estradas de terras e por

---

<sup>4</sup> Na localidade de Lagedo de Timbaúba o PATAC vem desenvolvendo alguns trabalhos com tecnologias para o semi-árido, como cisternas de placas, barragem subterrânea, etc, os quais trazem ganhos para a população residente nesta localidade.

trechos bastante difíceis que davam acesso às localidades no clima semi-árido do Curimataú paraibano. Trechos que o “progresso” ainda não ousou percorrer, a não ser pela incorporação de eletrodomésticos no cotidiano das famílias rurais soledadenses.

Em apenas algumas localidades, a exemplo de Cardeiro, Santa Luzia e de Timbaubinha, se aproveita o fato de existir estradas asfaltadas que a elas dão acesso. As duas primeiras são beneficiadas por uma estrada estadual que dá acesso também às cidades de São Vicente, Picuí, Pedra Lavrada e Nova Palmeira, entre outras, e Timbaubinha que se beneficia da BR 230, estrada federal que dá acesso a várias cidades e a estados como Ceará e Rio Grande do Norte.

Já na maioria das localidades, só se tem acesso por estradas de terras, que na maioria das vezes estão em péssimas condições, com muitos buracos e areia que colocam à prova a experiência dos condutores de veículos, principalmente de moto. Como os próprios moradores falam: “*se o cabra vacilar vai ao barro*”.

Com relação às pessoas entrevistadas, como é de costume do povo nordestino, em particular do paraibano, foram bastante prestativas em responder e atenciosas, criando um ambiente de confiança e descontração na hora das perguntas e das respectivas respostas.

Um fato curioso que chamou a atenção nas viagens feitas ao campo do município de Soledade durante a aplicação do questionário<sup>5</sup> foi o número de casas abandonadas nas estradas que dão acesso as localidades campesinas, além do número de casas abandonadas nas próprias localidades ( em número menor ).

Depois de aplicados todos os questionários, os dados foram digitados no programa Acess, específico para esse fim, criado pelo Rurbano e enviado, em seguida, para o professor Mauro Eduardo Del Grossi que passou os dados para o Excel com o intuito de facilitar o manuseio e análise destes dados.

Com os dados em Excel foi feito um programa de planilhas para a tabulação, o qual possibilitou a análise dos dados e a construção das tabelas, que fornecem um panorama geral sobre os pontos estudados na pesquisa.

---

<sup>5</sup> As cópias dos questionários foram, gentilmente cedidas pelo Professor Érico, atendendo um pedido do professor Renato Killp, coordenador do Mestrado

### **3.2 Análise dos Dados**

Nos itens seguintes será feita a análise dos dados para se ter uma visão geral de diversos aspectos relacionados às pessoas residentes no meio rural do município de Soledade, tais como: a descrição demográfica, o nível de escolaridade, a infra-estrutura dos domicílios, a caracterização dos residentes rurais ativos e inativos com mais de 10 anos, o tamanho da terra e a condição de ocupação, o perfil ocupacional das pessoas residentes e a composição das rendas das famílias.

#### **3.2.1 Descrição demográfica dos residentes rurais no município de Soledade**

De acordo com o Projeto Rurbano fase III (1999) quando se fala de população residente se diz respeito a que é composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar como local de moradia habitual e na data da entrevista estavam presentes ou ausentes, temporariamente, até 12 meses.

Ainda segundo o Projeto Rurbano fase III (1999) a família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentescos, dependência doméstica ou normas de convivência residentes na mesma moradia e também a pessoa que mora sozinha em uma unidade domiciliar. A pessoa de referência é a pessoa responsável pela unidade domiciliar ou pela família, ou que é considerada como pessoa de referência pelos demais membros da família.

O primeiro ponto a ser analisado no meio rural do município de Soledade é a descrição demográfica dos residentes nos domicílios, segundo gênero e parentesco da amostra (Tabela 34). De um total de 76 famílias entrevistadas, têm-se 345 membros, dos quais 76 são chefes das famílias, correspondendo a 25,51% do total, com idade média de 53,46 anos. E os demais membros correspondem a 77,97%, um total de 296 pessoas, sendo 59 cônjuges e 179 filhos, com 100 do sexo masculino e 79 do feminino, e idade média de 19 e 18 anos, respectivamente. Os demais membros entre sogros, sogras, pais, mães, netos (as) e agregados correspondem a um total de 31 pessoas, cerca de 8,99% e com idade média de 32 anos.

A população residente com idade maior que 10 anos soma 306 pessoas (88,7%) com idade média de 36 anos. Já a população residente com idade inferior a 10 anos soma 39 pessoas, o equivalente a 11,30% da população. Isso significa que a maior parte da população

está relacionada no quadro B do questionário, que diz respeito às ocupações dos residentes com idade de 10 anos acima.

Para uma visualização mais clara dos números citados acima, tem-se a Tabela 34, feita com base na pesquisa de campo realizada no município de Soledade, que mostra a descrição demográfica dos residentes rurais deste município.

**Tabela 34- Descrição demográfica dos residentes no domicílio, segundo gênero e parentesco da amostra, Soledade-PB- 2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total (n°)</b>	<b>%</b>	<b>Idade Média (anos)</b>
<b>Números de famílias da amostra</b>	<b>76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de membros da família</b>	<b>345</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>
<b>Chefes de família</b>	76	25,51	53,46
<b>Demais membros da família</b>	269	77,97	27
<b>Cônjuge</b>	59	17,10	49
<b>Filho</b>	<b>179</b>	<b>51,88</b>	19
<b>Homem</b>	<b>100</b>	<b>55,87</b>	19
<b>Mulher</b>	<b>79</b>	<b>44,13</b>	18
<b>Outros</b>	<b>31</b>	<b>8,99</b>	32
<b>População residente com idade maior que 10 anos</b>	306	88,70	36
<b>População residente com idade menor que 10 anos</b>	39	11,30	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo

### 3.2.2 Nível de Escolaridade dos membros das famílias

Outro ponto a ser analisado é o nível de escolaridade dos membros dos domicílios. Na Tabela 35 pode ser visto que de um total de 345 pessoas, 50 são analfabetos, o que equivale a 14,5%. Dos que apenas assinam o nome existe um total de 17, correspondendo a 4,9%. Os que estão entre a 1ª e 4ª série completa do ensino fundamental são 39, o que equivale a 11,3%. O seguimento que reúne o maior número de pessoas é o das 1ª a 4ª incompleta do ensino fundamental, que corresponde a 120 pessoas ou 34,8%. Cerca de 1,4%, ou seja, 5 pessoas, encontra-se entre as 5ª e 8ª séries completas.

O seguimento que ocupa o segundo lugar com relação ao número de pessoas concentradas é o que vai da 5ª a 8ª série incompleta com 70 pessoas, o que equivale a 20,3% do total. Com segundo grau completo encontram-se 3 pessoas e com segundo grau incompleto

16, o que corresponde a 0,9 e 4,6 %, respectivamente. Com grau superior tem-se apenas 3 pessoas, o que corresponde a 0,9%, e 22 pessoas não têm escolaridade definida, pois são pessoas com idade muito baixa para estudar.

O fato de existir uma maior concentração de pessoas entre as 1ª e 4ª séries incompletas e 5ª e 8ª séries também incompletas ocorre, no primeiro caso, porque a maioria das pessoas mais velhas não tiveram condições de completarem a 4ª série e esse número é relativamente alto, isso devido, talvez, a dificuldade que seria conciliar a escola com os trabalhos do campo que são bastante cansativos. No segundo caso, verifica-se que a maioria dos jovens deixam de estudar a partir da 5ª série, talvez, devido às dificuldades de locomoção entre o rural e urbano. Até a 4ª série existem escolas nas próprias localidades, mas a partir da 5ª só existem escolas na sede do município e, apesar de existirem carros que transportam os alunos, o que se nota é um desinteresse generalizado por parte da maioria destes alunos.

Espera-se que com o Programa de Alfabetização Solidária haja uma mudança qualitativa no que se refere ao grau de instrução das pessoas residentes no meio rural soledadense. Além disso, deveria haver outros programas que melhorassem não só o nível de escolaridade mas, também, fornecessem preparação técnica para que as pessoas residentes no campo pudessem desenvolver outras habilidades, como cursos profissionalizantes. Devido a fatores da natureza a agricultura fica comprometida e as pessoas procuram outras formas de sobreviverem fora do campo, sendo que para isso necessitam ter preparação para poderem competir no mercado de trabalho.

**Tabela 35- Nível de escolaridade dos membros do domicílio da amostra. Soledade PB- 2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Total de familiares</b>	<b>345</b>	<b>100,0</b>
analfabeto	50	14,5
apenas assina o nome	17	4,9
1º a 4º série completa	39	11,3
1º a 4º série incompleta	120	34,8
5º a 8º completa	5	1,4
5º a 8º incompleta	70	20,3
2º grau completo	3	0,9
2º grau incompleto	16	4,6
Superior	3	0,9
sem escolaridade definida	22	6,4

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

### 3.2.3 Infra-estrutura dos domicílios da amostra

Com relação à infra-estrutura dos domicílios da amostra nota-se que dos 76 domicílios, 65 são próprios e 11 cedidos, correspondendo a, respectivamente, 86% e 14%. A área média dos domicílios é de 81 m<sup>2</sup>. E a média de cômodos é de 6. As casas de alvenaria somam 73 enquanto que as de taipa são 3, equivalendo a, respectivamente, 96,05% e 3,95%. Todas as 76 residências têm telha de barro como cobertura (Tabela 36).

**Tabela 36- Infra-estrutura dos domicílios da amostra, Soledade –PB-2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>
<b>Números de domicílios</b>	<b>76</b>		
<b>Tipo de posse das residências</b>	<b>76</b>	<b>100,00</b>	
Própria	65	86%	
Cedida	11	14%	
<b>Área total de domicílio m<sup>2</sup></b>	<b>6.123</b>	-	<b>81</b>
<b>Números de cômodos</b>	<b>462</b>	-	<b>6,1</b>
<b>Tipo de parede das residências</b>	<b>76</b>	<b>100,00</b>	
Alvenaria	73	96,05	
Taipa revestida	3	3,95	
<b>Tipo de Cobertura</b>			
Telha de barro	76	100,00	

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Existem, de acordo com os dados da Tabela 37, apenas 4 domicílios com água encanada e 72 sem água encanada, sendo que dos 4 que possuem, a água é proveniente de poços ou cisternas e não da rede geral. Dos que não possuem água encanada, cerca de 94,74%, a água tem origem em diversos locais a exemplo de açude, rio ou barreiro, com 42 domicílios, cerca de 55%. A água vem também de poços ou nascentes, com 7 domicílios ou 9% do total, além da água proveniente das cisternas, com 27 domicílios ou 36%. Dos 76 domicílios, 32 possuem filtros de água e 44 não possuem, ou seja, a maioria não tem filtro de água em suas residências.

**Tabela 37- Origem da água nos domicílios da amostra. Soledade –PB-2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Total (domicílios)</b>	<b>%</b>
<b>Domicílios com água encanada</b>	4	5,26
<b>Domicílios sem água encanada</b>	72	94,74
<b>Total</b>	76	100,00
<b>Origem da água utilizada</b>		
Rede geral	0	
Açude, rio ou barreiro	42	55
Poço ou nascente	7	9
Cisterna	27	36
<b>Total</b>	76	100,00
<b>Domicílios com filtro de água</b>	32	42
<b>Domicílios sem filtro de água</b>	44	58
<b>Total</b>	76	100,00

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Com relação à energia elétrica, pelos dados da pesquisa de campo (Tabela 38), observa-se que do total de domicílios da pesquisa, cerca de 82%, ou seja, em 62, o abastecimento vem da rede geral, enquanto que os 18% restantes, que somam 14 domicílios, não possuem energia. Existem casos de domicílios que possuem a instalação completa, além de eletrodomésticos, mas que a energia não está ligada.

No que diz respeito ao tipo de instalação sanitária tem-se que cerca de 56,58%, a maioria, portanto, não possui nenhum tipo de instalação; cerca de 32,82% possuem fossa comum, 5,26% fossa séptica e 5,26 utilizam valas (Tabela 38). Vê-se, portanto, que se necessita de um programa de melhoramento da infra-estrutura sanitária na medida em que a maioria dos domicílios não possuem instalação e a maioria dos banheiros servem apenas para tomar banho e as necessidades fisiológicas são feitas no mato.

O destino do lixo dos domicílios, de acordo com a Tabela 38, mostra que as pessoas estão se conscientizando do perigo que é jogar lixo a céu aberto e a maioria delas está queimando e enterrando, ou seja, cerca de 61% ou 46 famílias das 76 entrevistadas. O número de pessoas que jogam em terrenos baldios ainda é relativamente alto, cerca de 29 famílias ou 38%. E apenas 1 família joga no rio. Espera-se que o restante se conscientize e passe, a exemplo da maioria, a queimar e enterrar também os lixos de seus domicílios.

**Tabela 38- Energia elétrica, instalação sanitária e destino do lixo nos domicílios da amostra. Soledade –PB-2002**

<b>Indicadores</b>	<b>Quantidade (número de domicílios)</b>	<b>%</b>
<b>Com acesso a rede geral de energia elétrica</b>		
Com acesso a rede geral de energia elétrica	62	82
Sem energia elétrica	14	18
<b>Total</b>	76	100,00
<b>Tipo de instalação sanitária</b>		
Fossa séptica	4	5,26
Fossa comum	25	32,82
Vala	4	5,26
Sem instalação	43	56,58
<b>Total</b>	76	100,00
<b>Destino do Lixo Doméstico</b>		
Queimado e enterrado	46	61
Jogado em terreno baldio	29	38
Jogado no rio	1	1
<b>Total</b>	76	100,00

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Baseando-se nos dados da Tabela 39, vê-se que o percentual de eletrodomésticos e outros utensílios dos domicílios pesquisados, para alguns objetos, é bastante alto. Cerca de 91% dos domicílios possuem fogão a gás, porém 95% ainda possuem fogão a lenha, também. Isso ocorre talvez pela facilidade que se tem de conseguir lenha no campo e pelo preço do gás que se encontra elevado; portanto, as pessoas adquirem fogão a gás para não ficarem “atrasados” e fora das inovações e mantém o fogão a lenha porque é mais fácil conseguir matéria-prima para fazê-lo funcionar.

Existe ainda, pelo que se vê na Tabela 39, uma série de eletrodomésticos e outros equipamentos que fazem parte do cotidiano das pessoas que vivem no campo soledadense, fato que não era visto antigamente. Cerca de 46% dos domicílios possuem geladeira, 83% possuem televisão, 93% possuem rádios, 58% possuem ferro elétrico, 51% possuem antena parabólica, 57% possuem liquidificador, 9% possuem máquina de lavar roupa e 5% possuem batedeira.

**Tabela 39- Percentual de eletrodomésticos e outros bens dos domicílios da Amostra, Soledade –PB-2002**

<b>Eletrodomésticos e outros bens</b>	<b>Quantidade de domicílios</b>	<b>%</b>
Fogão a lenha	72	95
Fogão a gás	69	91
Geladeira	35	46
Televisor	63	83
Rádio	71	93
Ferro elétrico	44	58
Antena parabólica	39	51
Batedeira	4	5
Maquina de lavar roupa	7	9
Liquidificador	43	57
<b>Total</b>	76	100,00

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

O que se percebe é que, como Silva (2001) mostra em seu trabalho, ocorre uma incorporação de características que antes só eram vistas no meio urbano, como casas de alvenaria, energia elétrica, eletrodomésticos, fazendo com que o campo e o meio urbano tenham características semelhantes. Ocorre uma quebra das barreiras que haviam entre os meios urbano e rural, não existe mais a porteira fechando o rural com características específicas, pois este passa a incorporar características que antes só eram vistas no urbano.

Um fato curioso que se percebeu nas viagens é que muitas casas de taipa, sem instalação sanitária, caindo o reboco, bastante deterioradas, tinham em cima da telha ou ao lado, em cima de uma coluna de cimento, uma antena parabólica que se destaca de longe. Isso mostra que muitas pessoas não querem ficar de fora da onda de informações trazidas pela televisão e para isso sacrificam algumas coisas que para outros indivíduos seria de fundamental importância, como as condições infra-estruturais do domicílio, por exemplo. Ocorre, portanto, um choque cultural bastante forte na medida em que a imagem rústica da velha casa de taipa se mistura com a imagem do avanço da informação trazido pelo processo de globalização.

### 3.2.4 Caracterização dos residentes rurais ativos e inativos acima de dez anos

No que diz respeito à pessoa inativa e sem rendimentos, segundo o Projeto Rurbano fase III (1999), constata-se que é a que tem 10 anos ou mais de idade e que não teve ocupação e nem rendimentos durante a maior parte do período de janeiro a setembro de 2002. Aqui estão as pessoas que apenas estudam e os que estão impedidos de trabalhar por motivo de idade ou saúde.

De acordo com o Projeto Rurbano fase III (1999) a pessoa inativa e com rendimentos é a que tem 10 anos ou mais de idade e que se manteve desocupada e recebeu rendimentos no período de janeiro a setembro de 2002.

Quando se fala de trabalhadores ativos se refere as pessoas com 10 anos de idade ou mais cuja força de trabalho está sendo utilizada em alguma atividade, seja ela agrícola ou não. A exemplo de agricultores, pedreiros, professores, merendeiras, etc.

De acordo com os dados da Tabela 40, conclui-se que de um total de 345 pessoas, 185 são ativos e 160 inativos. Dos ativos, 8 trabalham no próprio domicílio, o que corresponde a 4,32%, são as costureiras, doceiras, cordoeiros, etc; 13 trabalham fora/distante do domicílio e na zona rural, que corresponde a 7,03%, são os trabalhadores rurais, professores, merendeiras de escolas, etc; 22 trabalham fora/distante do domicílio e na zona urbana, que corresponde a 11,89%, são as empregadas domésticas, empregados em lojas, comerciantes, etc e 142 trabalham contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural, o que corresponde a 76,76%, ou seja, a maioria tem seus roçados vizinhos ao domicílio ou trabalham em terras alheias próximas, talvez em decorrência da facilidade de se chegar até o local de trabalho, pois a maioria não possui transporte, outros trabalham em escolas, como domésticas, professores, etc.

Do total de inativos, 79, que corresponde a 49,38%, possuem renda, enquanto que 81, que corresponde a 50,63% são inativos sem renda. A renda dos inativos é proveniente de aposentadorias, pensões, bolsa-escola, bolsa-renda, vale-gás, bolsa-alimentação, bolsa PETI, que muitas vezes asseguram a sobrevivência e a permanência de muitas famílias no campo.

Os inativos sem renda além de não contribuir para a sobrevivência da família dado que não participam da composição da renda, ainda pesam no orçamento pois necessitam consumir bens que lhes são úteis e tais bens serão comprados com a renda gerada pelos membros que trabalham.

**Tabela 40- Caracterização dos residentes rurais ativos e inativos acima de dez anos, segundo local de trabalho da amostra, Soledade-PB-2002**

	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Ativos</b>	<b>185</b>	<b>53,62</b>
<b>Local de Trabalho</b>		
no domicilio	8	4,32
Fora/distante do domicilio e na zona rural	13	7,03
Fora /distante do domicilio e na zona urbana	22	11,89
Contíguo ou vizinho ao domicilio e na zona rural	142	76,76
<b>Inativos</b>	<b>160</b>	<b>46,38</b>
Inativos com renda	79	49,38
Inativos sem renda	81	50,62
<b>Total de ativos e inativos</b>	<b>345</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

### 3.2.5 Tamanho da terra e condição de ocupação

Quando se fala de proprietário, segundo o Projeto Rurbano fase III (1999) diz respeito a pessoa que explora o estabelecimento com meios de produção de sua propriedade, total ou parcial. Parceiro é a pessoa que explora o estabelecimento de um bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, pagando o uso com uma parte da produção, a qual é previamente ajustada. E Cessionário é a pessoa que explora o estabelecimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros tendo consentimento sem nada pagar.

Os dados da Tabela 41 mostram que a maior parte dos estabelecimentos são pequenos, pois mais de 67% de um total de 62 estabelecimentos próprios encontram-se na faixa de menos de 30 hectares. Existem 22 domicílios com 1 ha a menos de 10 ha, o que equivale a 35,48% do total de estabelecimentos próprios. Existem, ainda, 12 estabelecimentos com 10 ha a menos de 20 ha, o que equivale a 19,35% do total de estabelecimentos próprios e 8 estabelecimentos com 20 ha a menos de 30 ha, o que equivale a 12,90% do total de estabelecimentos próprios.

Os demais estabelecimentos são 5 com 30 ha a menos de 40 ha, 5 estabelecimentos com 40 ha a menos de 50 ha, 1 estabelecimento com 50 ha a menos de 60 ha, nenhum estabelecimento com 60 ha a menos de 70 ha, 1 estabelecimento com 70 ha a menos de 80 ha, 1 estabelecimento com 80 ha a menos de 90 ha e 1 estabelecimento com 90 ha a menos de 100 ha e 6 estabelecimentos com mais de 6 ha.

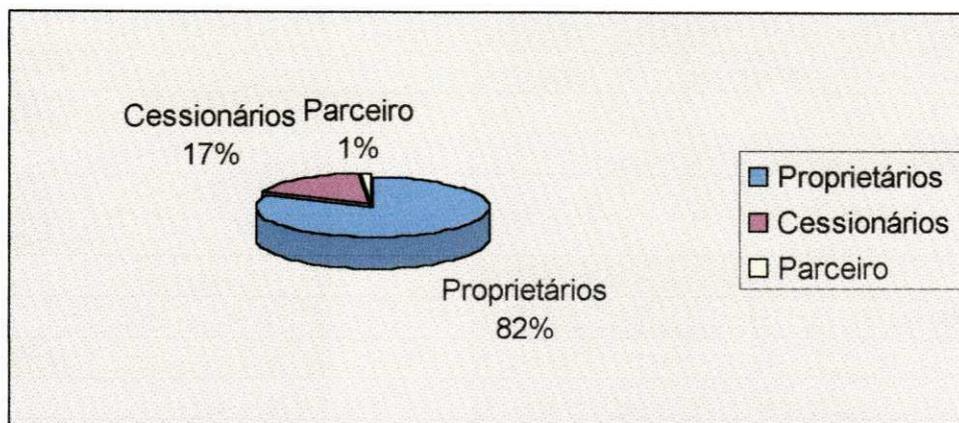
Ainda com base nos dados da tabela 41, nota-se que há concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, pois quase 10% dos estabelecimentos, ou seja, 6 estabelecimentos dos 62 próprios existentes, tem mais de 100 hectares. Eles juntos somam 1368 ha, nas mãos de apenas 6 proprietários, ou seja, uma média de 228 hectares por proprietário.

Como já foi mostrado no capítulo II, o solo que predomina no município é o halomórfico, ou seja, com um grau de salinidade elevado. E como não foi feito nenhum estudo para se levantar as potencialidades no que diz respeito ao desenvolvimento de culturas diversas na região, não se sabe o motivo de haver apenas plantas nativas e a execução de atividades ligadas apenas à subsistência. Talvez essa característica do solo, junto com fatores climáticos é que travam o desenvolvimento de outras culturas, dado que existe a facilidade de escoamento que se tem caso se desenvolva alguma outra cultura direcionada ao mercado.

**Tabela 41- Número absoluto e relativo de estabelecimento por extrato de área e condição de ocupação da terra da amostra, Soledade-PB-2002**

<b>Extratos de área</b>	<b>Número absoluto</b>	<b>%</b>
1 a menos de 10	22	35,48
10 a menos de 20	12	19,35
20 a menos de 30	8	12,90
30 a menos de 40	5	8,06
40 a menos de 50	5	8,06
50 a menos de 60	1	1,61
60 a menos de 70	0	0,00
70 a menos de 80	1	1,61
80 a menos de 90	1	1,61
90 a menos de 100	1	1,61
Mais de 100	6	9,68
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>100,00</b>
Proprietários	62	81,58
Cessionários	13	17,11
Parceiro	1	1,32
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

**Gráfico 1-Condição de ocupação da terra da amostra, Soledade-PB-2002**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Pelos dados da Tabela 41 e do Gráfico 01, que diz respeito à condição de ocupação da terra, verifica-se que 62 ou 81,58% são proprietários, ou seja são donos de suas terras. De uma total de 76 estabelecimentos 13, que corresponde a 17,11% são utilizados por cessionários, ou seja, utilizam as terras com o consentimento do dono sem pagar nada por isso. Apenas 1 é parceiro e utiliza a terra através do pagamento em produtos agrícolas, nesse caso o pagamento é a terça parte da produção total.

### 3.2.6 Perfil ocupacional das pessoas residentes nos domicílios da amostra

No que diz respeito ao trabalho (ocupação) segundo o Projeto Rurbano fase III (1999) considera-se a ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc) na produção de bens e serviços, ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico, ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana de referência e ocupação exercida durante pelo menos uma hora na semana de referência na produção de bens da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca piscicultura, destinados a própria alimentação de pelo menos um membro da família ou na construção de edifícios, estradas, poços e outras benfeitorias para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Com relação à pessoa ocupada/empregada, de acordo com o Projeto Rurbano fase III (1999), é a pessoa com 10 anos ou mais de idade com emprego assalariado que trabalhou pelo menos uma hora na semana de referência (última semana de setembro de 2002); a pessoa com 10 anos ou mais que mantém vínculo com seu emprego atual, mas não estava temporariamente trabalhando na semana de referência por qualquer motivo; a pessoa com 10 anos ou mais de idade e com emprego independente, ou por conta própria, que trabalhou ao menos uma hora durante a semana de referência para conseguir benefícios ou ganho familiar; a pessoa com 10 anos ou mais de idade e que tem ocupação independente, ou por conta própria, para obter benefícios ou ganho familiar, mas que não estava trabalhando na semana de referência; a pessoa com 10 anos ou mais de idade que tem uma empresa e que na semana de referência estava temporariamente ausente do trabalho, por qualquer motivo.

De acordo com o Projeto Rurbano fase III (1999) a pessoa desempregada é a que tem 10 anos ou mais de idade e não tem emprego assalariado, emprego independente ou por conta própria, também a que tem essas mesmas características e que estava disponível para trabalhar na referida semana, além da que teve a iniciativa de procurar emprego na semana de referência.

Ainda com base no Projeto Rurbano fase III (1999) constata-se que a ocupação diz respeito ao cargo, função, profissão ou ofício que a pessoa exerce. Nesta perspectiva a ocupação principal diz respeito normalmente à única ocupação da pessoa na semana de referência. Para a pessoa que manteve mais de uma ocupação é necessário se adotar alguns critérios para saber qual a ocupação principal e a secundária.

Para o Projeto Rurbano fase III (1999) para a pessoa com mais de uma ocupação considera-se como principal a que a pessoa permaneceu mais tempo, quer seja essa ocupação remunerada ou não, e como secundária a que ela permaneceu menos tempo. No caso de igualdade de tempo de permanência é considerada como principal a ocupação remunerada e secundária a sem remuneração. No caso de igualdade de tempo de permanência e na remuneração, considera-se como principal a ocupação que a pessoa dedicou a maior parte do seu tempo considerando-se um período maior que o de referência e como secundária a com menor tempo de permanência.

Também baseado no Projeto Rurbano fase III (1999) vê-se que empregado assalariado é a pessoa que trabalha para um empregador obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo uma remuneração (dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios). Trabalhador doméstico é a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em um ou mais domicílios. Trabalhador por conta própria é a pessoa que trabalha explorando seu

próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com a ajuda de trabalhador não remunerado.

Para o Projeto Rurbano fase III (1999) empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento contando com a ajuda de pelo menos um empregado. Trabalhador não remunerado é a pessoa que trabalha sem remuneração durante pelo menos uma hora na semana de referência ajudando ao membro do domicílio. E trabalhador para o auto-consumo é a pessoa que trabalha na produção de bens da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, etc; para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade familiar, durante pelo menos uma hora na semana de referência.

Na Tabela 42, sobre a população rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade principal, nota-se que 125 pessoas, que corresponde a 67,6% das 185 do total estão ocupados em atividades agrícolas, enquanto que 60, que corresponde a 32,4%, estão ocupadas em atividades não-agrícolas.

Das 125 pessoas ocupadas em atividades agrícolas, 35 são agricultores por conta própria, que corresponde a 18,9%; 45 são trabalhadores rurais, que corresponde a 24,3% e 45 estão ocupados em atividades de auto-consumo, que corresponde a 24,3% dos 185 ocupados.

Os agricultores por conta própria plantam basicamente culturas de subsistência, como feijão e milho e criam animais como aves, caprinos e ovinos, suínos e bovinos, a exemplo do que acontece também com os trabalhadores de auto-consumo. Já os trabalhadores rurais são as pessoas que trabalham para terceiros nos mais diversos tipos de trabalhos do campo, desde plantação e criação de animais, até construção de cercas. Eles cuidam de animais, tiram leite, consertam e fazem cercas, são vaqueiros, enfim fazem um pouco de tudo.

Existem pessoas que exercem paralelamente mais de uma atividade, às vezes sendo estas atividades uma agrícola e outras não-agrícola, são pessoas com dupla atividade que serão tratadas mais detalhadamente na Tabela 47.

Dos trabalhadores ocupados em atividades não-agrícolas, 10 são professores de primeira fase, o que corresponde a 5,4% do total de 185 ocupados, além de 1 gerente administrativo não-agrícola, 8 pessoas ocupadas na atividade de construção civil, que corresponde a 4,3% e são todos homens, 9 ocupados em indústrias de transformação como produção de doce e queijo por exemplo, produção de cordas, corte e costura, o que equivale a 4,9% do total de ativos, 8 pessoas envolvidas com comércio de pequeno porte, que vai desde comércio de animais até de produtos da cesta básica, o que equivale a 4,3% do total de ativos, 2 motorista, 4 empregadas domésticas, 14 pessoas envolvidas com serviços pessoais não

domésticos, a exemplo de merendeiras de escola e 4 pessoas envolvidos com outros serviços, a exemplo dos agentes de saúde (Tabela 42).

**Tabela 42-População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade principal na amostra, Soledade-PB-2002**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>125</b>	<b>67,6</b>
Agricultor por conta própria	35	18,9
Trabalhador rural	45	24,3
Auto-consumo	45	24,3
<b>Atividade não-agrícola</b>	<b>60</b>	<b>32,4</b>
Professor	10	5,4
Gerente admin. não-agrícola	1	0,5
Serviço de construção civil	8	4,3
Industria de Transformação	9	4,9
Comércio	8	4,3
Motorista	2	1,1
Serviço doméstico	4	2,2
Serviços Pessoais	14	7,6
Outros	4	2,2
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados da Tabela 43, que diz respeito à população rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundária da amostra, mostram que das 32 pessoas com a segunda ocupação, que corresponde a 17,3 % do total de ativos, 23 estão ocupados em atividades agrícolas, enquanto que 9 estão ocupados em atividades não-agrícolas. Das 23 agrícolas 10 são agricultores por conta própria e 13 são trabalhadores de auto-consumo, o que corresponde a 5,4% e 7%, respectivamente.

Na tabela 43 o percentual é feito em cima da população ativa que é de 185 pessoas. Das 9 ocupações não-agrícolas, tem-se 1 professor, que corresponde a 0,5%, 1 pessoa ocupada na construção civil, que corresponde a 0,5%, 2 pessoas em indústrias de transformação, que corresponde a 1,1% e 5 no comércio, que corresponde a 2,7% do total de ativos. Vê-se que as ocupações agrícolas representam 12,4% do total, enquanto que as ocupações não-agrícolas representam 4,9%.

**Tabela 43-População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundaria na amostra, Soledade-PB-2002**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>23</b>	<b>12,4</b>
Agricultor por conta própria	10	5,4
Trabalhador rural	0	0,0
Auto-consumo	13	7,0
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>9</b>	<b>4,9</b>
Professor	1	0,5
Serviço de Construção civil	1	0,5
Industria de Transformação	2	1,1
Comércio	5	2,7
Serviços Pessoais	0	0,0
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>17,3</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 44 diz respeito à população rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundária também, a exemplo da tabela 43. Porém, enquanto o percentual da tabela 43 é feito em cima do total de ativos que é de 185 pessoas, na Tabela 44 o percentual é feito em cima das 32 pessoas com ocupação secundária, por isso os percentuais são maiores.

**Tabela 44-População rural ocupada segundo ramo de atividade e tipo de ocupação na atividade secundaria na amostra, Soledade-PB-2002**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>23</b>	<b>71,9</b>
Agricultor por conta-própria	10	31,3
Trabalhador rural	0	0,0
Auto-consumo	13	40,6
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>9</b>	<b>28,1</b>
Professor	1	3,1
Serviço de Construção civil	1	3,1
Industria de Transformação	2	6,3
Comércio	5	15,6
Serviços Pessoais	0	0,0
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Na Tabela 44 vê-se que as atividades agrícolas representam 71,9% das 32 pessoas com segunda ocupação, enquanto que as atividades não-agrícolas representam 28,1%. Do total de atividades agrícolas tem-se que os agricultores por conta própria representam 31,3% e os trabalhadores de auto-consumo representam 40,6%.

Do total de atividades não-agrícolas tem-se professor com 3,1%, serviço de construção civil também com 3,1%, indústria de transformação com 6,3% e o comércio com 15,6% do total de 32 pessoas com segunda ocupação.

Nota-se, portanto, que em decorrência da insuficiência monetária gerada pela agricultura para as famílias residentes no meio rural, mesmo em períodos chuvosos, alguns membros dos domicílios buscam outras atividades fora como forma de conseguir melhorar a composição da renda familiar.

Na Tabela 45 que trata da população rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação principal no período de janeiro a setembro de 2002 verifica-se que das 125 pessoas ocupadas em atividade agrícolas, 49 são por conta própria, 45 empregados e 31 não remunerados, que corresponde a respectivamente , 26,5%, 24,3% e 16,8%.

As atividades por conta própria apresentam um número maior do que as que representam o tipo de ocupação devido algumas atividades de auto-consumo também serem por conta própria. Os 45 empregados dizem respeito às pessoas que são trabalhadores rurais, ou seja, exercem várias atividades no campo e recebem, na maioria das vezes, uma diária que varia entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00, dependendo da localidade e do tipo de trabalho. As 31 pessoas não remuneradas são as que exercem atividades de auto-consumo para ajudar a família e não recebem dinheiro nem produtos por isso.

Das 60 atividades não-agrícolas, 15 são por conta própria, 1 empregador não-agrícola e 44 empregados, o que corresponde a, respectivamente, 8,1%, 0,5% e 23,8%.

Das 15 atividades não-agrícolas por conta própria tem-se as pessoas envolvidas com comércio de vários tipos, ambulantes em geral, indústria de transformação, com fabricação de cordas, produção de doces e queijos, etc. O empregador não-agrícola diz respeito a um serralheiro que contrata trabalhadores para lhe auxiliar em sua atividade. Das 44 pessoas empregadas muitas são servidores públicos, como professores, merendeiras, secretárias, etc, além de outras atividades como empregadas domésticas, agente de saúde, motoristas, pedreiros, serventes de pedreiros, vendedor de lojas, atendentes, balconistas, padeiros, etc.

Vê-se, portanto, que as pessoas do rural exercem outros tipos de atividades não-agrícolas, muitas delas não apenas para complementar a renda, mas sim de ter uma renda que assegure sua permanência no campo.

**Tabela 45-População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação principal no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade PB-2002**

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>125</b>	<b>67,6</b>
Conta própria	49	26,5
Empregado	45	24,3
não remunerado	31	16,8
<b>Atividade não-agrícola</b>	<b>60</b>	<b>32,4</b>
Conta própria	15	8,1
empregador não-agrícola	1	0,5
Empregado	44	23,8
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 46, que trata da população rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação secundária no período de janeiro a setembro de 2002, mostra que das 23 pessoas envolvidas com atividades agrícolas 10 são por conta própria e 13 não remunerados, o que corresponde a, respectivamente, 5,4% e 7% do total de ocupados.

Das atividades não-agrícolas, 7 são por conta própria e 2 são empregados, o que corresponde a, respectivamente, 3,8% e 1,1% do total de ocupados. O percentual foi feito em cima das 185 pessoas ocupadas.

**Tabela 46-População rural ocupada segundo ramo de atividade e posição na ocupação secundária no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade-PB-2002**

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Atividade agrícola</b>	<b>23</b>	<b>12,4</b>
Conta própria	10	5,4
não remunerado	13	7,0
<b>Atividade não agrícola</b>	<b>9</b>	<b>4,9</b>
Conta própria	7	3,8
Empregado	2	1,1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>17,3</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A divisão das atividades obedece a mesma lógica da atividade principal, ou seja, tanto as ocupações agrícolas quanto as não-agrícolas da segunda ocupação são as mesmas atividades agrícolas e não-agrícolas da ocupação principal.

Na Tabela 47 têm-se os dados referentes à população ocupada com dupla atividade segundo ramo de atividade. Das 32 pessoas com dupla atividade, 13 delas combinam atividade agrícola com outra atividade também agrícola, que corresponde a 40,63%, sendo que na maioria das vezes uma destas atividades é de auto-consumo. Apenas 3 pessoas têm a atividade principal não-agrícola e a segunda ocupação também não-agrícola, o que corresponde a 9,37%. Tem-se 10 pessoas com dupla atividade sendo a principal uma ocupação não-agrícola e a segunda uma atividade agrícola, que corresponde a 31,25%. Existem mais 6 pessoas que têm uma atividade agrícola como principal e uma não-agrícola como secundária, o que corresponde a 18,75% do total de pessoas com dupla atividade.

Vê-se, portanto, que 17,3% da população economicamente ativa da amostra para o município de Soledade exerce mais de uma atividade para complementar a renda. Isso ocorre devido ao fato de que a renda que se consegue com apenas uma atividade agrícola não é satisfatória para que se viva tranquilamente e as pessoas buscam exercer outras atividades para alcançarem um nível de renda e de vida melhor.

Ocorre, porém, que a atividade agrícola permanece importante nesse contexto, dado que as pessoas que combinam atividade agrícola principal com agrícola secundária apresentam quantidade maior em relação aos demais, ou seja, 13 dos 32 que exercem dupla atividade, que corresponde a 40,63%.

**Tabela 47-População rural ocupada com dupla atividade segundo ramo de Atividade, Soledade-PB-2002**

<b>Atividade principal</b>	<b>Atividade secundária</b>	<b>Números de pessoas</b>	<b>Participação no total</b>
Não agrícola	Agrícola	10	31,25
Não agrícola	Não-agrícola	3	9,37
Agrícola	Agrícola	13	40,63
Agrícola	Não-agrícola	6	18,75
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Pelo Gráfico 02 vê-se que a maioria das pessoas exercem apenas uma atividade, o que corresponde a 83%, enquanto que apenas 17% exercem dupla atividade. O fato de a minoria exercer dupla atividade se dá, talvez, devido a existência de outras rendas além das rendas

advindas das atividades principal e secundária, a exemplo de rendas com aposentadorias e pensões, bolsa-renda, bolsa-escola e outros auxílios que complementam a renda das famílias.

**Gráfico 02-População rural ocupada com dupla atividade e com apenas uma atividade segundo ramo de atividade, Soledade-PB-2002**



**Fonte:** dados da pesquisa de campo

A Tabela 48 que trata dos grupos de ocupações e total de residentes rurais, segundo gênero e tipo de atividade mostra que do total de 125 empregados em atividades agrícolas, 96 são do sexo masculino e 29 do sexo feminino, o que corresponde a, respectivamente, 51,89% e 15,68% do total de 185 ativos. Dos 96 homens 23 são agricultores por conta própria, 44 trabalhadores rurais e 29 trabalhadores de auto-consumo, que corresponde a respectivamente, 12,43%, 23,78% e 15,68%. Das 29 mulheres, 12 são agricultores por conta própria, 1 é trabalhadora rural e 16 são trabalhadoras de auto-consumo, o que corresponde a respectivamente, 6,49%, 0,54% e 8,65%.

Do total de 60 pessoas empregadas em atividades não-agrícolas 24 são do sexo masculino, o que corresponde a 12,97% do total de 185 ativos, enquanto que 36 são do sexo feminino, o que corresponde a 19,46% do total de 185 ativos. Das 24 pessoas do sexo masculino 2 são professores, 8 trabalham na construção civil, 2 trabalham em indústria de transformação, 5 no comércio, 2 como motoristas, 3 em serviços pessoais não domésticos, a exemplo de vigilantes e balconistas, e 2 exercem outras atividades, um trabalha numa pedreira e outro numa transportadora.

Das 36 pessoas do sexo feminino ocupadas em atividades não-agrícolas 1 é gerente administrativa não-agrícola, trabalha no hospital, 8 são professoras do ensino fundamental, 7 trabalham em indústrias de transformação, 3 trabalham no comércio, 11 em serviços pessoais,

a exemplo de merendeiras de escolas e auxiliares de limpeza, 4 como empregadas domésticas e 2 em outras atividades, as duas são agentes comunitárias de saúde. De um total de 185 pessoas ativas 120 são do sexo masculino e 65 do sexo feminino, o que corresponde a, respectivamente, 65% e 35 %.

O que chama a atenção na Tabela 48 é que enquanto nas ocupações agrícolas a maioria das pessoas é do sexo masculino, nas ocupações não-agrícolas predomina o sexo feminino. Isso implica que enquanto os homens se dedicam à atividades do campo, as mulheres ativas procuram exercer outras atividades para conseguirem um ganho mais “seguro” em relação as rendas da agricultura que dependem de condições climáticas satisfatórias. Isso ocorre talvez por ser mais fácil para a mulher exercer certos tipos de tarefas oferecidas, como domésticas, merendeiras, professora primária, etc.

Não significa, porém, que as mulheres não se dedicam também à atividades agrícolas, pois quase a mesma quantidade de mulheres que trabalham em atividades não-agrícolas (36 mulheres), trabalha em atividades agrícolas (29 mulheres).

**Tabela 48-Grupos de ocupações e total de residentes rurais, segundo gênero e tipo de atividade, Soledade-PB-2002**

Grupo de Ocupações Tipo de atividade	Gênero				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
<b>Atividade Agrícola</b>						
<b>Total de empregados</b>	<b>96</b>	<b>51,89</b>	<b>29</b>	<b>15,68</b>	<b>125</b>	<b>67,6</b>
agricultor Conta Própria	23	12,43	12	6,49	35	18,9
trabalhador Rural	44	23,78	1	0,54	45	24,3
Auto consumo	29	15,68	16	8,65	45	24,3
<b>Atividade não agrícola</b>						
<b>Total de empregados</b>	<b>24</b>	<b>12,97</b>	<b>36</b>	<b>19,46</b>	<b>60</b>	<b>32,4</b>
Gerente adm. não agrícola	0	0,00	1	0,54	1	0,5
Professor	2	1,08	8	4,32	10	5,4
Serviço de Construção civil	8	4,32	-	-	8	4,3
Indústria de transformação	2	1,08	7	3,78	9	4,9
comércio	5	2,70	3	1,62	8	4,3
motorista	2	1,08	-	-	2	1,1
Serviços pessoais	3	1,62	11	5,95	14	7,6
Serviços domésticos	-	-	4	2,16	4	2,2
Outros	2	1,08	2	1,08	4	2,2
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>35</b>	<b>185</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Pode-se concluir que devido ao fato das atividades agrícolas, por causa da falta de chuvas, não ser viável para a manutenção das famílias rurais soledadenses, membros das famílias procuram exercer outras atividades não-agrícolas como uma espécie de segurança de renda tornando, dessa forma, as famílias pluriativas, o que será visto com maiores detalhes nos parágrafos posteriores.

### **3.2.7 Composição da renda das famílias rurais residentes nos domicílios da amostra**

Para prosseguir a análise é preciso que se esclareçam alguns conceitos que ajudarão na compreensão dos itens seguintes. Por família agrícola entende-se a família onde pelo menos um dos membros exerceu atividade agrícola e nenhum dos demais membros exerceu outras atividades não-agrícolas.

As famílias não-agrícolas são as que pelo menos um dos seus membros exerceu atividade não-agrícola e nenhum dos demais membros exerceu atividades agrícolas.

As famílias desocupadas são as que nenhum dos seus membros exerceu alguma atividade, seja ela agrícola ou não-agrícola.

As famílias pluriativas são as combinam atividades agrícolas com não-agrícolas. Se pelo menos um dos seus membros exerce uma atividade agrícola e outra não-agrícola a família é pluriativa. Se um membro exerce uma atividade agrícola e outro membro exerce uma outra atividade não-agrícola, ou vice-versa, a família também é pluriativa.

A abordagem feita até a Tabela 52 trata de pessoas, de domicílios, etc; para se ter uma idéia geral do comportamento das pessoas e das características que o campo vem incorporando ao longo do tempo, sendo que muitas destas características são provenientes do meio urbano. A partir da Tabela 53 a abordagem passa a ser feita em cima das famílias, para saber quais as que conseguem se reproduzir de forma mais satisfatória nesse processo. Essa foi a grande novidade metodológica da fase II do Projeto Rurbano, tomar as famílias como unidade de análise. Isso possibilita uma melhor exploração do efeito das ocupações não-agrícolas sobre a renda das famílias residentes no meio rural e das famílias agrícolas.

Na Tabela 49 que trata da renda média estimada com auto-consumo no período de janeiro a setembro de 2002, vê-se que a renda total com auto-consumo fica em torno de R\$ 59.689,70. Dos itens listados na tabela, 3 se destacam por ser os que apresentam as maiores

rendas individuais, que são: o leite, com uma renda de R\$ 16.334,00, o feijão com uma renda de R\$ 11.820,00 e as aves com uma renda de R\$ 10.016,00.

O feijão e o milho são culturas de subsistências e por isso são encontrados com maior frequência em praticamente todos os domicílios. Na maioria dos casos pouco se vendeu do que se produziu dessas culturas, pois além da produção ter sido pequena, muita gente preferiu consumir, dados os preços para compra ser relativamente alto. Quando os produtores vendem sua produção, o preço de venda não é tão satisfatório devido à oferta desses bens no período da colheita ser relativamente maior. Por outro lado, quando os produtores consomem o estoque de produtos destinados ao auto-consumo e passam a comprar tais produtos terminam sendo penalizados com a elevação dos preços pois a demanda estará maior.

A produção total de feijão neste período para auto-consumo foi de 197 sacos, o que equivale a aproximadamente 11.820 kg, enquanto que a produção de milho para o auto-consumo foi de 300 sacos, o que equivale a aproximadamente 18.000 kg, cujo valor da produção é de R\$ 7.500,00. O preço do saco de feijão no período era R\$ 60,00, enquanto o de milho era R\$ 25,000.

A produção de jerimum para ao auto-consumo ficou em torno de 1.817 kg, cujo valor da produção foi 1.817,00, pois o preço do quilo no período era de R\$ 1,00. Já a melancia apresentou uma produção de 1.703 kg, com o preço do quilo por R\$ 1,00, e o valor da produção R\$ 1.703,00.

Dos animais de médio porte os caprinos apresentaram a maior quantidade consumida, com 41 cabeças, o que equivale a um valor da produção de R\$ 1.435,00. Em seguida vem os ovinos com 14 cabeças e valor da produção de R\$ 490,00 e os suínos com 6 cabeças e valor da produção de R\$ 480,00.

Em termos de unidades os ovos foram os que apresentaram a maior quantidade consumida, com 66.339 unidades e valor da produção de 7.960,00, com o valor unitário ficando em torno de R\$ 0,12 (doze centavos)<sup>6</sup>.

Outros produtos também fazem parte do auto-consumo das pessoas residentes no rural deste município, porém em quantidades menores, a exemplo do mel, encontrado em 2 famílias apenas, com uma produção de 8 litros e valor da produção de R\$ 80,00, dado que o valor do litro era de R\$ 10,00. E os peixes encontrados apenas em uma família residente próximo ao açude estadual, cuja produção foi de 54 kg e valor da produção de R\$ 54,00, dado que o preço do quilo na época era de R\$ 1,00.

---

<sup>6</sup> O valor unitário dos ovos varia de R\$ 0,10 a R\$ 0,15, mas como a maior parte das pessoas vendem por R\$ 0,12, foi escolhida esse valor para se ter uma idéia aproximada do geral

**Tabela 49-Renda média estimada com auto-consumo no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade-PB-2002**

<b>Item</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$)</b>
<b>feijão(sacos)</b>	60,0	197	11.820,00
<b>milho (saco)</b>	25,0	300	7.500,00
<b>Jerimun (kg)</b>	1,0	1817	1.817,00
<b>melancia (kg)</b>	1,0	1703	1.703,00
<b>Aves (unid)</b>	8,0	1252	10.016,00
<b>Ovos (unid)</b>	0,12	66339	7.960,68
<b>Caprinos (cabeça)</b>	35,0	41	1.435,00
<b>ovinos (cabeça)</b>	35,0	14	490,00
<b>suínos (cabeça)</b>	80,0	6	480,00
<b>Leite (litros )</b>	0,5	32.668	16.334,00
<b>Mel (litros)</b>	10,0	8	80,00
<b>Peixe</b>	1,0	54	54,00
<b>Total</b>	-	-	<b>59689,7</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Na Tabela 50, que trata da renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade agrícola, segundo posição na ocupação principal no período de janeiro a setembro de 2002, vê-se que das 49 pessoas por conta própria, cuja renda agrícola<sup>7</sup> é de 86.282,20 e outras rendas provenientes de aposentadorias, pensões, vale-gás, etc, é de 33.609,90 tem-se uma renda per capita de R\$ 2.446,8 e renda mensal de R\$ 272,00.

Das 45 pessoas empregadas observa-se uma renda agrícola de R\$ 56.483,40 e renda de outras fontes de R\$ 4.037,00 totalizando uma renda per capita de R\$ 1.344,9 e uma renda mensal de R\$ 149,00.

Constata-se, portanto, uma renda relativamente baixa proveniente da agricultura, considerando que as famílias tem em média 4,5 pessoas em sua composição. Isso porque necessita-se comprar os produtos da cesta básica, além do pagamento de energia elétrica, botijão de gás, comida para os animais, roupas, calçados, enfim, o que se necessita para viver. E com uma renda tão baixa acredita-se que as pessoas sofram bastante para sobreviver.

**Tabela 50- Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade agrícola , segundo posição na ocupação principal no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade PB-2002**

Posição na ocupação	Número de pessoas	Tipo de renda						Renda per capita (RS)	Renda mensal (per capita) <sup>8</sup>
		%	Agrícola (RS)	%	Outras fontes <sup>1</sup> (RS)	%	Total (RS)		
Conta própria	49	52,13	86.282,20	71,97	33.609,9	28,0	119.892,1	2.446,8	272
Empregados	45	47,87	56.483,40	93,3	4.037,0	6,7	60.520,4	1.344,9	149
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>100</b>	<b>142.765,6</b>		<b>37.646,9</b>		<b>180.512,5</b>	<b>1920,35</b>	<b>213,37</b>

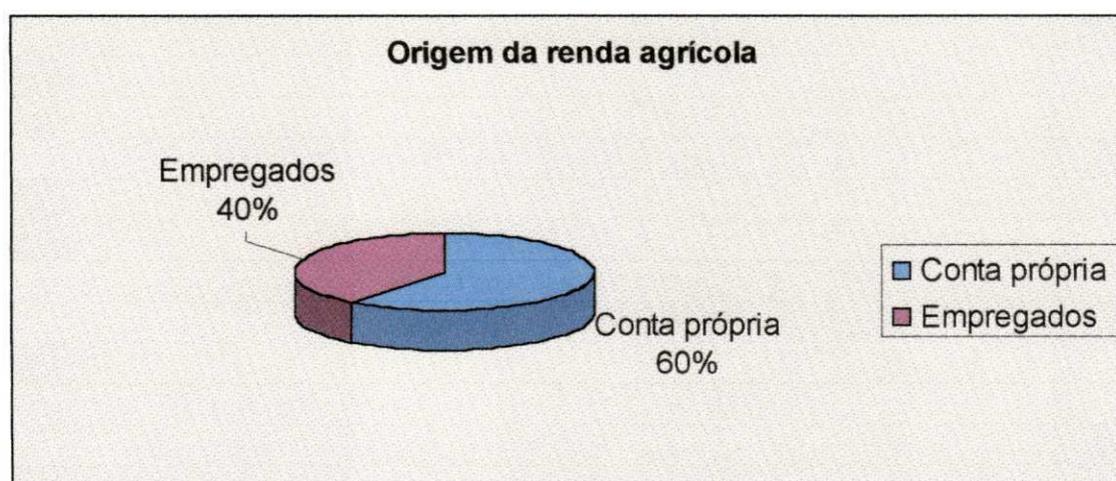
Fonte: Dados da pesquisa de campo

Fonte: Dados da pesquisa de campo

<sup>1</sup>- Aposentadorias, pensões, vale-gás , bolsa-escola , bolsa PETI , bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio-maternidade,aluguéis, herança, poupança / obs.: Valores em reais de setembro de 2002

No Gráfico 03 vê-se claramente que a maior parte da renda agrícola vem das pessoas que exercem atividades por conta própria, cerca de 60%, enquanto que a menor parte, cerca de 40% é proveniente das pessoas empregadas, ou seja, dos trabalhadores rurais. Isso ocorre porque os empregados recebem apenas salários muitas vezes baixos, enquanto os trabalhadores por conta própria podem especular e vender seus excedentes com mais vantagem.

**Gráfico 03- Origem da renda agrícola dos domicílios da amostra-2002**



Fonte: dados da pesquisa de campo

<sup>7</sup> Entende-se por renda agrícola o montante de dinheiro que se consegue com a venda de produtos provenientes da agricultura, bem como a renda que se consegue com a venda de animais criados pelas famílias. Além da renda percebida pela venda da força de trabalho quando esta é utilizada em atividades agrícolas.

Os dados da Tabela 51, que trata da renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade não-agrícola, segundo posição na ocupação no período de janeiro a setembro de 2002, mostram que das 15 pessoas trabalhando por conta própria, com uma renda agrícola de R\$ 21.336,00 e rendas provenientes de outras fontes de 5.796,40, tem-se uma renda per capita de 1.808,80, o que equivale a renda mensal de R\$ 201,00.

Das 44 pessoas empregadas, que corresponde a 73,33% do total de pessoas com atividades não-agrícolas, com uma renda não-agrícola de R\$ 21.336,00 e renda proveniente de outras fontes de R\$ 5.796,40, tem-se uma renda per capita de R\$ 2.122,60 e renda per capita mensal de R\$ 235,80.

De 1 pessoa empregadora não-agrícola, tem-se uma renda total de R\$ 4.050,00, não se tem rendas provenientes de outras fontes e a renda per capita fica em torno de R\$ 4.050,00, cuja renda per capita mensal equivale a R\$ 450,00.

Do total de renda das pessoas que trabalham por conta própria que é R\$ 27132,4, 78,64% é proveniente de rendas não-agrícola, enquanto que 21,36% é proveniente de outras fontes de rendas, perfazendo 100%. Da renda dos empregados que é de R\$ 93.393,3, 90,79% é proveniente de rendas não-agrícolas, enquanto que 9,21% é proveniente de outras fontes de renda. Da renda do empregador não-agrícola, 100% é proveniente de rendas não-agrícolas, ou seja, neste caso não há renda proveniente de outras fontes.

**Tabela 51-Renda per capita dos residentes rurais ativos proveniente da atividade não agrícola , segundo posição na ocupação no período de janeiro a setembro de 2002. Soledade PB-2002**

Posição na ocupação	Número de pessoas	%	Não agrícola		Outras fontes <sup>1</sup>		Total		Renda per capita (RS)	Renda mensal
			(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%		
Conta própria	15	25,00	21.336	78,64	5.796,4	21,36	27.132,4	1.808,8	201,0	
Empregados	44	73,33	84.793	90,79	8.600,3	9,21	93.393,3	2.122,6	235,8	
Empregador não agrícola	1	1,67	4.050,0	100,0	-	-	4.050,0	4.050,0	450,0	
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>110.179,0</b>	<b>-</b>	<b>14.396,7</b>	<b>-</b>	<b>124.575,7</b>	<b>2076,2</b>	<b>230,7</b>	

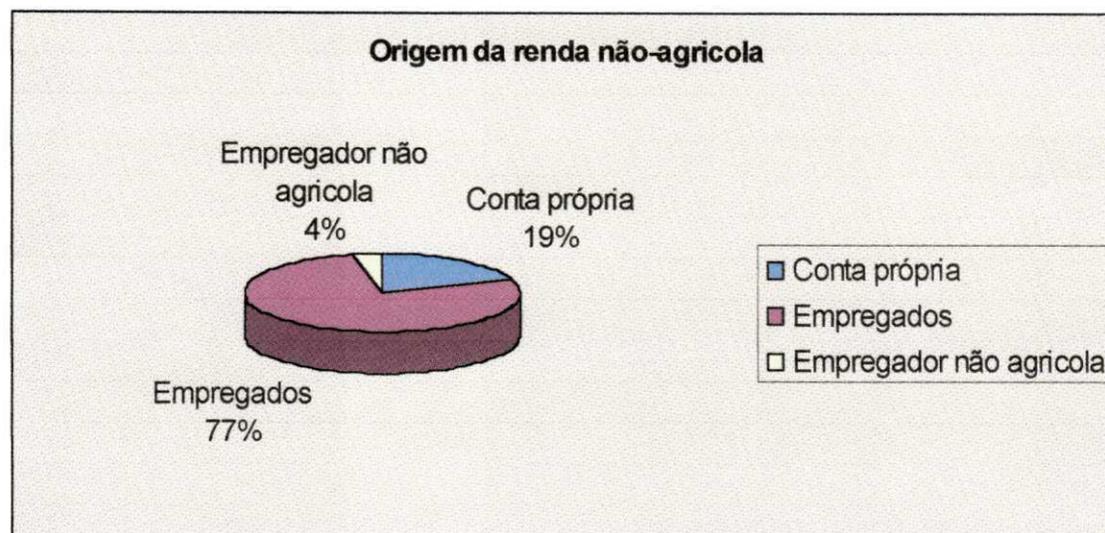
Fonte: Dados da pesquisa de campo

<sup>1</sup>- Aposentadorias, pensões, vale-gás, bolsa-escola, bolsa PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio-maternidade, aluguéis, herança, poupança./ obs.: Valores em reais de setembro de 2002

<sup>8</sup> Essas rendas mensais, bem com as encontradas nas próximas tabelas, são obtidas dividindo as rendas per capita pelos 9 (nove) meses que é o período de observação da pesquisa.

Pelos dados do Gráfico 04 nota-se que a maior parte da renda não-agrícola é proveniente das pessoas empregadas, cerca de 77%, enquanto que 19% provém dos trabalhadores por conta própria e 4% do empregador não-agrícola. Nesse caso a participação dos empregados é maior porque o número de pessoas nessa categoria é mais elevado.

**Gráfico 04- Origem da renda não agrícola nos domicílios da amostra-2002**



**Fonte:** dados da pesquisa de campo

Na Tabela 52, que trata da renda per capita dos residentes rurais inativos no período de janeiro a setembro de 2002 vê-se, que de um total de 79 pessoas inativas com renda, 37 recebem aposentadorias e/ou pensões, com uma renda total de R\$ 66.600,00, renda per capita de R\$ 1.800,00 e renda per capita mensal de R\$ 200,00.

As outras 42 pessoas inativas têm suas rendas provenientes de outras transferências públicas, como: bolsa -escola , bolsa-PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação e vale-gás, o que corresponde a uma renda de R\$ 6.616,88, uma renda per capita de R\$ 157,54 e uma renda per capita mensal de R\$ 17,50

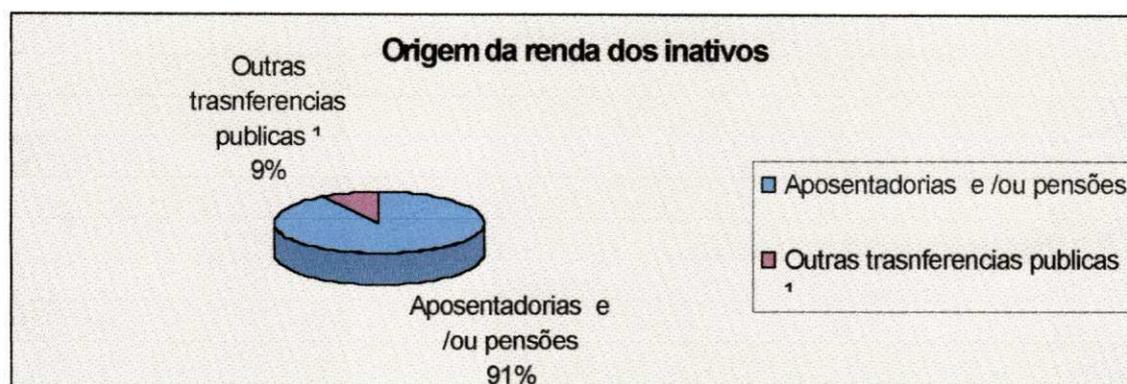
**Tabela 52-Renda per capita dos residentes rurais inativos no período de Janeiro a Setembro de 2002, Soledade PB-2002**

Tipo de benefício	Número de Pessoas	%	Renda Total	Renda per capita	Renda Mensal
Aposentadorias e /ou pensões	37	46,84	66.600,00	1.800,00	200,00
Outras transferências públicas <sup>1</sup>	42	53,16	6.616,88	157,54	17,50
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100,00</b>	<b>73.216,88</b>	<b>926,8</b>	<b>102,98</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, <sup>1</sup> Bolsa -escola , bolsa-PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação e vale-gás

No Gráfico 05 é possível perceber que aposentadorias e pensões são responsáveis por 91% da renda dos inativos, enquanto que as outras transferências públicas são responsáveis por 9%

**Gráfico 05- Origem da renda dos inativos nos domicílios da amostra-2002**



Fonte: Dados da pesquisa de campo

<sup>1</sup> Bolsa -escola , bolsa-PETI, bolsa-renda, bolsa-alimentação e vale-gás

Na década de 80 segundo Schneider (2001) um dos fatores que contribuiu para o reconhecimento da importância acadêmica da pluriatividade foi a utilização da família como unidade de análise e não mais o chefe da família ou o tempo de trabalho gasto na execução de atividades não-agrícolas, fato que ocorreu na segunda fase do Projeto Rurbano. Dentro desta lógica, a partir deste ponto, a análise deste trabalho passa a ser feita levando em consideração as famílias, para se ter uma idéia de quais são os tipos de famílias que melhor sobrevivem no meio rural do município de Soledade.

A Tabela 53 trata da composição da renda segundo tipos de família no período de janeiro a setembro de 2002. Neste caso, as famílias foram divididas em quatro grupos, os quais são: as famílias agrícolas, as não-agrícolas, as famílias pluriativas e as não-ocupadas.

Foram consideradas como agrícolas as famílias em que todos os membros ocupados exercem apenas atividades ligadas ao campo, a exemplo dos agricultores por conta própria, que plantam e criam animais, dos trabalhadores rurais, que exercem vários tipos de trabalhos rurais, além dos trabalhadores de auto-consumo, que são as pessoas que direcionam seus esforços na produção de subsistência.

As famílias não-agrícolas são aquelas, onde todos os membros ocupados exercem apenas atividades que não tem ligação direta com a agricultura, a exemplo de pedreiros, professores, merendeiras, doceiras, entre outras atividades. Essas famílias utilizam o campo

apenas como forma de moradia na medida em que não aproveitam as potencialidades do meio rural para reprodução social dos seus membros.

As famílias não-ocupadas, a exemplo das famílias não-agrícolas, também utilizam o campo apenas como forma de moradia. Neste caso em particular, são pessoas que sobreviviam devido à utilização da agricultura, mas que com a idade avançada conseguiram aposentar-se e preferiram continuar morando no campo, talvez, devido a adaptação no meio urbano que seria complicado com o costume adquirido depois de tantos anos residindo no rural.

No que diz respeito às famílias pluriativas, são as que pelo menos um dos membros ocupados exerce mais de uma atividade, sendo uma agrícola e outra não-agrícola. Por outro lado, se uma pessoa da família exercer uma atividade agrícola e outra pessoa desta mesma família exercer uma atividade não-agrícola a família também é considerada pluriativa.

Pelos dados da Tabela 53 observa-se que das 76 famílias da amostra, 31 são agrícolas, 3 são consideradas não-agrícolas, 2 não tem ocupação e 40, a maioria portanto, são pluriativas. O que corresponde respectivamente a, 41%, 4%, 3% e 53% do total de famílias.

Vê-se claramente a importância de outras atividades não-agrícolas para a composição da renda familiar no município de Soledade; porém, não se descarta a importância da agricultura, na medida em que sua participação é bastante relevante, pois cerca de 41% das famílias da amostra sobrevivem apenas da agricultura e mesmo as famílias pluriativas também exercem atividades agrícolas. Não se deve esquecer que no ano da pesquisa choveu no município e por isso a importância da agricultura é mais notável. Esta realidade com certeza muda em períodos de seca total, como já aconteceu no município, onde se passou cerca de 11 anos com escassez de chuvas, porém seria necessário outro trabalho para comprovar o que ocorre com exatidão em um contexto desse tipo.

Isto não tira, porém, o mérito da agricultura na formação da renda das famílias nos períodos chuvosos; mas, por outro lado, comprova-se a hipótese levantada neste trabalho de que em períodos de estiagem as famílias exercem outras atividades para sobreviverem e as que não exercem é devido ao fato de existir na família outras fontes de renda provenientes de aposentarias, pensões, ou de outras formas de auxílio por parte do governo.

Isso é comprovado quando se observa a participação dessas outras rendas em todos os quatro tipos de famílias, sendo que a participação maior tanto das aposentadorias/pensões quanto de outras rendas foi nas famílias pluriativas, como se observa na Tabela 53.

Considerando apenas as famílias agrícolas verifica-se que o montante da renda proveniente da atividade agrícola no período foi de R\$ 56.058, o que corresponde a 43,22%

do total da renda das famílias, o restante da renda foi R\$ 46.800,00 de aposentadorias, o que corresponde a 36,09% do total de renda das famílias agrícolas, R\$ 5352,00 de outras rendas, o que corresponde a 4,13% e R\$ 21.483,00 de auto-consumo, o que corresponde a 15,56% do total de renda deste tipo de família. A renda total das famílias ocupadas apenas em atividades agrícolas foi de R\$ 129.693,00, com uma renda per capita de 4.183,60 e renda per capita mensal de R\$ 465,00.

As famílias não-agrícolas possuem uma renda proveniente das atividades não-agrícolas de R\$ 5040,00, o que corresponde a 46,31% do total da renda das famílias não-agrícolas. As rendas provenientes de aposentadorias/pensões dessas famílias fica em torno de R\$ 5400,00, correspondendo a 49,62%, já as outras rendas fica em torno de R\$ 442,00, correspondendo a 4,07% do total da renda das famílias não-agrícolas. A renda total das famílias não-agrícolas foi de R\$ 10.882,00, com uma renda per capita de R\$ 3.627,50 e renda per capita mensal de R\$ 403,00.

Um fato interessante que se observa na tabela 53, com relação às rendas agrícolas das famílias que exercem apenas atividades agrícolas e das famílias pluriativas, é que a quantidade da renda agrícola para as famílias pluriativas é bem mais elevada, ou seja, mesmo vivendo apenas da agricultura, as famílias agrícolas tem uma renda agrícola menor do que a renda agrícola das famílias pluriativas. Resta saber qual o motivo que leva a ocorrer isso. Talvez aconteça em decorrência das famílias pluriativas, por terem níveis de rendas mais elevados em todos os ramos, conseguirem adquirir implementos e tecnologias que as famílias agrícolas não conseguem e assim desenvolvem a agricultura melhor do que outros tipos de famílias.

A participação das aposentadorias/pensões na formação das rendas das famílias pluriativas foi cerca de 19,89% do total, ou seja, R\$ 59.400,00, enquanto que outras rendas ficaram em torno de R\$ 7145,00 ou 2,39% do total. O valor da produção com auto-consumo para as famílias pluriativas superou o total obtido pelas famílias agrícolas, pois enquanto as famílias agrícolas obtiveram R\$ 21.483,00 com auto-consumo, as famílias pluriativas obtiveram cerca de R\$ 38.089,00, o que corresponde a 12,75% do total de renda obtida pelas famílias pluriativas. A renda total das famílias pluriativas foi de R\$ 298.711,00, com uma renda per capita de 7.467,00 e renda per capita mensal de R\$ 830,00.

Com relação às famílias não-ocupadas, percebe-se que a aposentadoria/pensões e outras rendas é que asseguram a reprodução social destas na medida em que são as únicas rendas obtidas por tais famílias. As aposentadorias/pensões atingiram uma renda de R\$ 3.600,00, o que corresponde a 91,43% do total de renda obtida por estas famílias, enquanto

que as rendas provenientes de bolsa-escola, vale-gás, etc, chegou a R\$ 337,50, que corresponde a 8,57% do total de renda obtida por tais famílias.

Vê-se claramente que as famílias que exercem a pluriatividade conseguem um nível de renda mais elevado do que as que não exercem. Enquanto a renda per capita das famílias pluriativas fica em torno de R\$ 7.467,80, com uma renda per capita mensal por família de R\$ 830,00, a renda média das famílias agrícolas fica em torno de R\$ 4.183,60, com renda mensal de R\$ 465,00, as famílias não-agrícolas apresentam uma renda média de R\$ 3.627,00 e renda mensal de R\$ 403,00 e as famílias não-ocupadas apresentam uma renda média de R\$ 1.968,80 e renda mensal de R\$ 219,00.

As famílias pluriativas são as que apresentam os maiores níveis de renda tanto agrícola, quanto não-agrícola, bem como tem a maior participação das aposentadorias/pensões e de outras rendas. São, portanto, as que conseguem se reproduzir melhor socialmente em relação aos demais tipos de famílias.

Nota-se, portanto, a importância da pluriatividade para as famílias rurais soledadenses e acredita-se que o fato da existência de níveis de rendas maiores para esses tipos de famílias se dá devido a boa relação entre os membros familiares, os quais passam a utilizar os recursos existentes de forma racional e assim conseguem sobreviver de forma mais satisfatória. Tendo um gerenciamento por parte dos próprios familiares que permite a melhor utilização dos meios de produção disponíveis, estas famílias sobrevivem com os melhores níveis de rendas adquiridos por parte das diversas famílias.

Seria importante se colocar em ação uma política de aumento da ocupação no campo, incluindo atividades agrícolas e não-agrícolas. Pois observando os dados da amostra para o município acredita-se que essa seria uma alternativa de emprego para pessoas residentes no município como um todo.

Quem sabe essa não poderia ser uma alternativa para a política do fome zero implantado pelo Governo Federal, pelo menos para esse município, dado que as famílias que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas vivem relativamente bem se comparadas com diversas famílias que vivem em centros urbanos que não conseguem nem emprego quanto mais níveis de renda satisfatórios para sobreviverem.

**Tabela 53- Composição da renda segundo tipos de família do município de Soledade, no período de janeiro a setembro de 2002, Soledade- 2002**

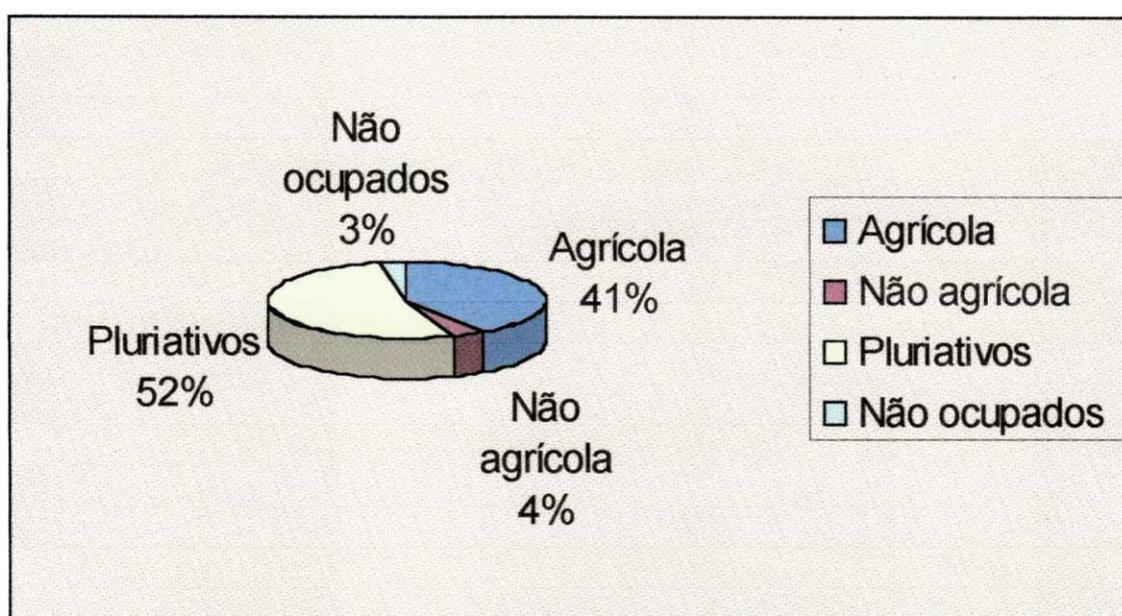
Tipo de renda	Número de famílias		Agricultura		Não agrícola		Aposent/pensões		Outras fontes <sup>1</sup>		Auto-consumo (valor da produção /RS)		Total (RS)	Renda per capita	Renda mensal per capita
		%	(RS)	%	(RS)	%	(RS)	%	(RS)	%	(RS)	%			
Agrícola	31	41	56058	43,22	-	-	46800	36,09	5352	4,13	21483	16,56	129.693	4.183,6	465
Não-agrícola	3	4	-	-	5040	46,31	5400	49,62	442	4,07	-	-	10.882	3.627,5	403
Pluriativos	40	53	90984	30,46	103093	34,51	59400	19,89	7145	2,39	38089	12,75	298.711	7.467,8	830
Não ocupados	2	3	-	-	-	-	3600	91,43	337,5	8,57	-	-	3.938	1.968,8	219
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>	<b>147042</b>	<b>-</b>	<b>108.133,0</b>	<b>-</b>	<b>115.200,0</b>	<b>-</b>	<b>13.276,9</b>	<b>-</b>	<b>59.572,0</b>	<b>-</b>	<b>443.224</b>	<b>5831,89</b>	<b>647,99</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo

<sup>1</sup>- Vale-gás , bolsa-escola , bolsa PETI , bolsa-renda, bolsa-alimentação, auxílio-maternidade,alugueis, herança, poupança.  
obs.: Valores em reais de setembro de 2002

No Gráfico 06 tem-se o percentual dos tipos de famílias. Vê-se que 52% das famílias são pluriativas, ou seja, exercem atividades agrícolas e não-agrícolas para composição da renda e reprodução social. As famílias agrícolas correspondem a 41% do total e exercem atividades ligadas ao campo para conseguirem sobreviver. As famílias que exercem apenas atividades não-agrícolas fica em torno de 4%. E as famílias sem ocupação, ou seja, que sobrevivem apenas de aposentadorias/pensões e rendas provenientes de outras fontes que não dependem de trabalho corresponde a 3%

**Gráfico 06-Percentual do tipo de família da amostra-2002**



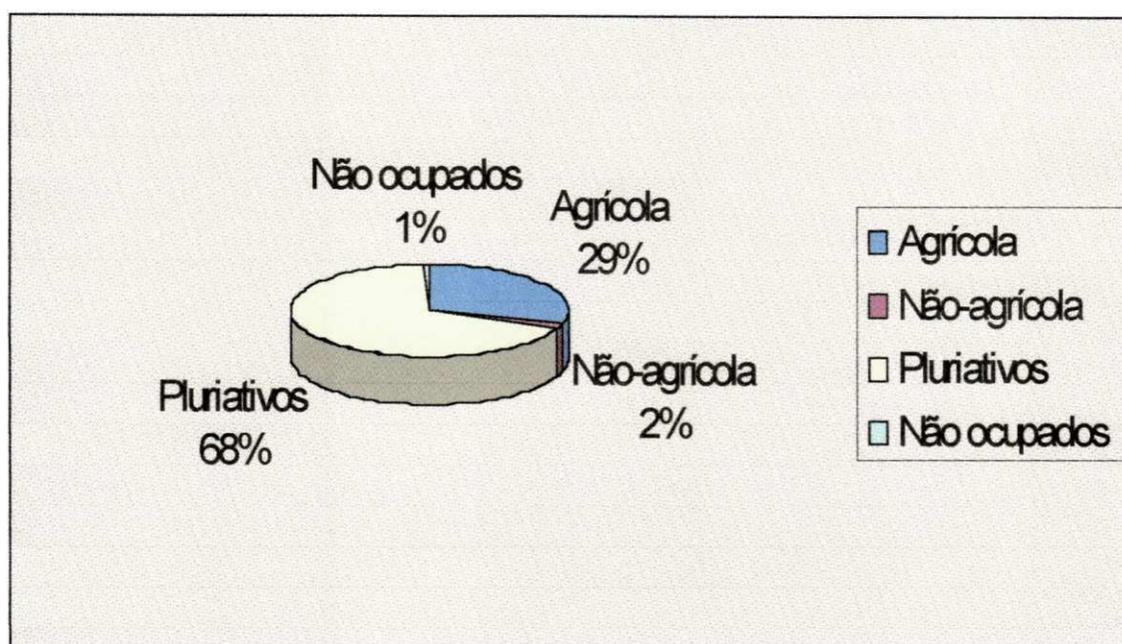
**Fonte:** dados da pesquisa de campo

Vê-se, portanto, que a maioria das famílias residentes no meio rural soledadense que fazem parte da amostra procuram outras atividades fora da agricultura para complementarem suas rendas em anos em que as chuvas permitem que haja produção agrícola. Se em ano de chuva a renda não-agrícola é importante na formação da renda das famílias residentes no meio rural deste município, acredita-se que em anos de estiagem essa importância se eleve na medida em que a renda com a agricultura sofre perdas elevadas.

No Gráfico 07, que trata da composição da renda por tipo de família, a importância da pluriatividade para a formação da renda e reprodução social das famílias no meio rural deste município mais uma vez vem à tona, na medida em que 68% da renda total é proveniente justamente das famílias que exercem atividades agrícola e não-agrícolas.

As famílias que exercem atividades apenas agrícolas são responsáveis por 29% da renda total obtidas pelo conjunto das famílias, as famílias não-agrícolas são responsáveis por 2% da renda e as famílias não-ocupadas são responsáveis por 1% da renda total.

**Gráfico 07- Composição da renda por tipo de família-2002**



**Fonte:** dados da pesquisa de campo

Não se pode negar, portanto, nesse novo mundo rural que se observa, a importância da pluriatividade para a formação da renda e respectiva reprodução social das famílias residentes no meio rural numa parte do semi-árido paraibano, especificamente no município de Soledade. A pluriatividade que é a característica mais marcante nesse contexto de novo rural está presente e tem grande importância nesse município.

Constata-se que em períodos que a chuva permite que haja produção agrícola por parte das famílias residentes no meio rural deste município a pluriatividade é muito importante na composição da renda das famílias que melhor sobrevivem, dado que ela é constituída por rendas agrícolas e não-agrícolas. Acredita-se que as rendas não-agrícolas em contextos de estiagem elevam-se em importância para a sobrevivência das famílias devido à agricultura ser prejudicada pela seca. Portanto, percebe-se a importância de outras rendas não-agrícolas para a composição da renda familiar, juntamente com a renda agrícola.

## Considerações finais

Neste trabalho vê-se que o campo apresenta uma nova forma chamada de “Novo Rural”, onde ocorre uma “quebra” da fronteira entre o meio rural e a cidade. Neste contexto o rural vem incorporando características típicas do urbano, é como se não houvesse mais a porteira separando os domicílios rurais dos domicílios urbanos.

As famílias em busca da reprodução social passam a exercer atividades fora da propriedade e fora da agricultura. Os membros familiares adotam a pluriatividade como forma de conseguirem rendas que dêem sustentação a sua permanência no campo e conseqüente sobrevivência.

Ocorre uma espécie de ligação íntima entre a agricultura familiar e as preferências das famílias por práticas pluriativas, existindo uma forma de comunhão entre atividades agrícolas com outras atividades não-agrícolas. Isso devido ao fato de ser no interior da família que são estabelecidas as “escolhas” pela pluriatividade.

No município em que foi feita a pesquisa de campo encontram-se características semelhantes ao estado da Paraíba como atraso tecnológico e seca, além de atividades não-agrícolas que fazem parte do cotidiano das pessoas residentes no meio rural.

No que diz respeito à descrição demográfica conclui-se que das 76 famílias, 345 são membros sendo 76 chefes das famílias, 179 filhos, 59 cônjuges e 31 pessoas entre sogro(a), neto(a), tios(as), agregados, etc. A população residente com mais de 10 anos é de 306 pessoas, enquanto que as pessoas que têm menos de 10 anos são 39.

Com relação ao nível de escolaridade ainda existe muito a se fazer para melhorar a situação das pessoas residentes no meio rural com relação à preparação escolar. É preciso que ocorra um melhor planejamento, dado que existe um atraso considerável nesta área mostrado pelos números relacionados a educação no município. Necessita-se de uma maior capacitação para profissionais da área, bem como um maior incentivo aos alunos desestimulados. Pois o próprio futuro do município depende do desenvolvimento educacional.

Relacionado à infra-estrutura dos domicílios da amostra constata-se que 96,05% são de alvenaria, enquanto que apenas 3,95% são de taipa. Cerca de 94,74% não possuem água encanada e a água utilizada vem de açudes, barreiros, poço ou nascente e das cisternas. Apenas 42% possuem filtros de água. Cerca de 82% dos domicílios tem energia proveniente

da rede geral, enquanto que 18% não possui energia elétrica. Vê-se que a própria apresentação das casas no meio rural hoje se assemelham as do meio urbano, além da energia elétrica, que antes também era característica das cidades. Quanto ao tipo de instalação sanitária 56,58% não possuem nenhum tipo de instalação, 32,82% possuem fossa comum, 5,26% possuem fossa séptica e o mesmo percentual utiliza vala.

No que se refere ao lixo, 61% das pessoas queimam e enterram, 38% jogam em terreno baldio e 1% joga no rio. Estes números mostram que neste aspecto está havendo uma evolução de consciência das pessoas à proporção em que a maioria está fazendo a coisa certa com relação ao lixo, dado o perigo que é deixá-lo exposto na natureza.

Um aspecto interessante que também deve ser levado em consideração é a incorporação do costume de usar aparelhos eletrodomésticos e outros equipamentos nos domicílios rurais deste município, outro fato que comprova a afirmação de Silva (2001) quando este autor afirma que o campo está adquirindo características do urbano.

Das 345 pessoas encontradas na amostra, cerca de 185 são ativas e 160 são inativas, sendo 79 com renda e 81 sem renda. Das ativas a maioria, cerca de 76,76%, trabalham contíguo ou vizinho ao domicílio e na zona rural, enquanto os demais trabalham fora, distante ou no próprio domicílio.

Das 185 pessoas ocupadas 125 executam atividades agrícolas, enquanto que 60 se ocupam de atividades não-agrícolas. Desse total 32 pessoas têm atividades secundárias, sendo 23 ocupadas em atividades agrícolas e 9 em atividades não-agrícolas.

Como o ano de observação da amostra foi um ano de chuva observa-se que a agricultura é importante na geração de emprego e renda, sendo que a maioria das pessoas, tanto na atividade principal quanto na secundária, ocupam-se de atividades agrícolas.

Olhando por outro ângulo percebe-se a importância de atividades e rendas não-agrícolas, mesmo em épocas de chuvas, para a geração de emprego e renda da população rural do município de Soledade. Se em épocas de chuvas, que permite a existência de uma produção agrícola, se nota a presença de atividades não-agrícolas, imagina-se que em épocas de estiagem total, como é de costume acontecer nesta região, ocorra a elevação da importância dessas outras atividades na geração de emprego e renda para as famílias rurais. Isso comprova a hipótese levantada neste trabalho.

As ocupações agrícolas encontradas na pesquisa referem-se, basicamente, a plantação de culturas de subsistência e a criação de algumas espécies de gados, a exemplo do bovino e do caprino, além das tarefas características do campo, com a construção de cercas, criação de aves, ordenha de vacas, etc.

Uma especificidade da agricultura encontrada foi que muitas vezes essas tarefas não são remuneradas em dinheiro, mas em espécie. E outras vezes não são remuneradas de forma nenhuma, a exemplo das pessoas que ajudam aos pais e os trabalhadores para o auto-consumo.

No que diz respeito ao gênero verifica-se que das 185 pessoas ocupadas 120 são do sexo masculino, enquanto que 65 são do sexo feminino. Os homens são maioria na execução de tarefas ligadas à agricultura e as mulheres são maioria da execução de atividade não-agrícolas.

Referente à renda média estimada para o auto-consumo o produto que mostrou o maior nível foi o leite, com uma renda total de R\$ 16.334,00. Seguido do feijão que se apresenta com a segunda maior renda, cerca de R\$ 11.820,00, e das aves com uma renda de R\$ 10.016,00. Os outros produtos para o auto-consumo encontrados na amostra foram o milho, o jerimum, a melancia, os ovos, os caprinos, os ovinos, os suínos, o mel e o peixe.

Levando em consideração à composição da renda segundo tipo de família observa-se que de um total de 76 famílias da amostra, em 31 seus membros executam apenas atividades agrícolas, enquanto em 3 famílias os membros exercem apenas atividades não-agrícolas, 2 famílias não possuem nenhum membro ocupado e 41, a maioria portanto, são famílias pluriativas, pois os seus membros combinam atividades agrícolas com não-agrícolas.

As aposentadorias e pensões são importantes para todos os tipos de famílias, pois contribuem para a composição da renda, tanto das famílias agrícolas, quanto das pluriativas, das não-agrícolas e das não-ocupadas, sendo que estas últimas dependem quase que exclusivamente desse tipo de renda.

Não se pode negar, portanto, nesse contexto de “Novo Rural”, que a pluriatividade é muito importante para as famílias rurais do município de Soledade, pois os maiores níveis de renda obtidos foram os das famílias pluriativas que reúnem rendas agrícolas, não agrícolas, e renda provenientes de aposentadorias/pensões e de outras fontes. E acredita-se que isso ocorre devido à relação íntima existente entre os membros das famílias pluriativas que alocam seus recursos de forma a permitir uma otimização dos resultados. Vê-se também a importância de rendas não-agrícolas para a sobrevivência das famílias rurais e sua permanência no campo.

Presume-se que este trabalho atingiu o objetivo proposto que é fazer uma caracterização das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas no município de Soledade e que a hipótese levantada de que as ocupações não-agrícolas são importantes nos períodos de seca na geração de renda para as famílias foi comprovada.

## Referências Bibliográficas.

- BALSADI, Otávio Valentim. **O novo rural paulista: evolução e perspectivas** in: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: "*A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano*". NEA-Instituto de Economia- UNICAMP: 2001
- BELIK, W. PAULILLO, L. F. **O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade**. In: LEITE, S (org). Políticas Públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001
- CARNEIRO, Maria José. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar** in Anais de oficina de atualização temática: ocupações rurais não agrícolas. Londrina, Paraná, Brasil, 17 a 19 de outubro de 2000.
- COSTA , Mary Delane Gomes. **Sustentabilidade e qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária no nordeste semi-árido: uma possibilidade real ou um sonho impossível?** (*estudo de casos no estado da paraíba*) *Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre, 2001.*
- DELGADO, G, da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo:Ed. Cine/UNICAMP, 1985
- DELGADO, Giordano Nelson. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, S (org). Políticas Públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável:origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da terra, 1996
- FLORES, Murilo Xavier e COSTA MACEDO, Manoel Moacir. **Políticas para o novo mundo rural brasileiro in O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas**, volume 4/ Editores Clayton Campanhola e José Graziano da Silva.- Jaguariúna:SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000
- GOMES DASILVA, Aldenor; VERAS, Edmilson. **A heterogeneidade da dinâmica das ocupações no rural do Nordeste**. CD-ROM da SOBER, Salvador-BA, 2001a

GOMES DA SILVA, Aldenor; VERAS, Edmilson. **NOVO RURAL: mudanças na paisagem rural e emprego não-agrícola no Nordeste do Brasil**. Salvador-BA, 2001b. CD-ROM da SOBER.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro de 2000.

GUIMARÃES, Ana Virgínia Rocha de Almeida ...[et al]. **Situação da Criança e do Adolescente do Município de Soledade-PB**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001

KAGEYAMA, Angela [et al]. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Brasília, IPEA, 1990

KAGEYAMA, Angela. **Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos**. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>.

KAUTSKY, K., **A questão Agrária**. São Paulo: proposta editorial, 1980.

LIMA, J. R. F. **A pluriatividade das famílias rurais: análise comparativa entre Brasil, Região Nordeste, Paraíba e Rio Grande do Norte**. Salvador-BA, 2001. 2 CD-Rom da SOBER

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997

NEDER, Henrique Dantas. **Amostragem em pesquisa sócio-econômicasin: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: "A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano"**. NEA-Instituto de Economia- UNICAMP: 2001

SCHETTINO, L.F.; BRAGA, G.M. **Agricultura familiar & sustentabilidade**. Vitória: Ed. do Autor, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em: maio de 2002

\_\_\_\_\_. **Elementos Teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar** in: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: "A dinâmica das

*atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano*". NEA-Instituto de Economia- UNICAMP: 2001

SEBRAE/PB. **Série diagnóstico sócio-econômico: município de Soledade**. PRODER Programa de Emprego e Renda, 1998.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980

SOUZA, Marcelino de. **Ocupação e renda nas famílias rurais do Sul do Brasil: 1992-99** in II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: "*A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano*". NEA-Instituto de Economia- UNICAMP: 2001

SILVA, J. G. da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP, 1996

SILVA, J. G. da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (orgs.). **Agricultura e agroindústria no Brasil**. Campinas: ABRA, 1995

\_\_\_\_\_. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro** in: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: "*A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do Projeto Rurbano*". NEA-Instituto de Economia- UNICAMP: 2001

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo Rural brasileiro** in Anais de oficina de atualização temática: ocupações rurais não agrícolas. Londrina, Paraná, Brasil, 17 a 19 de outubro de 2000a.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?** In: SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999a

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: IE / UNICAMP, 1999 b(coleção pesquisa 1).

SILVA, J. G., Hoffman, Rodolfo. **Auxílio a projeto temático de pesquisa: caracterização do novo rural brasileiro, 1992/99**. Campinas, agosto de 2000b